



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Elayne Lins Crisóstomo

**UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A ASSOCIAÇÃO
CATARINENSE DE PROFESSORES CRIADA EM 1952**

Florianópolis

2017

(Verso da folha da capa)

Elayne Lins Crisóstomo

**UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A ASSOCIAÇÃO
CATARINENSE DE PROFESSORES CRIADA EM 1952**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal
de Santa Catarina como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Sociologia e
História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Elison Antonio Paim.

Florianópolis
17 de março de 2017

Ficha Catalográfica

Crisóstomo, Elayne Lins

UM ESTUDO HISTÓRICO SOBRE A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES CRIADA EM 1952 / Elayne Lins Crisóstomo ; orientador, Elison Antonio Paim - Florianópolis, SC, 2017. 145 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Educação.

Inclui referências

1. Educação. 2. Associação Catarinense de Professores, Associativismo docente, Educação. I. Antonio Paim, Elison . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em Educação. III. Título.

Elayne Lins Crisóstomo

Um estudo histórico sobre a Associação Catarinense de Professores criada em 1952.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Sociologia e História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Elison Antonio Paim.

Florianópolis, de 17 março de 2017

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elison Antonio Paim
Orientador

Prof. Dr. Telmo Marcon
UPF (titular)

Prof.^a Dr.^a. Vera Lucia Gaspar Da Silva
UDESC (titular)

Prof.^a Dr.^a. Maria Das Dores Daros
UFSC (titular)

Prof.^a Dr.^a. Claricia Otto
UFSC (suplente)

*Dedico esta pesquisa ao meu querido Pai
Wilson (in memoriam), exemplo de
humildade, amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente por permitir que através da minha fé não perdesse a esperança nos tempos difíceis que tive durante minha produção acadêmica.

A meu orientador, professor dr. Elison Antonio Paim pela paciência, incentivo e apoio, muito obrigada pela abertura ao diálogo e pelos saberes compartilhados no decorrer do mestrado.

À professora dra. Claricia Otto, pelos ensinamentos acerca das fontes e métodos da História da Educação na disciplina Seminário de Dissertação da Linha de Sociologia e História da Educação da UFSC.

Aos professores membros da banca examinadora: Telmo Marcon, Vera Lucia Gaspar da Silva, Maria Das Dores Daros pelas contribuições valiosas dadas a este trabalho acadêmico.

À minha filha Lara, meu grande amor, que veio no momento do mestrado e que me trouxe inspiração e forças para dar continuidade a meu sonho como pesquisadora e o concluir.

Ao meu amor, meu esposo, companheiro das minhas noites mal dormidas, durante a licença saúde na gestação, para amamentar nas madrugadas e, após a licença, compartilhando a tarefa árdua para me ajudar a reassumir a profissão docente em minha tripla jornada: trabalho, mestrado e família. Henrique, obrigada por me apoiar em todas as fases do mestrado desde a seleção até a fase final.

À minha mãe, Maria Ester, por sempre acreditar que eu poderia tornar meus sonhos em realidade.

À minha irmã, Aline pelo ombro amigo e por compreender minha ausência torcendo pela minha conquista acadêmica.

À grande amiga Eliacy, por me dar apoio mesmo que de longe com sua bagagem sábia de pesquisadora me ajudou muito! Obrigada companheira por estar sempre presente nos momentos especiais em minha vida.

À amiga do mestrado Gabriela, pelo carinho e por compartilhar angústias e alegrias da vida acadêmica, deixando que eu sentisse o período do mestrado mais leve e feliz durante os momentos que tivemos na minha morada em Florianópolis.

Aos colegas do mestrado pelo apoio e carinho que sempre me demonstraram, na condição de aluna especial da Udesc e da UFSC, e de aluna regular de Florianópolis. Cada um, longe ou perto, e de maneira muito singular, me ajudou neste período tão intenso, de angústias e alegrias extremas.

À professora Zurita, pela troca de aprendizados e pelo carinho recebido durante a pesquisa documental.

À atual gestão da diretoria da Associação Catarinense de Professores, que me permitiu o acesso à sede administrativa para a pesquisa documental.

Aos funcionários da Hospedagem do Professor da ACP, que me ajudaram na pesquisa no Centro de Memória e pela acolhida carinhosa no tempo que precisei me hospedar para estudar no mestrado.

RESUMO

O presente trabalho pretende tratar da história de uma associação de professores criada em Florianópolis na década de 1950 por um grupo de professores do ensino primário. Inicialmente denominada Sociedade Recreativa do Professor, em 1965 o nome foi mudado para Associação Catarinense de Professores (ACP). Esta pesquisa expõe sua trajetória histórica desde a criação, em 1952, até 1960, enfatizando suas contribuições para o movimento associativo do magistério público do estado de Santa Catarina. Propus-me, com este trabalho, os seguintes objetivos: (a) dissertar sobre contexto político e educacional da década de 1950; (b) identificar qual o modelo de associativismo docente da Associação Catarinense de Professores foi construído no contexto da década de 1950 e quais suas finalidades; (c) conhecer os princípios advogados nos documentos institucionais e suas contribuições para o associativismo docente catarinense. Para a investigação, utilizei uma estratégia qualitativa, que permitiu obter informações pela análise de fontes impressas encontradas na sede administrativa e no Centro de Memória da associação. Esta pesquisa se guiou pelas seguintes questões norteadoras: identificar o modelo de associativismo docente construído pela Associação Catarinense de Professores na década de 1950 e suas finalidades; fazer um levantamento das realizações da associação a partir de seus diversos registros documentais; avaliar contribuições da associação relativamente à profissão docente catarinense. O papel da associação, no período estudado, tem sido principalmente de cunho recreativo, cultural e festivo, traduzido em atividades como viagens, jantares. As finalidades conforme nossa pesquisa documental seguiram ao lema definido em sua fundação: *Unidos Venceremos!* O grupo de professores obteve avanços significativos na década de 1950, apesar de, à época, não ter sede própria e ter poucos sócios. Para dar conta de suas escolhas iniciais de cunho assistencialista aos professores, a ACP se destacou por representar os professores primários numa época em que se aplicou à educação uma política desenvolvimentista. A associação assumiu o papel de “porta-voz” da categoria docente catarinense que almejava principalmente organizar-se como entidade nos anos iniciais e proporcionar momentos de lazer e socialização.

Palavras-chave: Associação Catarinense de Professores. Associativismo docente. Educação.

ABSTRACT

This paper aims to address the story of a teacher association created in Florianópolis in the 1950s by a group of primary school teachers. Initially nominated Recreational Society Professor, in 1965 had the name changed to Teachers Santa Catarina Association (ACP). This research exposes the historical trajectory of this association since its creation in 1952 until 1960, highlighting their contributions to the associative movement of public school teachers in the state of Santa Catarina. I set out with this work, the following objectives: (a) reading on the political and educational context of the 1950s; (b) identify the teacher association model of Teachers of Santa Catarina Association built in the context of this decade and indicate their purposes; (c) meet the principles advocated in institutional documents and their contributions to the Santa Catarina teacher's association. For the research, I used a qualitative strategy for the analysis on printed sources found in the administrative office and in the association's Memory Center was used. This research was guided by the following guiding questions: identify the teacher's association model built by the Santa Catarina Association of Teachers in the 1950s and their purposes; survey the association's achievements from its various documentary records; assess or evaluate the association's contributions regarding Santa Catarina's teaching profession. The role of the association, on the study period, has been primarily recreational, cultural and festive nature, in the form of activities like trips, dinners. The purposes obeyed the slogan set on its foundation: *Unidos Venceremos!* The group won in 1950, although at that time had not its own headquarters and had fewer partners. To account for their initial choices, not for vindicating, ACP distinguished herself in representing the primary teachers at a time when a developmental policy was applied to education. The association assumed the role of "spokesman" category; it's purpose were leisure and socializing.

Keywords: Teachers's Santa Catarina Association. Teacher's associations. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|---|
| ABE | Associação Brasileira de Educação |
| ACP | Associação Catarinense de Professores |
| ACP | Associação Campo-Grandense de Professores |
| ACRP | Associação Cultural e Recreativa do Professor |
| ALISC | Associação dos Licenciados de Santa Catarina |
| BEPROSC | Beneficência dos Professores |
| CADES | Campanha de Difusão e Desenvolvimento do Ensino Secundário |
| CALDEME | Campanha de Levantamentos e Inquéritos para o Ensino Médio |
| CBPE | Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais |
| CILEME | Campanha de Levantamento e Inquéritos para o Ensino Médio-Elementar |
| CLT | Consolidação das Leis Trabalhistas |
| CPP | Centro do Professorado Paulista |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FUCAPRO | Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais |
| IPPOP | Instituto do Professorado Primário Oficial Português |
| LDB | Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério de Educação e Cultura do Brasil |
| OECE | Organização para Cooperação Econômica |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PABAEE | Programa de Assistência Brasileiro Americana ao Ensino Elementar |
| PEE | Plano Estadual de Educação |
| PLAMEG | Plano de Metas do Governo |
| PSE | Plano Setorial de Educação |
| RBEP | Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos |

| | |
|--------|---|
| SRP | Sociedade Recreativa do Professor |
| SINTE | Sindicato dos Trabalhadores em Educação |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UDESC | Universidade do Estado de Santa Catarina |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1: Pessoas que possuem curso completo ou diploma de estudos do Ensino Normal, segundo o ciclo concluído – Brasil, entre 1940 e 1970. | 58 |
| Gráfico 2: Pessoas que possuem curso completo ou diploma de estudos do Ensino Normal, segundo o ciclo concluído - Santa Catarina, entre 1940 e 1970. | 59 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 1: Indicadores demográficos e econômicos e taxa de alfabetização 1900/1950. | 62 |
| TABELA 2: Evolução da população e da escolarização; população de 5 a 19 anos 1950-1970 | 62 |
| TABELA 3: Quadro associativo da Associação Catarinense de Professores 1952-1961 | 112 |
| TABELA 4: Palestras planejadas pela diretoria em 1957. | 119 |
| TABELA 5: Sócios remidos da Associação Catarinense de Professores. | 120 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 1 - Carteira da sócia Edite Soares. | 85 |
| Figura 2 - Carteira da sócia Professora Eloah Brito Nobre. | 85 |
| Figura 3 - Foto da capa do livro de Zenilda Nunes Lins (1995) | 86 |
| Figura 4a e 4b - Foto da capa do Livro de Zenilda Nunes Lins (2002) | 87 |
| Figura 5 - Convite para o lançamento do livro: ACP: 40 anos da autoria de Zenilda Nunes Lins (1995) | 88 |
| Figura 6 - Revista Comemorativa dos 50 anos | 89 |
| Figura 7 - Termo de abertura do Livro-Ata da Sociedade Recreativa do Professor | 92 |
| Figura 8 - Foto da Professora Aída Gomes Mendonça – 1ª Presidente da Sociedade Recreativa do Professor (SRP) – mandato de 1952-1955 | 97 |
| Figura 9 - Foto da profa. Elza Ribas Pessoa - 2ª Presidente da Sociedade Cultural e Recreativa do Professor - mandato 1955-1957 | 97 |
| Figura 10 - Foto da profa. Olga Brasil da Luz- 3ª Presidente da Sociedade Cultural e Recreativa do Professor- mandato 1957-1958 | 98 |
| Figura 11 - Foto da profa. Jair Simão da Silva - 4 Presidente da Sociedade Cultural e Recreativa do Professor - mandato 1958-1960; 1961-1962;1966-1984 | 99 |
| Figura 12: Balancete de 1952 a 1953 de sócios e dinheiro em “caixa”. | 110 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| CAPÍTULO 1: SITUANDO O ASSOCIATIVISMO DOCENTE..... | 25 |
| 1.1 ASSOCIATIVISMO DOCENTE NO BRASIL 31 | |
| 1.2 ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM SANTA CATARINA | 41 |
| CAPÍTULO 2: O PLANEJAMENTO, EDUCACIONAL BRASILEIRO E CATARINENSE NA DÉCADA DE 1950..... | 47 |
| 2.1 O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO..... | 47 |
| 2.2 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E CATARINENSE..... | 57 |
| 2.3 A EDUCAÇÃO CATARINENSE NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO | 71 |
| CAPÍTULO 3: DE SOCIEDADE RECREATIVA DO PROFESSOR À ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS PROFESSORES (ACP)..... | 77 |
| 3.1 A FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES | 77 |
| 3.2 O CENTRO DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES | 80 |
| 3.3 OS JORNAIS DA ACP, ESTATUTO, REVISTA COMEMORATIVA, FOLDERS, LIVRO-ATA DE REUNIÕES E CLIPAGENS DE JORNAIS | 87 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 123 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 127 |
| FONTES DOCUMENTAIS | 137 |

INTRODUÇÃO

O propósito deste trabalho é apresentar, em perspectiva histórica, a Associação Catarinense de Professores (ACP), particularmente a dos professores da rede estadual de ensino do município de Florianópolis, com endereço na capital do estado, de 1952 (ano de sua criação) até 1960.

Em buscas de estudos que descrevessem algo sobre a Associação Catarinense de Professores, pesquisamos o portal de periódicos da Capes, o portal de periódicos da UFSC, a Revista Perspectiva e Scielo Brasil. Encontramos, nessas fontes, autores que escreveram sobre esta associação. Identificamos, ainda, outra entidade com a mesma sigla, em outro estado brasileiro, Mato Grosso, denominada Associação Campo-Grandense de Professores (ACP).

Na *internet*, em consulta aos programas de pós-graduação em educação, encontramos a dissertação de autoria de Lucirlene Pertuzatti de Lemes, apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), em 2007, com o título: *A organização político-sindical dos profissionais da educação no oeste de Santa Catarina: o SINTE – regional de Maravilha (1988/2006)*. A dissertação contém, no segundo capítulo, o item *A ACP – Um início, mesmo que com fins recreativos*, com os subtítulos: *O patrimônio da ACP* e *Antigas e recentes lutas da ACP*. Na leitura registrada pela autora, tanto a ACP como a Alisc¹ caracterizaram-se pela tradição assistencialista.

Lemes (2007, p. 8) em sua pesquisa utilizou como referenciais teóricos sobre organização sindical no Brasil, desenvolvidos por Ricardo Antunes, Armando Boito, Leôncio Martins Rodrigues e, tantos outros, onde afirma que a organização política dos professores em Santa Catarina chegou ao seu “ápice” com a criação do SINTE, em 1998, onde descreve que assim finalizou a forte tradição assistencialista alimentada

¹ A Associação Catarinense de Professores (ACP) e a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (Alisc) foram fundadas, respectivamente, em 1952 e 1966.

pela ACP ea ALISC, fundadas respectivamente em 1952 e 1966.

Numa investigação realizada no site de busca Scielo, utilizando as palavras-chave ACP, associativismo, sindicalismo docente e politicidade da educação, encontrei somente um trabalho que estuda outra associação com o mesmo nome e, coincidentemente, na mesma época estudada, criada em Mato Grosso do Sul, no município de Campo Grande. Trata-se do artigo de Margarita Victoria Rodriguez e Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, publicado em 2013 na revista *Educar em revista*, intitulado: *Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma*. Este trabalho aborda o sindicalismo de uma entidade com a mesma sigla estudada - ACP (Associação Campo-Grandense de Professores) -, fundada com finalidade associativista. Conforme as autoras, o objetivo primordial do trabalho foi:

Analisar a trajetória de organização sindical dos professores da rede estadual de ensino no município de Campo Grande. De fato, a organização desses trabalhadores se iniciou como de caráter associativista em razão mesmo das condições estruturais e conjunturais que vivia o país e que se expressavam no plano político-ideológico para o conjunto da sociedade. A retomada da democratização política no país permitiu que tais trabalhadores pudessem, a partir de 1988, se organizar em sindicatos, situação que colocou novos desafios para esses trabalhadores. A criação desta nova entidade de caráter associativista foi possível em razão da unificação de cinco associações municipais de professores da rede estadual de ensino, a saber: a Associação Campo-Grandense de Professores (ACP), a Associação de Professores de Aquidauana (APA), a Associação de Professores de Corumbá (APC), a Associação Pontaporanense de Professores (APP) e a Associação Douradense de Professores (ADP) [...] Essa proposta associativista ganhou adeptos que se encontravam ainda em muitos municípios sem nenhuma organização (2013, p. 140).

Pela revisão de literatura acerca dos estudos sobre a associação em foco, constatei haverem sido publicados estudos da sua história em pesquisas nacionais, com breves informações a respeito de sua existência na década de 1950, na tese de doutorado de Dalarosa (2005, p. 101-102), que, a respeito da associação, escreve:

Em termos de organização da categoria dos educadores catarinenses, foi criada, em 1952, a Associação Catarinense de Professores – ACP – que congregava professores da antiga escola primária; o autor cita que a mesma entidade, segundo Auras (1993, p. 343), “não se caracterizava pelo cultivo à independência em relação às propostas governamentais.

Lemes e Trevisol (2008) explicam, em sua pesquisa sobre as *Trajéorias da organização político-sindical dos docentes do Oeste catarinense: um estudo descritivo*:

A organização política dos professores em Santa Catarina chegou ao seu ápice com a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE), em 1998, finalizando a forte tradição assistencialista alimentada pela Associação Catarinense dos Professores (ACP) e a Associação dos Licenciados de Santa Catarina (ALISC), fundadas, respectivamente, em 1952 e 1966”.

Daros (1999, p.11) aborda sobre duas associações de professores catarinenses na década de 1950, a Associação Catarinense de Professores e a Associação dos Licenciados de Santa Catarina; onde comparando-as, qualifica a primeira caracterizada como sendo mais submissa e conservadora, e a segunda, como mais combativa em relação a política educacional da época.

Por fim, encontrei a publicação de dois livros que utilizei como fonte documental de cunho memorialístico em homenagem aos 40 e 50 anos da Associação Catarinense de Professores, obras da associada Zenilda Nunes Lins (1995; 2002).

O trabalho foi construído a partir dos documentos analisados em órgãos administrativos da entidade, em seu Centro de Memória e sobre a

literatura pertinente à temática.

O interesse pela linha de Sociologia e História da Educação e, especificamente, pelo tema em questão, é fruto da inserção no movimento estudantil de pesquisas acerca do papel político do educador e de sua atuação profissional. Em meados de 2002, atuei no movimento estudantil como representante do Centro de Humanidades, no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Em 2002, propus como temática da minha monografia de graduação em Pedagogia: *A importância da opção política do educador*. Desde 2006 até os dias atuais, sou professora da rede pública da Prefeitura Municipal de Fortaleza². No exercício da profissão, tive a oportunidade de reconhecer a importância dos sindicatos e das associações docentes. Tais experiências, ao tempo em que de alguma forma despertaram inquietações, me estimularam a compreender, nesses grupos, suas constituições, representações e contribuições para a melhoria das condições de trabalho, desde a universidade até o ingresso na carreira docente.

Em 2011, parei minha atuação profissional docente em virtude de meu esposo passar em um concurso público estadual em Florianópolis/SC. Mudei da minha cidade natal, Fortaleza, para Florianópolis, em dezembro de 2011. Para tanto, foi-me concedida licença não remunerada para acompanhar o cônjuge. Assim, procurei concretizar um sonho que alimentava desde que me graduei: dar continuidade à minha formação profissional via mestrado acadêmico. No mês em que cheguei à nova cidade, fui conhecer as duas universidades públicas para me inteirar do calendário do processo seletivo para organizar a minha rotina de estudos e elaborar o projeto de pesquisa solicitado na seleção do mestrado em Educação. Logo fui informada que iniciaria a seleção para aluno especial no primeiro semestre; interessei-me por essa oportunidade, a fim de me familiarizar

² Sou professora de Educação Infantil há 10 anos e optei por iniciar minha carreira no setor público, inicialmente, quando fui contratada em regime temporário e, posteriormente, ao ingressar, via concurso público, com contrato efetivo na Prefeitura Municipal de Fortaleza.

com as referências bibliográficas e compreender que temática escolher para desenvolver meu projeto de pesquisa.

Fui selecionada para iniciar como aluna especial do Programa de Educação na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) em março de 2012. Inscrevi-me, por dois semestres, em disciplinas da linha de História e Historiografia da Educação.

A escolha do tema da pesquisa em pauta surgiu durante minha participação como aluna especial, em 2012, em duas disciplinas na Udesc: uma delas, sobre a História da Educação e História Cultural (questões e perspectivas da pesquisa), ministrada pela professora Maria Teresa dos Santos Cunha; a outra, História da Profissão Docente (memórias de professores), pela professora Vera Lúcia Gaspar da Silva. Em ambas, obtive contribuições teóricas das professoras que me proporcionaram um contato preliminar com aulas e referências bibliográficas da linha de interesse. Desse modo, fui desenvolvendo e amadurecendo a ideia a ser pesquisada acerca da temática dos movimentos reivindicatórios dos professores.

Dentro desse espaço acadêmico, como aluna especial de mestrado, participei, dia 21 de novembro de 2012, de uma aula de campo da disciplina ministrada pela professora Vera Lúcia Gaspar da Silva, no Centro de Memória da Associação Catarinense dos Professores (ACP). Este foi meu primeiro contato que, de imediato, me despertou o interesse em verificar se havia pesquisas acerca da referida associação. A professora aposentada do estado, e associada da ACP, Zurita Kretezer de Souza, recebeu-me, expôs o acervo de fontes documentais e também falou sobre seu vínculo com o movimento associativo.

Após a aula de campo e dos meus estudos acerca da temática da associação de professores, antes de ingressar no mestrado, tive a iniciativa de solicitar à professora Zurita³, que compareceu à exposição

³ A professora foi homenageada com a atribuição de seu nome ao Centro de Memória em 2 de dezembro de 2010, pelos 25 anos de sua participação na ACP. A professora Zurita relatou-me, em nosso primeiro contato, que é integrante da associação desde 1958 e que trabalhou em departamentos, como o da sociocultural, a tesouraria, dentre outros, até os dias atuais, e que desde 1982 é professora aposentada.

da aula de campo, que pudéssemos nos encontrar no Centro de Memória e, lá, apresentar-me e expor o que fosse de meu interesse pesquisar. A professora foi de grande relevância para esta pesquisa desde sua concepção na elaboração no projeto de pesquisa.

Fui aprovada no processo seletivo do mestrado em 2013 nas duas universidades públicas de Florianópolis (UFSC) e Udesc. Optei por cursar na primeira.

Em minha primeira reunião com a associada a que me referi, após o primeiro semestre de mestrado na UFSC, levei uma carta de apresentação redigida e assinada por meus orientadores, Clarícia Otto e Elison Antonio Paim⁴, para formalizar a aceitação de minhas visitas como pesquisadora. A associada garantiu-me que repassaria ao presidente da entidade meu interesse na pesquisa. Assim, os primeiros contatos com ela se passaram de maneira harmoniosa e ela demonstrou grande disposição em contribuir com esta investigação.

Inicialmente, minha pretensão era realizar, além das pesquisas documentais, entrevistas com professores associados. Para isso, procurei os trâmites para serem entregues ao Comitê de Ética da universidade. Entreguei à diretoria da ACP os encaminhamentos solicitados, por meio de documentos mais detalhados da pesquisa para esclarecer as pretensões de investigação. Foi-me dado um tempo (três meses - de outubro a dezembro de 2013) para entrar em acordo e, assim, fiz uma pausa nas visitas para a realização da pesquisa documental, no aguardo do consentimento da diretoria para a consulta das fontes. No entanto, por ter de mudar de cidade, de Florianópolis para Fortaleza, precisei desconsiderar a opção pelas de entrevistas em razão da inviabilidade geográfica e do tempo disponibilizado.

A solução foi solicitar uma reunião com a diretoria da ACP, composta pela presidente Maria de Andrade, pelos advogados e demais associados com os orientadores, que nesse período eram a professora Clarícia Otto e o professor Elison Antonio Paim. Nessa reunião, eles

⁴ Na época, o professor era co-orientador da pesquisa. Assumiu a orientação em agosto de 2014.

expuseram os objetivos da pesquisa, além complementando o que havia sido escrito e entregue, atendendo ao que fora solicitado: projeto de pesquisa com cronograma de atividades, carta de apresentação redigida pelos orientadores, requerimento de solicitação de permissão com meus dados pessoais e profissionais. Contudo, apesar do tempo de espera, a diretoria aprovou o desenvolvimento da pesquisa documental.

Destarte, ficou decidido, como cerne do estudo investigar, a constituição, os objetivos e a contribuição da Associação Catarinense de Professores (ACP). Para tanto, vale ressaltar três aspectos relevantes: 1 - temporal: a ACP existe há 62 anos; 2 - territorial: atualmente são 15.000 associados no estado de Santa Catarina, divididos em 25 núcleos regionais, cada compreendendo vários municípios (LINS, 2002); 3 - documental: existência de um Centro de Memória próprio, criado em 2 de dezembro de 2010, que dispõe de um acervo diversificado de fontes para a história da ACP e da educação em Santa Catarina. Para a dissertação, optei pelo acervo documental constituído por atas, documentos de uso corrente, clipagem de jornais e dois livros de memórias sobre a associação.

O objetivo primordial desta pesquisa é investigar a trajetória histórica da Associação Catarinense dos Professores (ACP), com base nas fontes documentais produzidas pela associação desde sua criação, em 1952, até 1960, enfatizando suas contribuições para o movimento associativo do magistério público do estado de Santa Catarina.

O objetivo geral se desdobraria nos seguintes objetivos específicos: a) dissertar sobre contexto político educacional da década de 1950; b) identificar o modelo de associativismo docente da Associação Catarinense de Professores e suas finalidades; c) conhecer os princípios advogados nos documentos institucionais e suas contribuições para o associativismo docente catarinense.

No que se refere ao percurso metodológico, vali-me de uma estratégia qualitativa de investigação, obtendo informações por meio de pesquisa bibliográfica de caráter histórico e da análise documental de fontes impressas, encontradas na sede administrativa e no Centro de Memória da associação.

Pela pesquisa de campo realizada em Florianópolis na ACP, em seu Centro de Memória e na sede administrativa, fiz contato com o volume documental e então pude definir o recorte temporal das fontes a serem analisadas.

Neste primeiro momento, apurei que nas décadas de 1950 havia estatutos, um hino em homenagem à ACP, dois livros publicados pela associada Zenilda Nunes Lins (1995; 2002) sobre a história dos 40 e dos 50 anos da associação, livros de atas de reuniões (1952-1959), clippagens de jornais de circulação na cidade de Florianópolis, o jornal da ACP (agosto de 2012), impresso especial comemorativo dos 50 anos, boletins e *folders* comemorativos dos 50 anos (gestão da ACP de 1998-2001), dentre outros.

Compreendi, pelos estudos de Cellard (2008), que a reconstrução de uma história vivida pode ser possibilitada pelo uso do documento escrito como fonte importante para o pesquisador, especialmente em Ciências Sociais e, em meu caso, em História da Educação. Segundo o mesmo autor, o documento escrito é crucial para a reconstituição do passado, pois “não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente” (2008, p. 295). A análise documental, prossegue Cellard, permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social e favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades e práticas, entre outros.

Pimentel, no artigo “O método de análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica”, aborda o tema do trabalho acadêmico com documentos, apresentando possibilidades para uso desse procedimento metodológico:

Com o intuito de contribuir para a utilização da análise documental em pesquisa, esse texto apresenta o processo de uma investigação. [...] São descritos os instrumentos e meios de

realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise (2001, p. 179).

Se, como afirma Bastos (2002, p. 151), “um dos dispositivos privilegiados para forjar o sujeito/cidadão é a imprensa, portadora e produtora de significações”, considero como fonte o material impresso produzido pela ACP e o de alguns jornais de circulação na cidade de Florianópolis, utilizados em artigos ou notas sobre a instituição.

Os escritos das historiadoras Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca registram a importância da imprensa na constituição da sociedade brasileira:

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa, uma explica a outra; amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira (2008, p. 8).

Tal fonte, por isso, desempenha papel relevante não apenas como ferramenta para a reconstrução do passado, mas também como divulgador ativo no processo de configuração da história do País.

Analisei também os impressos produzidos pela própria Associação Catarinense de Professores. Para o desenvolvimento do trabalho com estas fontes, dei especial atenção aos os discursos produzidos neles e por eles de acordo com o tempo histórico. Dentre muitas outras perguntas e cuidados que se devem ter em relação a estas fontes, procurei descobrir os interesses de quem as produziu e de quem as guardou, além da razão por que estavam guardadas.

A historiadora Joana Maria Pedro (1995), em seu livro *Nas tramas entre o público e o privado*, ao trabalhar com periódicos, apresentou caminhos para a análise das fontes. Ao abordar aspectos

urbanos do século XIX a partir dos jornais produzidos entre 1831 e 1889 em Desterro (atual cidade de Florianópolis), mostra como a imprensa da época atuava no jogo de interesses entre o público e o privado, aliada às disputas político-partidárias que firmavam lideranças e conquistas pessoais a serem realizadas. Assim, fica evidente, nesta pesquisa historiográfica, a importância dos jornais de circulação da cidade que analisei e que me forneceram subsídios para compreender as tramas do poder público na década de 1950 a respeito do que a associação representava para o que poderia ser publicado e divulgado.

A imprensa permite ao pesquisador a possibilidade de utilizá-la desmontando o texto, procurando explicitar significados, contradições, diferenças de formas e de conteúdo das falas que produz. Assim, “essa desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/construção, a partir dos discursos disponíveis” (BASTOS, 2002, p. 153). Portanto, a pesquisa com as fontes impressas a propósito da ACP permite, uma vez analisadas, explicitar como contribuíram na organização do movimento docente enquanto experiência de organização associativa.

Pautei a problemática desta pesquisa nas seguintes questões norteadoras:

- Que modelo de associativismo docente foi construído historicamente no contexto da década de 1950 e quais as suas finalidades?
- Que realizações foram anunciadas pela associação em suas fontes documentais?
- Quais foram as contribuições da associação no que diz respeito à profissão docente catarinense?

Além da introdução ora apresentada, estruturei o trabalho em três capítulos, mais as considerações finais, além das referências.

O primeiro capítulo traça, inicialmente, um panorama geral da história das associações de professores no Brasil e em Santa Catarina no intuito de compreender como as variadas entidades se constituíram como grupos, com suas identidades reivindicatórias ou não, mas tendo

em comum o fato de se haverem constituído “porta-vozes” da categoria.

O segundo capítulo, intitulado *O planejamento político, econômico, educacional brasileiro e catarinense na década de 1950*, traz um suporte contextual para a análise histórica do projeto desenvolvimentista e a modernização do País com um panorama geral sobre a organização do sistema educacional brasileiro e catarinense.

Na sequência, traz à tona uma história da Associação Catarinense de Professores desde a sua criação, em 1952, até 1960, com suas modificações na nomenclatura, constituição e objetivos, a partir da análise de suas fontes documentais e de suas contribuições para a profissão docente no âmbito catarinense.

Por fim, nas considerações finais, faço algumas reflexões sobre as contribuições da pesquisa, ao lado de outras questões que surgiram ao longo do trabalho e poderão ser desenvolvidas em pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1 - SITUANDO O ASSOCIATIVISMO DOCENTE

O primeiro capítulo traça um panorama geral da história das associações de professores no Brasil, breve relato de três pesquisadores em Portugal, Santa Catarina, no intuito de compreender como as variadas entidades se constituíram como grupos, com suas identidades reivindicatórias ou não, mas tendo em comum o fato de se haverem constituído “porta-vozes” desta categoria.

Como vários pesquisadores brasileiros se reportam a autores e pesquisas sobre o associativismo dos professores realizadas em Portugal, apresento a seguir breves notas sobre esta temática.

Não obstante algumas iniciativas pioneiras, o associativismo docente, na perspectiva apresentada por Antonio Nóvoa (1987), é um fenômeno que se desenvolveu fundamentalmente a partir da segunda metade dos anos 1800 em Portugal. A primeira associação de professores foi criada em 1854, exatamente com esse nome: Associação de Professores.

Em outra obra sobre a constituição de movimentos associativos de professores, escreve Nóvoa que, comparada ao modelo dos sindicatos, a associação de professores é caracterizada como hegemônica, com contornos próprios, e teve em Portugal uma queda devido a “uma visão funcionarizada da profissão”, não respondendo às novas necessidades organizativas dos professores (1995, p. 27). O autor descreve três formas associativas emergentes, com as seguintes características: a) identificação a um saber disciplinar; b) manifestação de tendências pedagógicas e c) vontade de exercer um novo poder profissional. Nóvoa (1995, p. 28) afirma que as condições necessárias para o aparecimento de um novo associativismo docente em Portugal se constituíram “pela reconfiguração da profissão docente e o desenvolvimento de comunidades escolares autônomas”.

Nóvoa (1999, p. 19) em: *O passado e o presente dos professores*, descreve sobre o processo histórico de profissionalização do professorado pela Europa onde relata que em meados do século XIX

com os esforços de implantação do ensino normal o aparecimento de um “novo” movimento associativo docente ao qual corresponderia a uma tomada de consciência dos seus interesses como “grupo profissional”. Logo este grupo reunindo-se em associações optariam por um modelo que fosse mais adequado onde pautou-se por variadas controvérsias, filiações políticas e ideológicas. Assim, o autor coloca em destaque que:

[...] as práticas associativas pautaram-se quase sempre por três eixos reivindicativos: melhoria do estatuto, controle da profissão e definição de uma carreira. O prestígio dos professores no início do século XX é indissociável da acção levada a cabo pelas associações, que acrescentaram à unidade extrínseca do corpo docente, imposta pelo Estado, uma unidade intrínseca, construída com base em interesses comuns e na consolidação de um espírito de corpo.

Das publicações portuguesas listadas sobre as associações de professores, aproveitei para estudo a obra de Felgueiras (2002) em torno do Instituto do Professorado Primário Oficial Português (Ippop) no século XX, cujo objetivo central era compreender a vida interna de uma instituição de um grupo de professores. A autora analisou tal associação em três dimensões: espaços, normas e práticas.

Na década de 1920, o movimento organizado pelos professores primários portugueses caracterizou-se como ativo e em defesa da educação popular. Esse grupo possuía “forte poder reivindicatório e organizado pelo Ippop, onde tinham produções de divulgação através da revista, realização de congressos com regularidade”.(FELGUEIRAS, 2013, p. 75).

Pintassilgo (2008), na produção baseada no contexto português, teve como objetivo principal estudar o papel do associativismo docente da imprensa no que diz respeito à produção de representações sobre a profissão docente, e respectiva identidade, entre 1950 e 1970:

O associativismo docente – a par da imprensa pedagógica produzida por professores – propiciou

o desenvolvimento de um contexto intelectual e afetivo favorável à socialização dos professores nas crenças e nos valores próprios à profissão e contribuiu para a difusão de um sentimento de pertença a uma mesma comunidade (PINTASSILGO, 2008, p. 2).

Almeida (2011, p.132-133) afirma que a primeira forma de ação coletiva dos professores no Brasil deu-se por meio da criação de associações e que apresentava como aspectos centrais a fragmentação das lutas da categoria. A autora enfatiza que pelo número das associações criadas existiam aquelas que tinham pretensão de defender os interesses específicos de cada segmento, ou seja, existiam associações que congregavam os professores primários ou dos secundaristas, e assim, o que indicavam traços da fragmentação da categoria do magistério público. Outras categorias profissionais conforme a autora iniciaram suas ações coletivas através de sindicatos como instrumento reivindicatório para atender suas demandas. Assim, para a autora as primeiras iniciativas associativistas de professores predominava:

[...]a ausência de debates mais amplos que discutissem a política educacional e a predominância do diálogo com os governantes, em detrimento das práticas combativas. Em linhas gerais apresentavam um caráter corporativo e assistencialista com ênfase na prestação de assistência aos professores. (ALMEIDA, 2011,p. 133)

Os autores Sadi Dal Rosso, Hέλvia Leite Cruz e Erlando da Silva Rêses (2011, p. 112) publicam no artigo: “Condições de emergência do sindicalismo docente” uma reflexão acerca do associativismo docente ser um movimento que antecede ao sindicalismo:

Os sindicatos foram, entretanto, precedidos por outras formas de organização defensiva. São as chamadas associações ou uniões que, dependendo

das regiões em que surgem, combinam papéis agregadores da categoria docente em torno de questões pedagógicas e científicas, proteção mútua, atividades sociais e culturais, defesa dos interesses dos associados e debate sobre políticas e práticas educacionais.

Os autores acima citam que Borges; Lemos, (2009), Catani (2003) e Cruz (2008) possuem em comum a mesma afirmativa de que as associações surgem como um tipo de organização “pré-sindical” lançada suas raízes século XIX adentro, no Brasil.

De acordo com Almeida e Ferreira Jr (2015. p. 77) as produções acadêmicas no âmbito nacional brasileiro sobre o associativismo docente da rede pública encontram-se em fase de consolidação onde existe em sua abordagem com maior frequência atreladas ao sindicalismo e que:

[...] houve a conformação de uma tendência que o investigou como pré-história do sindicalismo, tendência esta oriunda dos estudos realizados no campo do sindicalismo geral. Não obstante, percebeu-se que o surgimento de pesquisas, cujo objeto de estudo central era investigar o associativismo docente, contribuiu para o rompimento com tal perspectiva, uma vez que tais estudos apresentam análises que exploram o fenômeno para além do enfoque que valoriza o caráter de resistência, presente nas ações coletivas do magistério, aspecto que marcou a abordagem do sindicalismo docente..(ALMEIDA e FERREIRA JR, p. 77, 2015)

Os autores descrevem que existem duas fases sobre as pesquisas por eles estudadas acerca do movimento dos professores das escolas públicas onde:

[...]a primeira corresponderia ao período que abrange a segunda metade do século XIX a meados da década de 1970, fase que engloba a criação das associações docentes mas também o surgimento dos primeiros sindicatos de

professores ligados às instituições particulares de ensino, nos moldes da estrutura sindical instituída na Era Vargas (1930-1945). A fase do sindicalismo, por sua vez, refere-se ao momento de eclosão das greves dos professores das escolas de 1º e 2º graus, em diversos estados brasileiros, sob a influência do Novo Sindicalismo que, dentre outros aspectos, representou a contestação da estrutura sindical montada na Era Vargas. (ALMEIDA e FERREIRA JR, 2015, p. 78)

Almeida e Ferreira Júnior (2015, p. 85) descrevem em sua pesquisa acerca da produção acadêmica brasileira constatando que é utilizado em maior escala como referencial o modelo analítico do pesquisador português Antônio Nóvoa (1995) onde o associativismo docente tem sua visibilidade como a “última etapa do processo de profissionalização da atividade docente, na medida em que corresponde à tomada de consciência do corpo docente de seus próprios interesses enquanto grupo profissional”

Os autores citados acima também destacam como uma das finalidades presentes nas experiências associativas, o uso do mutualismo. O termo mutualismo como objeto de estudo insere-se na perspectiva em que Almeida e Ferreira Júnior explicam que:

O mutualismo, no sentido genérico, é um objeto de estudo investigado como parte do fenômeno associativo. As sociedades ou associações de auxílio mútuo representaram no século XIX, um dentre os diversos tipos de entidades que caracterizaram o associativismo no Brasil, sendo o mutualismo um objeto específico de estudo que passou a fazer parte das produções acadêmicas na década de 1990. Foi a partir dos estudos sobre as experiências mutuais no operariado brasileiro que surgiu o questionamento da concepção do associativismo como um protosindicalismo (2015, p. 86)

Este aporte para os autores acerca do mutualismo serve para justificar o seu rompimento com a ideia do associativismo enquanto a

pré--história do sindicalismo, buscando captar o significado das práticas associativas, no bojo do processo de profissionalização docente. (ALMEIDA e FERREIRA JR,2015 p. 85-86)

O livro organizado por Dal Rosso (2011), *Associativismo e Sindicalismo em Educação: organização e lutas*, possui grande relevância na temática estudada, pois reúne trabalhos de comunicações de participantes dos *Seminários para Discussão de Pesquisas e Constituição de uma Rede de Pesquisadores*, entre 2009 e 2010, e aborda as organizações e lutas da categoria docente. Apresenta, como objetivos da rede: “Promover e ampliar pesquisas sobre origens e desenvolvimento de associações e sindicatos em educação” (DAL ROSSO, 2011, p. 18).

O surgimento da Rede de Pesquisadores sobre o Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação (REDE ASTE), no ano de 2009 representou um fator que vem contribuindo de forma significativa tanto ao surgimento de novas pesquisas, bem como para a maior visibilidade do tema do associativismo, na medida em que o evento tem proporcionado sua inserção no debate e a divulgação das produções na área.

A fundação de associações de professores no Brasil faz parte do contexto da história da educação e assumiu diferentes perspectivas em sua estrutura organizacional e em seus objetivos. Ao longo do tempo, sempre com a finalidade de defender os interesses da categoria (DAL ROSSO, 2011), cada uma foi alterada em sua essência conforme se destinasse a se tornar sindicato ou não.

É de destaque nesse campo os trabalhos produzidos por Paula Vicentini e Rosário Lugli sobre as experiências do Centro do Professorado Paulista (CPP) e da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), em São Paulo. No caso do Rio de Janeiro, a principal referência tem sido as pesquisas realizadas por Daniel Lemos, um dos poucos trabalhos que explora a trajetória do associativismo no século XIX. O autor discute a emergência do movimento dos professores no Município da Corte, momento em que situa sua fundamental participação, tanto nos debates

educacionais, como nas questões políticas em voga no período investigado.

A seguir serão explanados sobre o estado da arte acerca do associativismo docente no Brasil em algumas cidades e tempos distintos servindo como um comparativo de estudos em perspectivas autorais distintas ou parecidas como meio de trazer à tona o quanto estas pesquisas possuem nuances importantes para a história da educação e a profissão docente.

1.1 O ASSOCIATIVISMO DOCENTE NO BRASIL

O mapeamento mais recente que foi encontrado em nossa pesquisa bibliográfica sobre a distribuição das pesquisas com enfoque no associativismo docente de acordo com as federações brasileiras temos Almeida e Ferreira Júnior (2015,p.84) com o seguinte :

A Região Norte apresenta a maior lacuna nesse campo de pesquisa. No levantamento realizado foram localizadas apenas duas pesquisas sobre estados da referida região. Além da ausência de estudos sobre alguns estados, a mesma apresenta o menor número de pesquisas, dentre as regiões brasileiras. Por outro lado, o mapeamento demonstra uma concentração dos trabalhos na Região Sudeste. A maior parte é referente a estados desta região, especialmente sobre o Rio de Janeiro e São Paulo. O Nordeste, apesar de apresentar maior número de estudos do que a Região Sul, em termos relativos, considerando o número dos estados, a mesma ainda apresenta maiores lacunas. Convém ressaltar que o estado do Ceará quanto à distribuição dos trabalhos, figura dentre os que possuem maior número de análises na Região, em sua maioria, realizadas no Programa de Pós Graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Conforme Libânia Nacif Xavier (2013, p. 193), inicialmente, “o

termo associativismo docente é abrangente, pois envolve toda forma de organização coletiva dos professores na defesa de seus interesses em diversas esferas da vida social”. As histórias das associações de professores no Brasil têm, em sua gênese, a iniciativa de alguns grupos de profissionais com necessidade de se sentirem representados em instituições de molde associativista (o assistencialismo) ou reivindicatório (de caráter sindical).

Para Lemos (2011, p.9) a carreira docente obteve primeiramente em um “modelo sacerdotal” no bojo de sua profissionalização visto como uma “vocação” onde assim, muitos estudiosos defendem ser fator determinante para conformação da categoria para agir coletivamente. De acordo com este autor esta primeira imagem da profissão legitimou práticas e discursos “como a conduta moral dos professores, o desapego a questões financeiras e a ideia de missão e vocação.”

No estudo realizado por Lemos (2011), intitulado: *Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial*, consta que desde o período imperial existiam formas de organização de grupos de professores que exerciam a profissão no ensino primário do setor público no Brasil. O autor realizou uma pesquisa sobre as formas de organização associativa dos professores primários nas escolas públicas no Rio de Janeiro a partir de fontes jornalísticas, de cartas enviadas ao inspetor geral e de outros professores. O autor acrescenta que:

Para estudar as organizações docentes do século XIX, é importante ressaltar as dificuldades que se colocam, não só no trato e localização das fontes, como também na pequena produção de estudos historiográficos relativos à educação no Império, uma vez que grande parte das pesquisas sobre esse tema está voltada para o período republicano. O Império brasileiro, até poucos anos atrás, estava envolvido em um conjunto de interrogações e silêncios no âmbito da historiografia da educação. Recentemente, esse quadro vem sendo modificado por uma maior produção voltada para esse período histórico. Essas pesquisas demonstram que, ao

contrário do que se supunha, havia um intenso debate sobre a questão educacional no Império (LEMOS, 2011, p. 11).

Nessa mesma obra o autor afirma ainda que no Rio de Janeiro, a partir de 1870, os professores estavam inseridos no processo de urbanização e no setor educacional, nos quais reivindicavam suas propostas, utilizando, para protestar, artigos em jornais e cartas. Este estudo não se limitou às associações juridicamente formalizadas, com estrutura organizacional, estatuto e registro de reconhecimento do estado, mas, de maneira ampliada, em diferentes formas de atuação coletiva e organizada dos professores. O autor salienta ainda, neste sentido:

Dentro dessa definição se enquadram os jornais organizados por grupos de professores, os abaixo-assinados, manifestos, assim como agrupamentos de professores que, organizados em torno de um tema específico, não formalizaram junto ao Estado o registro da organização. Com isso, tento entender como os professores construíram meios de se agregar, de se associar, e como organizados, no século XIX, auxiliaram e disputaram a construção da imagem do magistério, a forma que ela foi pensada e os limites da docência. Busco trabalhar percebendo também as redes de sociabilidade que se formam nesses espaços (2011, p. 4).

Esse tipo de participação do professorado durante o final do Império pode ser encontrado na capital, Rio de Janeiro, e em algumas capitais de províncias e grandes cidades. Nelas, a proporção de docentes em relação à população era maior. Suas unidades educacionais abrigavam muitos docentes e, conseqüentemente, abriam espaço para encontros, interações e cooperação mútua sobre questões pedagógicas, políticas e salariais, com o que ultrapassava o limite das ações individuais no sentido das ações coletivas. Na defesa dos interesses materiais e éticos, os professores escreveram um Manifesto dirigido ao

Imperador em 1870, onde “neste manifesto, os professores reclamavam da situação de penúria a que estavam submetidos, comparando seu estado com o dos escravos, e levando à dedução de que o governo seria o ‘grande feitor’”. (Borges; Lemos, 2008, p. 9). Antes da existência formal de associações de defesa, os professores reclamavam das péssimas condições de trabalho.

Sobre o Brasil no período do Império temos em síntese que:

o país começa a reconhecer a importância da instituição escolar, bem como os aspectos legais da educação. Em 1827 é promulgada a primeira lei geral de educação do país, que objetivava construir um sistema nacional de educação escolar composto por escolas elementares, secundárias e superiores, mas que ficou reduzida à manutenção das aulas avulsas públicas de primeiras letras. Acontece nesse período a descentralização do ensino, ficando a educação elementar e secundária sob a responsabilidade das províncias. (CRUZ, 2008, p. 52)

Vicentini e Lugli (2011, p. 174) descrevem que as primeiras iniciativas de organização do magistério em associações específicas no Brasil foram empreendidas através de professores primários na segunda metade do século XIX nos seguintes estados: Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, sendo o último vinculado à Igreja católica.

De acordo com Almeida (2011, p. 133), no período republicano do Brasil, alguns estados fundaram entidades representativas dos docentes, nos moldes do associativismo: Confederação do Professorado Brasileiro (Rio de Janeiro, 1926); Centro do Professorado Primário de Pernambuco (1929); Centro do Professorado Paulista (1930); Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (1931) e Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal (1945). A autora afirma que o associativismo era uma forma coletiva de ação. Além disso:

Apresentava como aspecto central de fragmentação das lutas da categoria, evidenciada pelo número das associações fundadas dos professores primários e secundaristas do setor público de cada segmento [...]. Em linhas gerais, as entidades apresentavam um caráter corporativo e assistencialista, com ênfase na prestação de assistência aos professores (ALMEIDA, 2011, p. 133).

Araújo (2003, p. 10) afirma que na década de 1920, no Brasil, se iniciou um “movimento de novas ideias no plano cultural, econômico, social e educacional”. Como os assuntos educacionais estavam sob a responsabilidade do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, cabia aos governos estaduais a organização dos chamados ensinos primário, normal e secundário.

Em 2009, Paula Vicentini e Rosário Genta Lugli publicam *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. As autoras incluem o associativismo docente como parte da história da profissão docente, dedicando dois dos cinco capítulos para problematizar e descrever sobre as condições de trabalho e o movimento dos professores nos séculos XIX e XX. Para as autoras:

[...] a organização dos sistemas escolares estaduais e delimitação do espaço profissional dos professores constituíram marcos no processo de estruturação do campo que envolveu também a criação de instituições para a formação docente, bem como a produção e a circulação de conhecimentos específicos para a área. As entidades representativas do magistério inseriram-se nesse processo, disputando a posição de porta-vozes da categoria, numa tentativa de interferir nos rumos adotados pelas políticas educacionais e de conquistar melhores condições para o exercício da profissão, bem como o maior prestígio social (2011, p.173)

A partir de 1933, há registros que evidenciam a realização de

iniciativas de organizações associativas para as demais profissões da época. A nota a seguir explicita tal afirmação:

Associações: representação profissional. A liberdade de associação é forma preciosa das garantias oferecidas pelo direito público. Aos cidadãos assiste a faculdade de se reunirem sob a bandeira associativa para exercer em conjunto uma atividade comum, com um objetivo lícito. Ao Estado cumpre assegurar a liberdade de associação, em toda a sua plenitude. É essa uma conquista da civilização, proclamada em todos os códigos políticos modernos, sem outras restrições que não sejam as dispostas pela moral e ordem pública. Mas, não basta assegurar o direito de associação. Era mister protegê-lo. E o Estado vem ao encontro do regime associativo, dando-lhe a proteção que merece (DIÁRIO POPULAR, 1933, apud LEON; AMARAL, 2010, p. 176-177).

Vicentini e Lugli (2011, p. 176) relatam que a ampliação das iniciativas associativistas do magistério primário aconteceram “com um impulso” nos anos 1940, sobretudo após a queda da ditadura de Vargas, em 1945. Entre o período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, surgiram, em diversos estados brasileiros, dentre os quais se destacaram Pernambuco, Ceará, Piauí, Alagoas, Espírito Santo, Santa Catarina, Goiás e Mato Grosso.

Já Ferreira destaca, sobre a década de 1940:

[...] o período associativo propriamente dito começa a partir de 1945, quando se identificam organizações representativas, perdurando até meados da Ditadura Militar, ocasião em que principia a fase genuinamente sindical da organização dos profissionais da educação. Temos, aqui, duas ditaduras (Vargas e militares) a dificultar a referida organização, mas também cabe dizer que a reação às mesmas igualmente colaborou para avanços na perspectiva mais sindical (2013, p. 86).

Vicentini e Lugli (2011) abordam a expansão dos diferentes níveis de ensino no século XX, sobretudo do médio, nos quais os segmentos que faziam parte do magistério se tornaram mais numerosos, ocasionando a criação de associações próprias de cada segmento, voltadas à defesa de interesses específicos, ampliando as disputas travadas no interior do movimento docente.

Conforme o estudo de Lemos (2011, p.11) três autoras realizaram estudos sobre as associações de professores no período republicano: Andrade (2001), Vicentini (2002) e Catani (2003). Logo o autor descreve sobre as pesquisas:

[...]o primeiro de autoria Tereza Andrade intitulado: A união dos professores do Rio de Janeiro: um capítulo da história da organização docente (1948-1979) trata do processo de sindicalização e das tentativas de unificação das organizações representativas dos professores naquele período, tendo como objeto central a união dos professores públicos do Rio de Janeiro. Em uma linha próxima, o trabalho de Paula Vicentini *Imagens e Representações de Professores na História da Profissão Docente no Brasil (1933-1963)* desenvolve com a representação dos professores e seus movimentos no Estado de São Paulo. Em *Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*, Denice Bárbara Catani estuda a Associação Beneficente do Professorado Público nas duas primeiras décadas do século XX, e o periódico educacional dessa entidade, articulando a imprensa educacional com os estudos sócio-históricos da profissão docente. (LEMOS, 2011, p,11)

O trabalho de doutorado de Paula Vicentini, *Imagens e Representações de Professores na História da Profissão Docente no Brasil (1933-1963)*, 2002, explana acerca da representação dos

professores e seus movimentos no estado de São Paulo. Já em 2005, Paula Vicentini e Rosário Genta Lugli, publicam um artigo: *O magistério secundário como profissão: o associativismo docente e a expansão do sistema educacional brasileiro entre os anos 1940 e 1960*, onde as autoras realizam um estudo das representações sobre a profissão, advindas pelos professores secundários, privilegiando a história da APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo), desde a sua fundação (em 1945) até o início dos anos 1960, quando conforme as autoras esse segmento da categoria definia um perfil de formação e de atuação, procurando afirmar-se no interior do movimento docente e que a partir no final da década de 1950:

Incorporaram a imagem do profissional que precisava ser condignamente remunerado para o bom exercício do magistério fizeram parte da estruturação e delimitação do campo educacional, dando origem a movimentos associativos e a práticas reivindicatórias, bem como a projetos de formação (VICENTINI e LUGLI, 2005, p. 60)

A opinião dos professores primários foi difundida em maior escala a nível nacional através de Congressos Nacionais durante a década de 1950, onde as associações docentes estaduais começaram a se articular através de reuniões ao qual representaram um importante fórum de discussão, bem como um espaço de lutas entre as diversas entidades para o estabelecimento de um modelo associativo nacional, o qual passou a se configurar já desde o primeiro evento. (LUGLI e SILVA, 2014, p.238)

Este evento conforme os autores, aconteceu na Bahia em 1953 e o objetivo ao debate a uma variedade de temas relativos à profissão, entre os quais se contavam questões de formação, métodos de ensino, assistência aos alunos desfavorecidos, aposentadoria etc. Diante das escolhas sobre as recomendações finais deste primeiro Congresso encontravam-se o seguinte:

[...] várias indicações que revelavam o projeto de

uma organização nacional em defesa do magistério, numa tentativa de articular as associações de professores primários estaduais. Tentava-se superar os efeitos decorrentes da “dualidade de sistemas” educacionais que se instituíra desde a Constituição de 1890 no país – ou seja, como o ensino primário estava exclusivamente a cargo dos estados, deu-se origem a sistemas diferenciados e independentes nesse nível de ensino, o que terminou por gerar associações docentes limitadas ao nível estadual (LUGLI e SILVA, 2014, p.238)

Dal Rosso e Lúcio (2004) destacam que os professores se sindicalizavam tardiamente, procurando ou não uma associação que os representasse. Segundo os autores, por dois fatores: “um, de controle institucional e estatal sobre a atuação dos trabalhadores em educação; outro; relacionado à concepção vocacional da educação que moldava a subjetividade e a concepção de identidade dos educadores”.

Dal Rosso e Lúcio (2004, p.114) destacam dois fatores explicativos sobre essa tardia sindicalização dos trabalhadores docentes: “a) um de controle institucional e estatal sobre a atuação dos trabalhadores em educação e b) outro relacionado à concepção vocacional da educação que moldava a subjetividade e a concepção de identidade dos educadores” (2004, p. 114).

Entretanto, muitas das associações existentes já atuavam como sindicatos, tanto nas lutas pela redemocratização da sociedade como, mais especialmente, em prol de suas reivindicações corporativas.

Almeida (2011, p. 133) afirma que houve um aumento significativo de entidades associativas de professores advindos de escolas públicas nas décadas de 1940-1950, pois esta categoria profissional não era permitida se sindicalizar e assim viam com único meio de organização através das associações.

Para os autores Dal Rosso e Lúcio (2004, p.35) o primeiro se deveu à legislação trabalhista expressa na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que durou até 1988, a qual impedia a sindicalização

de todos os funcionários públicos, incluindo os professores. Estes, portanto, foram legalmente impedidos de se organizar, tanto nas redes estaduais como nas municipais.

De acordo com a Consolidação das Leis de Trabalho, no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, no art. 566, “não podem sindicalizar-se os servidores do Estado e os das instituições para-estatais”. Assim sendo, tal proibição repercutiu no número expressivo de organizações em moldes de associação por professores nas décadas de 1940-1950 (ALMEIDA, 2011, p. 133).

A proibição de sindicalização, no entanto, não impediu que muitas das associações já existentes atuassem como tais, tanto nas lutas pela democratização da sociedade, quanto, mais especialmente, em prol de suas reivindicações corporativas. A autora acima citada acrescenta, com base no que Dal Rosso, Cruz e Rêses (2011) escrevem a respeito deste histórico das associações e sindicatos de professores no Brasil, escreve:

[Eles existem] desde a fundação do Sinpro-Rio em 1931 [...] uma quase exceção e, especialmente, ao final dos anos 1970, quando a resistência ao regime militar abriu espaço para inúmeros sindicatos e associações surgirem [...] tanto em relação à educação básica quanto em relação à educação superior (2011, p. 112).

As entidades associativas da profissão docente, apesar disso, assumiram diversos posicionamentos políticos em casos de dificuldade de articulação do magistério em torno de ideias e propostas em comum que tinham a ver com as formações dos profissionais, a heterogeneidade da categoria, as condições institucionais de trabalho.

De acordo com Vicentini e Lugli (2011, p. 179), tais diferenças e divergências do magistério primário demandavam predominantemente a formação oferecida em nível médio; já o magistério secundário exigia a realização de estudos em níveis mais elevados e a remuneração variava de acordo com o nível de ensino, as identidades e as culturas desenvolvidas por cada professor no seu trabalho. O tipo de contrato de

trabalho também interferia nas diferentes posições no campo educacional, “conduzindo-os a diferentes perspectivas, fontes de divergências, disputas e antagonismos entre os professores, dificultando as tentativas de articulação da categoria no âmbito do movimento docente” (2011, p. 179).

Em linhas gerais, mesmo com a heterogeneidade que marca a história das associações, estavam em comum acordo no que se referia à melhoria das condições de vida e trabalho dos professores.

1.2 O ASSOCIATIVISMO DOCENTE EM SANTA CATARINA

Conforme Lemes, as primeiras associações de professores catarinenses tiveram sua gênese em 1940, coincidindo:

[...] em termos históricos, com a expansão do sistema educacional brasileiro e com a valorização da educação enquanto fator fundamental ao desenvolvimento social e econômico do país. A expansão do sistema de oferta de ensino trouxe consigo o crescimento do número de cursos de formação de professores, então conhecidos como “Cursos Normais”, que passaram a formar professores em todas as regiões do país, fazendo aumentar o número de professores dedicados ao exercício do magistério (2007, p. 31).

Na sequência a autora afirma que as associações de professores estiveram ligadas diretamente ao processo de profissionalização docente no Brasil e acrescenta:

Ainda que o exercício do magistério tenha iniciado com os portugueses e com os padres Jesuítas no século XVI, os primeiros contornos da chamada profissão docente no país começaram a ser definidos somente a partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (2007, p. 32).

Além da influência da profissionalização docente, destaca a

formação da identidade profissional, “diretamente associada às regulamentações que o recentemente criado Ministério passou a fazer quanto aos requisitos e às competências necessárias ao exercício do magistério, assim como às condições de ingresso e remuneração” (LEMES, 2007, p. 31-32).

Autores como Vicentini (2005), Pintassilgo (2007) e Valle (2003), dentre outros, utilizam, em suas publicações, como fonte comum, os escritos do educador português António Nóvoa (1987; 1995) sobre as categorias acerca dos sentidos da profissionalização docente e suas contribuições para entender da conjuntura que envolve a criação de grupos em associações ou em sindicatos de professores. Dentre essas contribuições, destaco as de Ione do Valle (2003) sobre a profissionalização docente em Santa Catarina.

Ione Ribeiro Valle (2003), catarinense, que desenvolve atividades de pesquisa e ensino no campo da Sociologia da Educação, publicou uma de suas pesquisas no livro *A era da profissionalização: formação e socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ª série*. Nele, contextualiza o momento sócio-histórico estadual, que acredito ser um dos fatores que têm contribuído para a formação de associações. A autora faz uma reflexão acerca do perfil social dos professores dos anos iniciais, da primeira à quarta série, e sua trajetória escolar, analisando o contexto educacional conduzido pelos governantes de 1930 a 1970. Desenvolve o estudo seguindo as propostas teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu, utilizando conceitos como *habitus*, capital social, econômico e cultural, produção simbólica e profissão. Valle utiliza *habitus* na concepção bourdiesiana para explicar a socialização profissional do corpo docente, entendendo-o como produto da história, ou seja, como produto das práticas individuais e coletivas. Neste nível, *habitus* representaria um modo de ensinar moldado pela formação inicial, reforçado pela formação contínua.

De acordo com Lins, as três primeiras associações dos professores catarinenses foram criadas a partir da década de 1940:

Em 1947, por meio do Decreto nº 101, foi criada, em Santa Catarina, a Beneficência dos Professores

(BEPROSC) [...] Em junho de 1951, surgiu a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina, a FUCAPRO [...]. No ano seguinte, em 1952, surgiu a Associação Catarinense de Professores (ACP), formada com o propósito de assegurar aos docentes alguns benefícios, sobretudo assistenciais e recreativos (LINS, 1995, p. 14 e 15).

Lins (2002) enfatiza a iniciativa da profissão docente em Santa Catarina para a criação de diferentes instituições de amparo em aspectos como assistência, recreação, atividades culturais e sociais. Afirma, ainda, que neste período em Santa Catarina o professor tinha uma “má remuneração”, mas era reconhecido por parte de pais e alunos, das autoridades e da sociedade. Assim, pode-se concluir, diante desta explanação da autora, que o professor, neste período, almejava um espaço em que lhe fosse possível conseguir um ambiente de socialização da categoria para assuntos de interesse de lazer ou profissionais.

Contudo, para atender a essa aspiração é que foram criadas e nomeadas como o abc do professor: a Beneficência dos Professores (Bepros); a Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina (Fucapro) e a que interessa a este trabalho pesquisar, a Associação Catarinense dos Professores (ACP). A autora caracteriza estas instituições no aspecto assistencialista, recreativo, cultural e social:

- a) A Beneficência dos Professores – BEBROSC - objetivava oferecer o pecúlio e auxílio funeral e hospitalar aos professores que mensalmente descontam de seus salários e proventos uma contribuição financeira para a Beneficência. Em 1954, a BEPROSC foi considerada de utilidade pública pela Lei Estadual nº1065, de 28.05.1954.
- b) Fundação Casa dos Professores de Santa Catarina – FUCAPRO –, instituída pela lei nº 460, de 14.06.1951, sob a inspiração dos professores Henrique da Silva Fontes e Elpídio Barbosa, com a finalidade de amparar os professores aposentados, proporcionando-lhes condições dignas de moradia. [...] Diferente da Beneficência

e da Associação Catarinense de Professores, a FUCAPRO não possui quadro associativo, tendo como fonte recursos apenas o pagamento de serviços que presta diretamente aos professores.

c) Associação Catarinense de Professores – ACP-, criada em 1952 por um grupo de professores liderado pela professora Aída Gomes Mendonça, primeira presidente da então denominada “Sociedade Recreativa dos Professores” (LINS, 2002, p. 15).

Estas três entidades cresceram e se firmaram, com sedes e patrimônios próprios, em defesa dos direitos dos professores em Santa Catarina, como “cidadão, como pessoa, como profissional” (LINS, 2002, p. 15).

Para Lemes e Trevisol estas primeiras associações de professores em Santa Catarina, durante as décadas de 1940 e 1950, não possuíam “cunho reivindicatório; seus objetivos e práticas tinham um caráter essencialmente assistencialista e de lazer: “[...] as recém-criadas associações dos professores ofereciam a seus sócios assistência médica e jurídica, lazer e, por vezes, previdência” (2008, p. 4).

O contato inicial com as pesquisas já realizadas revelou-se instigador, uma vez que fornece um suporte variado de informações sobre associações brasileiras de docentes em períodos históricos distintos e para a ampliação na produção dos trabalhos acerca do tema, como também para deixar um legado escrito sobre as contribuições que a ACP proporcionou aos professores do estado de Santa Catarina.

Sua permanência até os dias atuais demonstra ser um movimento associativo consolidado, por vários motivos: possui abrangência em espaço territorial dividido em 23 núcleos regionais em vários municípios de Santa Catarina, os quais buscam, desde sua criação, promover ações que atendam aos interesses da categoria dos professores.

Contudo, destacamos que algumas das obras citadas não esgotam suas análises e foram produzidas dentro de um contexto específico, atendendo a uma determinada demanda.

De acordo com o exposto, pode-se considerar, em princípio, que o número de trabalhos a propósito da temática possui várias abordagens no campo da História da Educação ou Sociologia, que poderão ser utilizadas como suporte teórico-metodológico para a realização de pesquisas sobre o movimento associativista dos docentes.

CAPÍTULO 2 - O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO E CATARINENSE NA DÉCADA DE 1950

Neste capítulo, farei uma síntese histórica contextualizando o Brasil e Santa Catarina na década de 1950. Muitos autores destacam ter sido este um período caracterizado por um processo de modernização, em que a educação passou por mudanças significativas com vistas a atender aos interesses econômicos para o desenvolvimento do País.

2.1 O CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO

Abordarei aqui como foram sendo tecidas as mudanças referentes ao planejamento, sem, contudo, “detalhar” fatos. Este caminho me pareceu mais apropriado por reconhecer na história as possibilidades de compreender esses complexos processos.

De acordo com Valle, o contexto brasileiro, na segunda metade do século XX, esteve em processo de mudanças, onde:

a passagem de um modelo econômico baseado na agricultura a um modelo baseado no desenvolvimento industrial; sucessão de diferentes regimes políticos, que provocaram uma ruptura por ocasião do golpe militar, deixando finalmente espaço a um processo democrático muito novo; mudança na educação escolar – fortemente elitista – em educação de massa. Essas transformações tiveram como consequência um importante êxodo rural, uma profunda mudança de mentalidade e a entrada no cenário econômico e político de novos atores sociais, trazendo novas aspirações educacionais (2004, p. 1).

A seguir, encaro o contexto brasileiro e o catarinense, ressaltando alguns dos fatores políticos, econômicos e educacionais da década de 1950, época em que se situou a criação de meu tema de estudo: a Associação Catarinense de Professores (ACP).

Houve, na política brasileira, uma “abertura” do governo no início da década de 1950, quando João Goulart foi ministro do Trabalho, durante o segundo mandato da presidência de Getúlio Vargas. Enquanto ministro, João Goulart realizou uma política de conciliação com o movimento sindical. Dentre as medidas adotadas, por uma delas aboliu o atestado ideológico nas eleições sindicais. Logo após medidas conciliatórias, foram criadas muitas organizações que romperam com a estrutura sindical praticada até então. Este período foi caracterizado pelo fortalecimento do movimento sindical; assim, foram organizadas diversas greves no período de 1951 até 1953 no país todo; em São Paulo, houve a participação de 300 mil pessoas em variadas categorias profissionais (BAUER; DINIZ; PAULISTA, 2013, p. 26). Sobre a chamada “greve dos 300 mil” em março de 1953, e suas consequências, os autores mencionados destacam:

As iniciativas do governo não foram suficientes para conter a grande greve [...] que reuniu diversas categorias de trabalhadores, visando à obtenção de melhorias salariais. Participaram trabalhadores de empresas têxteis, metalúrgicos e gráficos e com participação intensa do Partido Comunista Brasileiro. Foram movimentos de cunho econômico e político, com o reaparecimento das Comissões de Fábrica. Culminou com a criação de um órgão de comando intersindical que originaria mais tarde o Pacto de Unidade Intersindical (PUI). Com a deflagração desse movimento, ficou evidenciado o descontentamento da classe trabalhadora com a política salarial de Vargas e teve um efeito cascata em outras categorias como a dos marítimos no Rio de Janeiro, Santos e Belém em junho de 1953, evidenciando que o movimento operário se encontrava distante do governo. Uma das iniciativas de Vargas para esta aproximação foi a nomeação de João Goulart para o Ministério do Trabalho, que propiciou uma política conciliatória, havendo um afrouxamento da legislação repressiva e possibilitando aos movimentos operários de se fortalecerem. O

agravamento da situação econômica nacional fez aumentar a pressão dos trabalhadores sobre o governo. A inflação e o desequilíbrio da balança de pagamentos cresciam ao mesmo tempo em que apareciam os primeiros sinais do declínio da produção industrial e ampliavam-se os protestos do setor agro-exportador, atingido pela política de confisco cambial adotada pelo governo. A classe operária começou a lutar pela obtenção de vantagens econômicas, apesar das negociações propostas por Vargas no sentido de obter a cooperação dos trabalhadores para um projeto de reconstrução econômica que beneficiasse todas as classes e o movimento sindical começou a recuperar agressividade (BAUER; DINIZ; PAULISTA, 2013, p. 27-28).

Auras (1998, p. 25) destaca que as relações entre o modelo político brasileiro, no período de 1930 a 1964, manifestava tendências populistas, com o modelo econômico centrado na industrialização. As condições infraestruturais da indústria básica foram propiciadas pela administração Getúlio Vargas, tanto no período entre 1930 e 1945, quanto de 1951 a 1954, estimulando, em ambos os períodos, a expansão da indústria nacional.

Juscelino Kubitschek (1956-1961), que preside o Brasil com o slogan “50 anos em 5”, reforçou a base ideológica de caráter nacional-desenvolvimentista por meio de planos para vários setores, entre os quais o educacional, que se insere como um dos itens do Plano de Metas, contendo recomendações básicas, com diretrizes educacionais e incentivos financeiros de organizações internacionais (DAROS, 2012, p. 190).

Maria do Carmo Xavier apontou algumas temáticas presentes neste plano econômico, com o qual o governo se propunha:

acelerar o desenvolvimento do país, *cinquenta anos (de progresso) em cinco (de governo)*; de outro, a vontade de intervir na complexa realidade brasileira reforçava na análise social a perspectiva da *aceleração do tempo histórico*. Ou seja, a

crença num processo intencional de mudanças econômicas sociais e culturais, que, pautado pelo princípio da planificação, produziria a passagem, de forma rápida, de uma estrutura social à outra (2012, p. 205).

Aguiar (2006) escreve que durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960) ocorreu uma mudança no papel do Estado em relação à economia, quando foi adotada uma estratégia política de desenvolvimento que consolidou e expandiu no Brasil o capitalismo dependente-associado, abrindo caminho para o processo de internacionalização da economia.

Na segunda metade da década de 1950, o País vivia um clima de democracia e desenvolvimentismo, com as medidas econômicas do então governo de Juscelino. Conseqüentemente, o período caracterizado pelo populismo enfrentou um período de maiores reivindicações trabalhistas de parte da cidade; também começaram a ganhar maior visibilidade os movimentos originários do campo (BAUER; DINIZ; PAULISTA, 2013, p. 28).

No final dos anos cinquenta, o País foi “sacudido” pelo projeto nacional desenvolvimentista, o qual, no plano econômico, objetivava o “arranco” para o desenvolvimento, difundindo a ideologia política do nacionalismo desenvolvimentista (AURAS, 1998).

Naquele momento, ocorreu no Brasil uma mudança estrutural na política econômica, a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que modificou a forma de crescimento industrial, instituindo o chamado tripé, que se compunha da “associação de empresas privadas brasileiras com multinacionais e estatais, estas últimas responsáveis pela produção de energia e insumos industriais” (BAUER; DINIZ; PAULISTA, 2013, p. 28).

Os autores mencionados no parágrafo acima escrevem que o modelo implantado pelo presidente Juscelino Kubitschek se diferenciou do anterior pelo investimento no setor dos bens duráveis, como, por exemplo, na produção de automóveis por multinacionais. Este se tornou o principal setor de industrialização. Contudo, desde a sua posse

presidencial, em 31 de março de 1956, ficaria ainda mais evidente como eixo-chave o seu programa governamental: o Plano Metas (1956-1961), no qual:

Tal política tinha como centro uma concepção desenvolvimentista, concebida pelo grupo Misto BNDE - Cepal e pela Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, que procurava dispor sobre o desenvolvimento econômico através de uma ação resoluta do Estado na dinamização do parque industrial, na produção energética, nos transportes, entre outros pontos estratégicos que deveriam ser atacados (BAUER, 1995, p. 83 apud BAUER; DINIZ; PAULISTA, 2013, p. 28).

Contudo, a política econômica desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek deixou o nosso país mais dependente do capital externo. A aposta no investimento da industrialização prejudicou a zona rural, especificamente o trabalhador do campo e a produção agrícola, como também levou a um êxodo rural descontrolado, que aumentou a pobreza, a miséria e a violência nas grandes capitais do Sudeste brasileiro.

Durante o período de governo tanto de Getúlio Vargas quanto de Juscelino Kubitschek como presidentes do Brasil, constatamos que eles realizaram um planejamento governamental com projetos ligados ao crescimento do setor industrial. Nesse período, o setor educacional obteve mudanças na formação dos professores e na ampliação das oportunidades escolares.

Nas instituições de ensino, na década de 1950, foram marcantes as influências da Escola Nova relacionadas às metodologias de ensino:

As tentativas de “modernização” do ensino, que ocorriam na escola média e na superior, atingem também o ensino primário e a formação de seus professores. Assim, merece referência a atuação desenvolvida pelo Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE), de 1957 a 1965 - resultante de acordo entre o MEC/INEP e a USAID -, cujo objetivo prioritário foi inicialmente a instrução de professores das escolas normais, no âmbito das

metodologias de ensino, e com base na psicologia, objetivo esse que se estendeu também ao campo da supervisão e do currículo, com vistas a atingir ocupantes de postos de liderança que pudessem ter uma ação multiplicadora de maior abrangência (TANURI, 2000, p. 78).

No contexto nacional brasileiro, as décadas de 1950 e 1960 configuraram, pela atuação do governo, o intuito de promover o campo educacional como um dos fatores determinantes para a projeção nacional desenvolvimentista que impulsionaria o crescimento econômico. Desse modo, foram elaboradas as mais diversas estratégias de planejamento e inseridas ações nas políticas educacionais que atuariam em diversos estados brasileiros, tais como: estudos científicos realizados por pesquisadores das Ciências Sociais, interferência dos sistemas de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização para Cooperação Econômica (Oece), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, conferências, assistência técnica com peritos estrangeiros para atender às metas que permitissem promover reformas (DAROS, 2012, p. 185-186).

O Brasil inseriu-se “numa política desenvolvimentista e num acelerado processo de crescimento no sistema produtivo, aliados ao crescimento e à valorização das Ciências Sociais no campo educacional” (SCHEIBE; DAROS; DANIEL, 2005, p. 15-16). As autoras ainda escrevem:

Neste período o ponto estratégico para a consolidação de um novo projeto de nação, a formação de professores [...] o fomento e o apoio governamental para a reformulação dos cursos. Tais mudanças são articuladas com o desenvolvimento dos próprios estudos relacionados à área educacional. Investir na formação de professores significava também implementar um processo de 'cientificização' do próprio campo de pesquisas educacionais no Brasil (2005, p. 13).

Intelectuais da época, formados no campo da Sociologia, contribuíram, a partir da análise diagnóstica, para a melhoria das condições educacionais; pontuaram suas necessidades “frente à demanda pela educação escolarizada, que foram significativamente ampliadas com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) no período administrativo de Anísio Teixeira”. O Inep, nesse período, teve uma atuação institucional de relevância nacional para orientações acerca da política educacional brasileira que estava sendo modificada em vários aspectos.

(SCHEIBE; DAROS; DANIEL, 2005, p.16).

Em âmbito nacional Convém ressaltar que as décadas de 1950 e 1960 foram profundamente marcadas por reformas nos campos da economia e das políticas educacionais, configurando-se como proeminentes no desenvolvimento da pesquisa em educação no Brasil. (DAROS e MELO, p.02,2006).

Para Saviani (2008), a política educacional diz respeito às decisões que o poder público, isto é, o Estado, toma em relação à educação.

No que tange a modernização Amorim (1984) descreve sobre as iniciativas governamentais com transformações necessárias ao desenvolvimento econômico onde era requisitado a passagem da sociedade “tradicional” para a “moderna”, em suma para a mudança da sociedade urbano-industrial. A autora acrescenta que:

Esta passagem se faz pelas transformações das instituições, o que, em última análise, se dá pela mudança de atitudes dos indivíduos. [...] nesta mudança a educação influi consideravelmente, tanto preparando tecnicamente para atividades industriais, como divulgando atitudes adequadas à nova sociedade. Mas, antes de estabelecer com mais detalhes o que se espera que a educação ofereça neste processo, vamos ver em que se constitui basicamente a teoria da modernização. (p.65-66)

O papel educacional no projeto político-pedagógico do Estado brasileiro consistiu na participação de intelectuais e governantes que se destacavam por interesses ligados à sua dimensão política, a qual se caracterizava tanto por sua função democratizadora, quanto por uma dimensão econômica para o aumento da produtividade e do progresso material (FREITAS, 1999, p. 65 apud DAROS; MELO, 2006, p. 2).

Sobre o processo de planejamento governamental para a modernização no Brasil e em Santa Catarina, destacavam-se:

as propostas desenvolvimentistas propugnadas pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956/1961), e no Estado de Santa Catarina culminou com o desenvolvimento do Plano de Metas do Governo (PLAMEG), levado a efeito pelo governador Celso Ramos (1961/1965). Elaborado para atender três blocos distintos, ou seja, o homem, o meio e a expansão econômica, mas inter-relacionados, o PLAMEG objetivava atender esses blocos primando pela expansão econômica, semelhante à proposta de Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956/1961) (DAROS; MELO, 2006, p. 3).

A transição na economia brasileira aconteceu paulatinamente para a urbano-industrial compreendido entre 1930 e meados da década de 1950. A região do Brasil na qual predominava uma forte concentração econômica, facilitada pelo sistema rodoviário que liderava este processo, era a Sudeste. As capitais brasileiras desta região, como São Paulo e Rio de Janeiro, representavam, em 1958, 66,4% do valor da produção industrial do país. Na região Sudeste, estas duas capitais monopolizavam o setor industrial diante das demais regiões brasileiras. A participação de Santa Catarina no setor econômico relacionado à região Sudeste foi a de enviar para São Paulo grande parte de sua produção alimentícia e fornecendo também alguns produtos de matéria-prima para a indústria (AMORIM, 1984, p. 35)

A conjuntura política nacional brasileira, durante o governo de

Juscelino Kubistchek, que focava o planejamento para o desenvolvimento econômico, promoveu uma infraestrutura para a industrialização. No estado de Santa Catarina, o seminário socioeconômico “inseriu-se numa estratégia da Confederação Nacional das Indústrias, que pretendia fazer levantamentos econômicos regionais; por isso, a Confederação apoiou o Seminário de Santa Catarina. Além disto, o evento foi uma estratégia para tornar conhecido o nome de Celso Ramos. (AMORIM, 1984, p. 31).

O planejamento da educação em Santa Catarina (SANTOS, 1970, p. 34) foi motivado pelo “Programa de Metas” estabelecido pelo governo de Juscelino Kubistchek. Assim, sobre um governo que se afirmava pelo planejamento e pela pesquisa, no final da década de 1950, o então governador de Santa Catarina promoveu, entre os anos de 1958 e 1959, a organização de um seminário socioeconômico no qual utilizou as estruturas de sua antiga função de presidente, da Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina (Fiesc). Logo neste contexto de transformações econômicas:

[...] ditadas pelo "eixo" São Paulo-Rio que Celso Ramos é eleito governador do Estado, 1960, pelo Partido Social Democrático (P.S.D.) Em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Celso Ramos era na época, presidente da Federação das Industrias de Santa Catarina (FIESC), tendo sido seu fundador em 1950 e seu presidente até 1962. Celso era ligado à indústria madeireira, e a madeira, nas décadas de 30 e 40, liderava a pauta de exportações do Estado. (AMORIM, 1984, p. 26).

Santos (1968, p. 48) diz que este acontecimento econômico serviu para equacionar os problemas de cada região catarinense, “à base do diálogo que se instalou entre os líderes das diversas comunidades e as equipes técnicas que para aí se deslocaram”.

Neste evento econômico catarinense foram realizados levantamentos das condições do estado e, posteriormente, uma plataforma de governo com possíveis soluções para os problemas

descritos nos relatórios finais do evento. Os dados obtidos através de relatórios chegaram a 18 setores, a serem priorizados para a solução dos problemas analisados. A educação, dentre os setores, foi apontada como o de maior prioridade (MELO, 2010, p. 142).

O poder público estadual, como apontam os estudos de história da economia política (MICHELS, 1998; GOULARTI FILHO, 2002) e da história política catarinense (LENZI, 1983; CARREIRÃO, 1988; SILVA, 1996), tem demonstrado, no seu processo de reprodução e ampliação, um sistemático envolvimento com os interesses do capital privado (AGUIAR, 2008, p.44).

Aguiar escreve que a visão dos autores acerca da economia catarinense se dividia em dois grandes períodos:

O primeiro, que abrange desde o período colonial até meados dos anos de 1950, foi caracterizado pela acumulação de capital sustentada pela ação dos agentes privados, considerados como a incipiente burguesia local; e o segundo, abrangendo de 1955 aos nossos dias, foi configurado pela acumulação de capital, fundamentada, preponderantemente, a partir da ação do agente estatal, via mecanismos de crédito, incentivos, isenções. Segundo Goulart Filho (2002), é somente a partir da segunda metade dos anos de 1940 que se inicia, em Santa Catarina, o período de ampliação e diversificação do capital industrial, pois até então sua economia tinha uma baixa capacidade de acumulação (excluindo as indústrias têxteis), desintegração econômica e falta de aporte financeiro. No período de 1945 a 1962, ocorreu uma consistente diversificação e ampliação da base produtiva na economia catarinense, decorrente do surgimento de novos setores, como o de papel, papelão, pasta mecânica, cerâmico, metal-mecânico, plástico, materiais elétricos e indústrias ligadas ao setor de transporte (2008b, p. 44).

Contudo, o contexto político e econômico brasileiro e o catarinense foram planejados para atender aos interesses dos processos

de industrialização, por sua vez destinados a atender às exigências do desenvolvimento do País.

A seguir, irei tratar de aspectos relacionados ao sistema educacional e suas modificações na escola e na profissão docente.

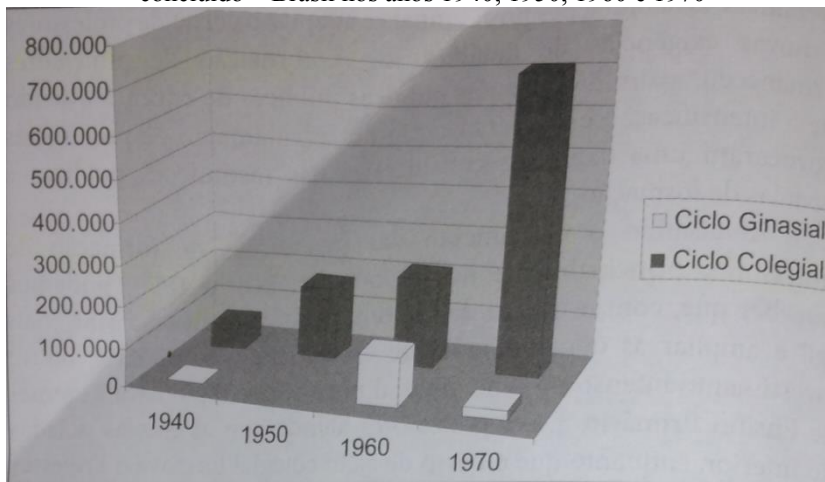
2.2 A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E CATARINENSE

O período estudado por Schneider (2008, p. 201), entre 1946 e 1969, foi de organização do sistema educacional brasileiro, que apresentava um modelo assim dividido: “ensino primário (4 anos) e ensino secundário, oferecidos nos ciclos ginásial (4 anos) e ciclo colegial (3 anos). A formação de professores era oferecida no ensino normal, um dos cursos secundários profissionalizantes existentes no período”.

Um marco importante na década de 1940, que beneficiou a formação de professores, foi a expedição da “Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946 (Decreto-Lei n.8.530)⁵, o primeiro dispositivo federal que regulamentou os cursos de formação de professores, tendo sido posto em vigor em Santa Catarina nesse mesmo ano através do Decreto-Lei n. 257” (SCHNEIDER, 2008, p. 205).

⁵ BRASIL. Decreto-Lei n.8.530, de 2 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Normal. LexML: Rede de Informação Legislativa e Jurídica. Brasília, Senado Federal. 2009. Disponível em: "<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1946-01-02;8530>">Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Acesso em: 27 jun. 2016.

Gráfico 1 - Pessoas de 10 anos ou mais que possuem curso completo ou diploma de estudos do Ensino Normal, segundo o ciclo concluído – Brasil nos anos 1940, 1950, 1960 e 1970



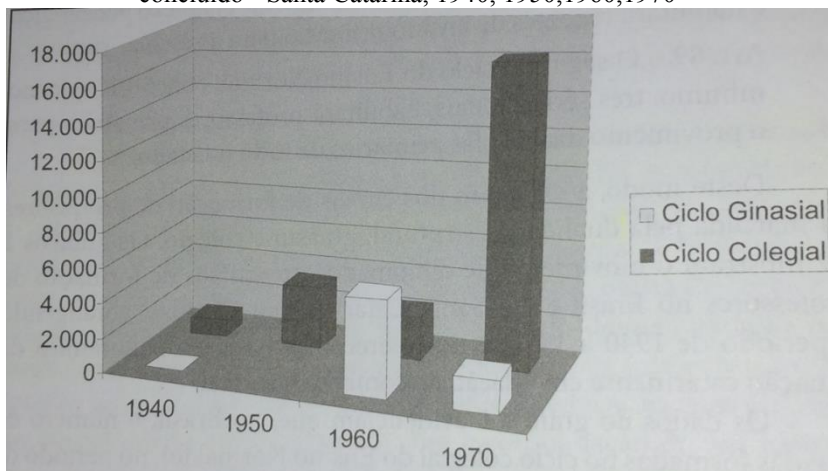
Fonte: SCHNEIDER, 2008 – adaptado dos Censos IBGE – Brasil (1940, p.32); Brasil (1950, p.25); Brasil (1960; p.22); Brasil (1970, p. 36-37)

O modelo de formação de professores adotado para os cursos no cenário catarinense no período de 1946 a 1969 continuava dividido em dois ciclos, que ofereciam formações diferenciadas e finalidades diversas. Assim, no primeiro ciclo, o ginásial, os cursos se destinavam principalmente a formar os professores para atuar nas escolas rurais (do interior do estado) e o segundo, para professores que atuariam nas escolas primárias (2008, p. 202).

A propagação do ensino normal em Santa Catarina contribuiu para a ampliação do ensino secundário, pois muitos alunos concluintes do normal não tinham outra alternativa de curso, e, assim, buscaram uma titulação secundária. Schneider (2010) mostra em gráficos esse processo, em função do qual o número de pessoas formadas no ensino normal era maior que o dos titulados com o ciclo ginásial no Brasil. Abaixo, os gráficos de Schneider (Gráf. 1, acima e 2, abaixo).

Gráfico 2 - Pessoas de dez anos, ou mais, que possuem curso completo ou

diploma de estudos do Ensino Normal, segundo o ciclo concluído - Santa Catarina, 1940, 1950, 1960, 1970



Fonte: SCHNEIDER, 2010 – Adaptado dos Censos IBGE-Santa Catarina (1940, p. 20); Santa Catarina (1950, p. 25); Santa Catarina (1960, p. 17); Santa Catarina (1970, p. 36-37).

Santa Catarina, no mesmo período, conforme o gráfico 2, apresenta diferenças em relação ao Brasil. Enquanto no Brasil a maior parte dos diplomados no ensino normal cursou o ciclo colegial, em Santa Catarina, no mesmo período, o número de pessoas formadas no ciclo ginásial normal foi superior ao de formadas pelo ciclo colegial.

Contudo, os cursos de formação de professores entre 1946 e 1969 foram ampliados de forma considerável, expressando um processo de democratização das oportunidades, mas não apresentou o êxito esperado quanto ao principal objetivo: formar professores para as escolas primárias do estado.

Sobre a construção das escolas de Florianópolis, temos a seguinte informação:

As escolas do município de Florianópolis entram na década de 50 construídas em terrenos próprios, com postos de saúde em anexo, divididas em dois

ou três turnos, com orientação pedagógica seguindo as determinações oriundas da legislação estadual, como o Regulamento do Ensino Primário. Inspeccionadas por inspetores do Estado, que ditavam normas e técnicas embasadas na Escola Nova. Ao final da década, os inspetores foram incorporados ao quadro de funcionários da Prefeitura. Estes inspetores, seguindo o que seus pares faziam na Rede Estadual, passaram a realizar reuniões pedagógicas com os professores do Município, muitas coordenadas pelos inspetores estaduais. Geralmente, estas reuniões aconteciam no dia do pagamento, aos sábados, com presença obrigatória. Esta sistematização e organização dos atos de professores, inspetores e diretoria de educação da prefeitura de Florianópolis gera uma filiação, um “espírito” de rede, um fazer parte da mesma fonte pagadora, com os mesmos pares (CABRAL FILHO, 2004, p. 265).

Conforme já mencionado, na realização do seminário socioeconômico, o setor educacional configurava como um dos itens colocados no centro dos interesses dos debates deste evento. Esta escolha se deveu ao “crescimento populacional que provocou pressão sob o referido setor, exigindo sua ampliação, a fim de atender à crescente demanda” (AGUIAR, 2008, p. 238).

Ao longo do século XX, a escolarização da população brasileira progrediu em grande escala e ganhou “impulso a partir dos anos 1950, no momento em que o estado a integrava no processo de desenvolvimento industrial” (VALLE, 2003, p. 17). Neste período, coexistiam o crescimento urbano e o industrial; ambos exigiam profundas mudanças na estrutura social vigente (2003, p. 24).

As iniciativas governamentais evidenciavam como fraca a proporção de escolarização e, assim, constituíam-se em obstáculo ao desenvolvimento nacional. Valle ressalta:

Assim, a escola devia criar condições estruturais indispensáveis à expansão industrial ou, mais precisamente, devia qualificar a mão de obra para

exigências do modelo de desenvolvimento. Por conseguinte, era preciso promover a expansão das redes de ensino, pôr em prática programas de alfabetização de adultos nas regiões mais carentes e, por fim, estruturar um sistema de educação nacional que seria a expressão máxima das redes de ensino dos Estados e dos municípios (2003, p. 25).

O Observatório da Educação Ibero-americano (OEI) assim apresenta o sistema educacional do Brasil:

Do início até meados do século 20, uma grande parte dos brasileiros ainda era analfabeta. Em 1900, a população brasileira era da ordem de 17.438.434, sendo que 65,3% daqueles que tinham quinze anos ou mais não sabiam ler e escrever. Em 1950, a população havia crescido para 51.944.397 habitantes, e a metade dos que tinham, no mínimo, quinze anos, era analfabeta. O que se verifica é que a intensificação do processo de urbanização e o crescimento demográfico, combinados com o crescimento da renda *per capita*, foram acompanhados pela diminuição da taxa de analfabetismo [...]. Assim, a urbanização e a industrialização foram fatores que influenciaram a escolarização da população, pois, entre os anos de 1920 e 1940, a taxa de urbanização dobrou e o analfabetismo sofreu uma sensível queda. Ademais, levando-se em conta a evolução da população ao longo do período, verifica-se que a sociedade brasileira empreendeu um significativo esforço para diminuir o número de seus analfabetos – uma tarefa que será intensificada nos anos posteriores (2002, p. 22).

As duas tabelas apresentadas a seguir expõem, em dados numéricos, as taxas de alfabetização anteriores aos anos do presente estudo, isto é, década de 1950, as quais evidenciam o seu crescimento.

Tabela 1 - Indicadores demográficos e econômicos e taxa de

alfabetização 1900/1950

| Indicadores | 1900 | 1920 | 1940 | 1950 |
|-----------------------------------|------------|------------|------------|------------|
| População total | 17.438.434 | 30.635.605 | 41.236.315 | 51.944.397 |
| Densidade demográfica | 2,06 | 3,62 | 4,88 | 6,14 |
| Renda per capita em dólares | 55 | 90 | 180 | - |
| % população urbana | 10 | 16 | 31 | 36 |
| % de analfabetos (15 anos e mais) | 65,3 | 69,9 | 56,2 | 50,0 |

Fontes: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL (OEI), p. 25.
(www.oei.es/historico/quipu/brasil/historia.pdf)

Tabela 2 - Evolução da população e da escolarização; população de 5 a 19 anos, 1950/1970

| Ano | População de 5 a 19 anos | Matrícula no ensino primário | Matrícula no ensino médio | Total de matrícula | Taxa de Escolarização | Cresc. Populacional (*) | Cresc. Da matrícula (*) |
|------|--------------------------|------------------------------|---------------------------|--------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| 1950 | 18.826.409 | 4.366.792 | 477.434 | 4.924.226 | 26,15 | 148,20 | 430,92 |
| 1960 | 25.877.611 | 7.458.002 | 1.177.427 | 8.635.429 | 33,37 | 203,71 | 755,70 |

Fontes: OEI – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL, p. 25.
(www.oei.es/historico/quipu/brasil/historia.pdf)

In: IBGE, Séries Estatísticas Retrospectivas, 1970; IBGE, Estatísticas da Educação Nacional, 1960-1971; INEP/MEC, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, n. 101.

Nota: (*) Tomando-se como base 100 o ano de 1920.

Diante dos aspectos listados sobre o sistema educacional a partir de 1950, o mais relevante foi a expansão geral do ensino. No Brasil, as matrículas de ensino primário e de ensino médio, entre 1920 e 1970, ultrapassaram os índices de crescimento populacional. Em outros termos, boa parcela da população que estava à margem do sistema foi

sendo aos poucos incorporada (OEI – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL, 2002, p. 24).

O desenvolvimento industrial brasileiro aconteceu tardiamente. No entanto, trouxe para o setor educacional a preocupação com a escolarização da população. Esta serviria para atender às exigências econômicas e às reivindicações de uma camada da sociedade. Assim, a escolarização resultou no aumento significativo do número de crianças nas escolas e no prolongamento gradativo da escolarização de setores sociais que até então estavam à margem da escola (VALLE, 2004).

O setor educacional, no período estudado, assumiu visibilidade como um:

importante canal de ascensão social, como se não existissem diferenças fundamentais resultantes da sociedade de classes. O discurso dos detentores do poder é, portanto, um discurso dissimulador das desigualdades entre as classes sociais. Os dominantes [...], em seus discursos, lamentam as conseqüências dessa ordem econômica, deixando intocados, entretanto, os mecanismos que as produzem. Paralelamente, imaginam uma educação que venha subverter essa ‘origem iníqua’, esquecendo ou deixando de dizer que essa mesma educação, também pelos seus próprios mecanismos cotidianos, discrimina amplos setores sociais (CUNHA, 1980).

A extensão do ensino obrigatório, de quatro para oito anos, expôs a necessidade de aumentar o número de estabelecimentos escolares, a constituição de novas redes de ensino, novas áreas de formação e adaptação dos conteúdos escolares aos interesses do desenvolvimento da indústria (VALLE, 2004).

Desde a Constituição de 1945, estão dispostos, em seu artigo 110, os motivos que fazem o estado entender como “necessária e justa a ampliação das oportunidades de escolarização para a população” (SILVA; BESEN; MASUTTI, 2010, p. 74). Assim, havia uma preocupação governamental, manifesta através de dispositivos legais,

com a ampliação das oportunidades de acesso à escola. Convém destacar, também, que as autoras, em base a um documento chamado Anuário Catarinense, de 1950, afirmam que na época se obedecia à lógica do estado em seus propósitos de ampliar a escolarização primária. O motivo:

[Garantir a construção] de civilidades indispensáveis ao fortalecimento da nação. Como mostram dados estatísticos ali registrados (confirmados por outros divulgados pelo Instituto Brasileiro e Estatística – IBGE), não havia escolas suficientes para o atendimento da população catarinense. Identificada esta lacuna também em outros estados brasileiros, o governo federal instituiu, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, visando ampliar e melhorar o sistema escolar primário nacional. (ANUÁRIO CATARINENSE, 1950 Apud SILVA; BESEN; MASUTTI, 2010, p. 75)

O estado de Santa Catarina, na década de 1940, recebeu auxílios provenientes do Fundo Nacional do Ensino Primário e outros acordos e convênios firmados com o governo federal. Somente na década de 1950 e meados da década de 1960 é que o número de escolas primárias se expandiu em seu território. Para a construção das escolas primárias em Santa Catarina, havia um número considerável de processos de doação de terras, oriundas de:

pessoas físicas, como por parte de diferentes instituições, como sociedades escolares e sociedades de outros domínios, companhias empresariais (madeireiras, siderúrgicas, sociedades carbonífera, imobiliária em Florianópolis, indústria), organizações religiosas [...], além de documentação de processos de transição de patrimônio das prefeituras para o Estado" (SILVA; BESEN; MASUTTI, 2010, p. 84).

Acerca destas doações, as autoras escrevem serem processos

“turvos” de doação, pois poderiam encobrir o propósito de utilizar o termo “doação” como “estratégia para a tomada de posse estatal de terras alheias”.

A educação, neste processo de implantação e afirmação do desenvolvimento, possuía, neste período, na percepção dos governantes, uma parcela de responsabilidade a se cumprir no “arranco desenvolvimentista” e como setor que funcionaria para preparar a mão-de-obra (SILVA, 1988, p. 59 apud AGUIAR, 2008, p. 238). Como, neste período de transição urbano-industrial da sociedade, o acesso do trabalhador à escola possibilitaria obter conhecimentos básicos, as escolas estariam, segundo Abreu (1965, p. 118), garantindo sua adequada inserção numa sociedade urbano-industrial:

[...] formando-o a partir de novos valores, novos padrões de consumo. Essa compreensão do papel da educação a afirmaria como um importante instrumento de democracia social, pois, além de tratar a todos os indivíduos como iguais potencialmente, a educação permitiria tornar cada indivíduo mais qualificado e “apto a distinguir o seu interesse e a promover a própria ascensão (e, por via da conseqüência, a do país) (apud AGUIAR, 2008, p. 238-239).

A seleção de professores para estes novos espaços escolares foi intensificada e diversificada. Exigiam, conforme a legislação da época, um nível mínimo de formação. No entanto, como faltavam profissionais com diploma, os sistemas de ensino contratavam pessoas jovens em fase de estudo ou mesmo sem formação. E, assim, este recrutamento de professores provocou uma expansão considerável da profissão e uma grande heterogeneidade. Esta nova conjuntura educacional:

exigia uma elevação dos níveis de formação tanto pela administração dos sistemas quanto pelas associações e sindicatos que reuniam professores, especialistas e pesquisadores em educação, pois ela era considerada como essencial à consolidação da carreira profissional (VALLE, 2004, p. 1).

A dinâmica do movimento iniciou desde os anos 1930, com a ampliação das oportunidades de escolarização se entre 1946 e 1969. No entanto, só a partir de 1950 é que se intensificou a expansão do acesso à escola. Desta forma emergiu a necessidade de políticas públicas de parte do Estado brasileiro para incentivar o aumento da quantidade de cursos de formação de professores para atuarem no espaço público e no privado do ensino primário (SCHNEIDER, 2010, p. 200). A autora ressalta que o interesse de pesquisadores no âmbito nacional sobre escolarização do ensino secundário é muito recente; em âmbito catarinense, “são mais raros, em sua maioria produzidos pelas instâncias oficiais, especialmente em forma de diagnóstico e que as décadas de 1940, 1950 e 1960 são as que despertaram menos o interesse”. Ainda, para a autora:

[A iniciativa da ampliação das oportunidades educacionais assumiu uma] face da democratização da educação, onde o movimento de escolarização da população catarinense, através da elevação dos índices de alfabetização em Santa Catarina [...] eram de 42,89% da população de cinco anos ou mais em 1940, de 56,72% em 1950, de 68,65% em 1960 [...] portanto, a ampliação das oportunidades escolares foi intensa, sobretudo nas séries iniciais, o que exigiu um contingente significativo de profissionais para atuarem como professores, mas também fez crescer a demanda por níveis mais elevados de escolarização (SCHNEIDER, 2010, p. 206).

De acordo com Xavier (2008), as políticas adotadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no decênio 1950-1960, com ênfase em publicações voltadas à qualificação de professores foram três: a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (Caldeme), a Campanha de Levantamentos e Inquéritos para o Ensino Médio e Elementar (Cileme) e a Campanha de Difusão e Desenvolvimento do Ensino Secundário (Cades). Portanto:

As campanhas expressam as preocupações dos educadores nucleados no MEC em adequar o

sistema de ensino às expectativas de profissionalização do magistério e de renovação das práticas pedagógicas em curso. A nosso ver, a motivação central dessas campanhas foi a de provocar mudanças nas culturas escolares com base na crença de que, para tal, era necessário difundir certos conhecimentos pedagógicos ao lado de um conjunto de conhecimentos específicos das disciplinas que compunham os currículos escolares em seus diferentes níveis e áreas de saber. [...] se enquadram no amplo organograma que compõe a estrutura do MEC no período 1956-1960 [...] ao mesmo tempo em que revelam as concepções e estilos de ação dos educadores que estiveram à frente de cada uma delas. Jayme Abreu e João Roberto Moreira atuaram na coordenação da Cileme e destacam-se pelas publicações sob a forma de livros editados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), vinculado ao Inep, e sob a forma de artigos na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, também do Inep. Em relação à Cades, campanha vinculada à Diretoria do Ensino Secundário (Dese) do MEC, Luiz Alves de Mattos e Lauro de Oliveira Lima destacam-se pelos artigos que publicaram na revista Escola Secundária (XAVIER, 2008, p. 129).

Foram realizadas pelo Cileme, com a orientação de traçar um quadro sobre a situação educacional da escola pública em vários estados brasileiros. Pesquisas foram desenvolvidas nos estados de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, com as quais se objetivava ter respostas a um conjunto de questões relacionadas à identificação dos fatores que configuravam um movimento de mudança na estrutura e no funcionamento da escola primária no sentido de sua modernização (XAVIER, 2008).

Santa Catarina foi o primeiro estado escolhido para desenvolver o programa de pesquisas da Cileme, porque o educador João Moreira de Sousa já havia trabalhado, durante dez anos, em todos os graus de

ensino do estado:

A narrativa desenvolvida ao longo do livro apóia-se primordialmente no relato pessoal do autor, articulando-se com a análise dos dados extraídos de questionários distribuídos aos professores, funcionários do nível central, alunos e pais, além de dados estatísticos (XAVIER, 2008, p. 137).

Sobre esta pesquisa, ao publicar o livro, a autora escreve:

Em razão do distanciamento da escola em relação à comunidade, a escola catarinense foi classificada de “intelectualista”. No caso do sistema escolar do Rio Grande do Sul, Moreira destacou o problema da diminuição do tempo de permanência da criança na escola, tendo em vista a necessidade de aumentar o número de turnos e, dessa forma, ampliar o número de alunos matriculados nas escolas urbanas. Para o educador, era impossível manter um ensino de qualidade quando as crianças permaneciam apenas cerca de três horas diárias na escola. Nessas condições, conclui o autor, o ensino era passado às pressas, visando apenas à aprovação nos exames finais (XAVIER, 2008, p.137).

O quadro social brasileiro, pelo processo de desenvolvimento econômico entre as décadas de 1950 e 1960, era caracterizado como “sociedade em trânsito”, ou seja, comparando com a década de 1940, cerca de 69% da população vivia no campo; em 1950, haviam migrado para as cidades 8 milhões de pessoas (24% daquela população) e, por fim, em 1960, quase 14 milhões de pessoas (cerca de 36% da população rural) continuaram migrando para as cidades em busca de oportunidades (XAVIER, 2012, p. 208).

Do ponto de vista educacional, a migração da população do campo para as cidades trouxe uma problemática social que alterava a “natureza e o volume da demanda da escola”. Os novos atores nos espaços urbanos deveriam ser preparados desde a escola para dar conta da necessidade da preparação de mão de obra industrial. Assim, o direito

de todos pela educação se tornava, na realidade, uma “necessidade de todos”. As escolas deveriam adequar-se às novas diretrizes do desenvolvimento científico e tecnológico relativamente à formação do indivíduo e alcançar a meta governamental de Juscelino Kubitschek: a meta do desenvolvimento econômico (XAVIER, 2012).

No sistema de ensino, para atender a uma nova organização marcada pela internacionalização da economia no âmbito federal, em 1961 foi criada a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Dessa maneira, no campo educacional, exigiram-se mudanças na configuração organizacional, pois foram fundadas outras instâncias de organização, como o Conselho Federal e o Conselho Estadual de Educação, embasados nos princípios da democracia representativa, da descentralização e da autonomia (VALLE, 1996, p. 69).

O processo de democratização do ensino, nesse período, foi se ampliando com as iniciativas do poder público:

entendido muito mais como a ampliação das oportunidades de escolarização do que como instituição de procedimentos e implantação de práticas que permitam a participação de todos nas deliberações de um corpo coletivo [...], integra os princípios que motivaram a constituição de um sistema de educação nacional (VALLE; MIZUKI; CASTRO, 2004, p. 187).

Daros explicita a contribuição dos intelectuais para a organização do sistema de ensino:

O controle do sistema educacional tornava-se alvo de uma acirrada disputa [no sistema de ensino]. Assim o envolvimento dos intelectuais brasileiros num projeto de modernização da sociedade implicava a mobilização em torno das reformas de ensino. Modernização indicava principalmente um projeto de industrialização que, por sua vez, pressupunha organizar as atividades sociais com funções objetivas, com as quais os dirigentes do processo de racionalização da sociedade definiam papéis e traçavam objetivos. A racionalização científica clamava por mudanças de parâmetros de

análise social, a qual procura nas ciências sociais o suporte teórico e metodológico para interpretar os fenômenos sociais (2012, p. 194).

Vicentini e Lugli descrevem a história da profissão docente brasileira pela ótica de análise das condições em que os professores exerciam seu ofício:

A partir do século XX, com a rápida expansão do ensino, foram criadas iniciativas para afirmação de um maior número de professores. No entanto, ainda assim, “era difícil considerar as possibilidades de ascensão das mulheres” [...] O magistério, essencialmente feminino, estava subordinado a uma administração fundamentalmente masculina e que [...] as lutas dos professores motivaram a construção de discursos em favor da autonomia do trabalho pedagógico, cada vez mais proclamada pelas associações docentes, pelos estudiosos na área da educação por parte da administração do ensino (2009, p. 223).

Com o “golpe de 1964”, o ideário do projeto nacional para o desenvolvimento foi substituído pela “doutrina da interdependência, consolidando a estrutura capitalista no país, que passou a assumir características de capitalismo dependente associado” (AURAS, 1998, p. 23).

O processo de ampliação das oportunidades escolares em todos os níveis de ensino afetou consideravelmente a estrutura do sistema de educação no Brasil, e em Santa Catarina, durante todo o século XX. Assim, pensar a democratização do ensino tem sido um desafio para pesquisadores e administradores do sistema de educação nacional. A expansão do acesso à escola, que se intensificou a partir de 1950, produziu a necessidade de qualificar professores para atuarem na rede pública e na particular de ensino primário, e colocou esses cursos no alvo das políticas do Estado brasileiro. Desde o surgimento dos primeiros cursos de formação de professores para o exercício docente

nas séries iniciais do ensino fundamental, a influência da conjuntura econômica e social dos diferentes momentos históricos gerou embates e lutas políticas e pedagógicas no interior das diversas instâncias educacionais.

2.3 A EDUCAÇÃO CATARINENSE NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO

A Constituição Catarinense de 1945 dispunha sobre os princípios norteadores do ensino primário, a ser oferecido pelo estado e pelos municípios. Em tais princípios se evidencia o interesse de se ampliar o sistema educacional quando estabelecem que a escolarização primária deveria atingir todas as camadas sociais em “superfície e profundidade” e em caráter obrigatório, de modo que todos estivessem de acordo com os requisitos de limite da idade escolar, gratuita e integral (BESEN, 2011). Santa Catarina caracterizou-se por um “arranco” levado ao desenvolvimento, no qual a educação escolar se tornou fator imprescindível ao projeto de lançar o estado rumo à modernidade (AURAS, 1998).

Na conjuntura da política educacional de Santa Catarina, no governo de Celso Ramos (1961-1965) e no de Ivo Silveira (1966- 1971), foi elaborado um planejamento que seguia o plano nacional, o Plano de Metas do Governo (Plameg), como estratégia para alcançar a meta de organização e funcionamento do sistema estadual de ensino. Os planos para a educação, criados a partir da década de 1960, foram: o Plano Estadual de Educação (PEE) (1969-1980) e o Plano Setorial de Educação (PSE) (1973-1976), dentre outros (VALLE, 1996).

Neste contexto, entre 1959 e 1960 o governo catarinense patrocinou um seminário socioeconômico com o objetivo de levantar as condições infraestruturais do estado catarinense. Como os resultados apontaram deficiências na formação da mão de obra para atender aos interesses da modernização econômica, o governador Celso Ramos destinou 11% do orçamento geral do estado para investimentos em educação. Em decorrência disso:

A educação começou a despertar interesses, pois nela estavam implicados objetivos políticos, sociológicos, culturais, psicológicos e econômicos a cumprir numa sociedade que tentava se transformar rapidamente. Assim, a interface entre os três imperativos: abandono do tradicionalismo, implementação da pesquisa em educação e o uso da prática social do planejamento possibilitou a inserção de novos elementos que, aos poucos, começaram a ruir as velhas mentalidades (PAIM, 2014, p. 249).

A LDB, de 1961, previa a criação de conselhos municipais de educação (CME). Em Santa Catarina, a estrutura organizacional desse tipo de conselho era exercida como instância técnica e burocrática do órgão do colegiado de deliberação máxima das políticas educacionais e legitimava, juridicamente, os interesses dos grupos privilegiados dos órgãos privados (VALLE, 1996).

O Plano Estadual de Educação, criado em 1969-1980, sob a vigência da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), teve como meta prioritária a reestruturação do sistema estadual de ensino, embasado na assistência de órgãos internacionais e seguindo as normas que mantivessem o fortalecimento do Poder Executivo do aparelho estatal, em harmonia entre os planos federais e estaduais (VALLE, 1996).

O sistema educacional catarinense foi reformulado com base no molde ideológico de modernização defendido pelo governo. No Plano Estadual de Educação de 1969, a preocupação com o professor em sua “eficiência” ficou marcada por questões de ordem técnica e não privilegiou a formação teórica: “treinar o professor nas técnicas de ensino aconselhadas pela adoção da nova estrutura e de novo currículo” para que eles assumissem rapidamente as escolas e cumprissem o papel de “adestrar rápida e eficientemente os indivíduos para o mercado de trabalho” (AURAS, 1998, p. 24). Sobre as características desse plano educacional, pode-se destacar que:

Apresentou, em seus pressupostos, a concepção de

educação enquanto *valor espiritual*, com base nos princípios nacionalistas inspiradores das disciplinas de Educação Cívica [...]; e *valor econômico*, na expectativa de que, 'a educação possibilitará que todas as categorias sociais participem do desenvolvimento econômico, promovendo a valorização do homem e assegurando a democratização das oportunidades. E, ainda, a educação, instrumento poderoso na formação de esclarecida consciência democrática, estabelecendo condições para a criação de valores espirituais, morais e cívicos que afirmem a nacionalidade (SANTA CATARINA. PEE, 1969/1980, p. 2 apud VALLE, 1996, p. 53).

Em meados da década de 1960, com a efetivação do golpe militar em 1964, o cenário que se desenhava sob o ponto de vista “das liberdades democráticas e do respeito dos direitos sociais e políticos dos cidadãos não era nada tranquilo” (SANTOS, 1990, p. 9).

O cenário educacional catarinense sofreu alterações diante das demandas econômicas do projeto nacional: passou do modelo agrário para o industrial e intensificou o sistema de ensino público, adotando a estratégia da universalização pela ampliação das oportunidades escolares em todos os níveis. Tal processo qualificou os professores para atuarem nas redes públicas e particulares do ensino primário, não somente diplomados, mas qualificados para atender às demandas de democratização do acesso; também fez crescer a demanda por níveis mais elevados de escolarização (SCHNEIDER, 2008, p. 14).

Besen (2011) expõe as implicações das exigências de maiores níveis de escolaridade por parte do estado catarinense, sobre a identidade profissional dos seus professores primários entre os anos de 1950 e 1980. De acordo com os dispositivos que regulamentaram a profissão docente, em Santa Catarina os instrumentos utilizados foram leis, concursos públicos, editais de seleção de professores não concursados, estatutos profissionais, entre outros documentos, que preveem normas de ingresso na carreira docente. Tal pesquisa verificou

que as leis prescreviam um nível mínimo de escolaridade para exercer a profissão docente; no entanto, em outras, havia maior flexibilidade, que dava abertura à contratação e efetivação de professores sem titulação.

A expansão no sistema de ensino apresentava dificuldades devido à ausência de professores com qualificação comprovada pelo diploma. Evidenciava-se, então, a necessidade de admitir novos professores e facilitar o acesso aos programas de formação aos que já atuavam na rede de ensino. A legislação educacional exigia um nível mínimo de formação para ingressar no magistério e, com a falta de diplomados, obrigou o sistema de ensino estadual a admitir jovens ainda em fase de estudo, ou mesmo pessoas com formação escolar insuficiente (VALLE, 2003).

O estado de Santa Catarina criou políticas educacionais para construir e ampliar as escolas primárias, visando aumentar a rede de escolarização. Dessa forma, aumentava o número de admissões de professores, desencadeada pelas necessidades de ampliação do número de estabelecimentos de ensino desde os anos de 1950.

O governo, atendendo a uma demanda econômica, criou iniciativas para a expansão da rede escolar, que necessitava de melhorias; para isso, promoveu ações voltadas à qualificação dos professores por meio da titulação em Pedagogia; criou cursos na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), seguindo o modelo adotado por outros estados. Nesse sentido, o curso de Pedagogia foi fundado inicialmente pelas instituições financiadas pelo grupo da elite local, integrado por intelectuais que o tinham como parte do projeto político-cultural, que igualmente estava com demandas a serem atendidas pelo sistema estadual de ensino por professores formados para o nível médio e nos setores técnico-administrativos (AGUIAR, 2006).

O modelo de formação dos técnicos em educação e professores apresentava fragilidades entre “a teoria e a prática, o conteúdo e o método, o político e o técnico”. Esta formação se caracterizava como um modelo de qualificação precária, pouca consistência na fundamentação teórico-científica (AGUIAR, 2006, p. 241). Daros

(2002) ressalta, a esse propósito, a construção de normas de “identidade social” dos professores catarinenses entre as décadas de 1930 e 1950, pelo modo de regulamentação da carreira e pela forma de organização das escolas formadoras de professores.

Mesmo com a ampliação do acesso ao ensino normal, não aconteceu o aumento do número de professores suficientemente qualificados e atuantes na rede primária do estado, principalmente nas escolas da zona rural. Motivo:

Evasão dos normalistas formados, quando do ingresso na carreira, além de ocorrer um clientelismo político que permite muitas das jovens, que se submetem aos concursos de ingresso, virem a ser colocadas à disposição da SEC, em lugar de serem lotadas em estabelecimentos de ensino. O fato de o Senhor Secretário da pasta de Educação estar atendendo, nesses últimos dois meses, a média de 100 pessoas por dia, é um testemunho eloquente do que estamos a afirmar (SANTOS, 1968, p.11).

Contudo, apesar das expectativas de expansão no sistema de ensino primário para elevação do nível de escolaridade, o magistério catarinense apresentava-se heterogêneo, tanto em termos de formação acadêmica, quanto profissional. Vale, portanto, salientar a importância de compreendermos a heterogeneidade do magistério e a diversidade da constituição do sistema escolar como um todo (VALLE, 2003).

A modernização, por intermédio de ações governamentais, trouxe avanços na valorização e ampliação do sistema escolar, e retrocessos na formação de professores e sua atuação profissional. Ainda sobrevivem, até os dias atuais, iniciativas dessas décadas, como, por exemplo, a de preparação de alunos para o mercado de trabalho.

Por fim, a respeito do momento histórico analisado, concordamos com Schneider e Tripadalli (2008, p. 14) quando afirmam que os políticos estaduais já não tinham plenos poderes de decisão sobre o ensino normal; podemos igualmente perceber que a política do clientelismo continuava arraigada nas relações que permeavam o

cotidiano do ensino normal e da profissão do magistério.

CAPÍTULO 3 - DE SOCIEDADE RECREATIVA DO PROFESSOR A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS PROFESSORES (ACP)

Cinquentenário

*Pequena semente, mas selecionada,
na terra fecunda sendo regada,
trazendo na alma anseios promissores
com força coesa do ideal ardente,
surge intrépida, qual estrela reluzente,
a Associação Catarinense de Professores.*

Lina O. Guzzatto⁶

Na composição deste capítulo, abordo aspectos da história da associação de professores criada em Florianópolis na década de 1950 por um grupo de professores do ensino primário, inicialmente denominada Sociedade Recreativa do Professor, que, em 1965, teve modificada a sua nomeação para Associação Catarinense de Professores. Assim, adentraremos na documentação para buscar elementos que nos ajudem a compreender seu papel, sua atuação e suas contribuições em relação à profissão docente.

Assim, falarei, inicialmente, das motivações para a criação desta entidade, listando suas realizações na primeira década de sua atuação.

3.1 FUNDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES

O depoimento abaixo, de autoria de Zenilda Nunes Lins, uma das professoras que participaram da história da ACP desde 1957, em seu

⁶ Trecho do Poema da professora Lina O. Guzzatto. Revista: Forças vivas celebram 50 anos da ACP, 2003, p. 23.

livro, de caráter memorialístico, utilizado como uma das fontes documentais para minha pesquisa, mostra, com certa dose de emoção e romantismo, o ambiente e os propósitos do grupo fundador da entidade:

Inquietas como as folhas do salgueiro a balançar, são dos homens as escolhas que nos fazem caminhar. Foi assim, há muito tempo, que professores em grupo, retornando de um passeio, uniram suas escolhas em torno do mesmo anseio: fundar uma associação que lhes defendesse os direitos com dignidade e respeito. Os ventos daquele dia estão todos registrados. E, com justiça e alegria, seus membros bem lembrados (LINS, 2002, contracapa).

Fala-se, aqui, do grupo inicial de professores que se empenharam em construir uma associação que os representasse, desde a decisão de criar a organização, o local onde a sediar, onde poder se reunir, a diretoria a escolher, os assuntos a debater entre os que viessem a compor a diretoria e os associados interessados em fazer parte dela. São aspectos, entre outros, de sua história na década de 1950. As informações aqui apresentadas são baseadas em fontes documentais coletadas em dois arquivos desta associação: na sede administrativa e no Centro de Memória em Florianópolis⁷.

De acordo com as fontes documentais utilizadas para a pesquisa, tudo começou no dia 15 de outubro de 1952, dia comemorativo do professor. No retorno de um passeio em Canasvieiras, uma das praias do interior da ilha de Santa Catarina, em Florianópolis, dentro do ônibus, um grupo de professores primários teve a ideia de fundar uma entidade de classe que os representasse junto à rede pública do estado de Santa Catarina (LINS, 1995; 2002).

A Associação Catarinense dos Professores – ACP –, como é

⁷ No momento da coleta de dados, a sede administrativa estava localizada na Rua Felipe Schmidt, 303 - 504 - Centro, Florianópolis – SC; atualmente (2016), encontra-se em novo endereço: Rua Emilio Blum, nº 131, 7º andar, sala 706, Centro de Florianópolis/SC, Edifício Hantey Office - Torre "A". No Edifício Christiane, na rua Ferreira Lima, 96 – Centro, Florianópolis –SC, está o Centro de Memória Zurita Kretzer de Souza.

conhecida nos dias atuais, chamava-se, inicialmente, em 1952, Sociedade Recreativa do Professor (S.R.P.) Em 15 de outubro de 1954, o nome foi modificado para Associação Cultural e Recreativa do Professor; em 23 de junho de 1965, passou a chamar-se Associação Catarinense de Professores – ACP -, nome que permanece até os dias atuais. Lins (2002, p. 46) explica que tal mudança do nome aconteceu por se considerar que era mais apropriada ao que se pretendia com ela, pois, este nome, segundo os idealizadores e sócios, demonstraria a abrangência estadual da entidade (LINS, 2002, p. 46).

Sobre este aspecto – o da abrangência da entidade -, em julho de 1956, após uma excursão realizada pela associação ao Rio de Janeiro com roteiro por Belo Horizonte, os associados da Associação Cultural e Recreativa do Professor fizeram contato com a associação dos professores daquela cidade. O contato com uma associação similar, que já contava com estatutos impressos e distribuídos aos sócios no dia do professor, contribuíram para torná-la mais conhecida dos professores da capital e estado em outras localidades do estado.

Surgiu também neste ano a ideia de se interiorizar a associação, inicialmente restrita à capital. Foi elaborado um programa de criação de núcleos regionais e se estabeleceram novos critérios para admissão de novos sócios: aprovação de inscrição de professores normalistas, professores do curso secundário e superior, além de professores aposentados (LINS, 2002, p.25)

As informações presentes no folder comemorativo dos 40 anos, elaborado pela própria associação, relatam o que foi realizado pela gestão da diretora Jessi Helena Josten de Oliveira (1993-95) da criação aos anos seguintes: “O caráter de recreação e lazer sempre está presente desde sua fundação, acrescentando-se, no decorrer dos anos, a participação nas conquistas profissionais e nas reformas educacionais que ocorreram no Estado” (p. 6).

O *corpus* documental trabalhado nesta pesquisa foi recolhido em dois locais: um deles, uma sala da Associação Catarinense de

Professores⁸, localizada em Florianópolis, no Edifício Christiane, na rua Ferreira Lima, 96 – Centro, Florianópolis/SC. Nesta sala, há um centro de memória denominado Zurita Kretzer de Souza, que é acessado como espaço reservado à pesquisa de interessados ou dos próprios hóspedes. Há, no local, diferentes suportes de memória documental, fotográfica, jornalística.

3.2 O CENTRO DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES

O Centro de Memória Zurita Kretzer, de acordo com a placa afixada no local, foi inaugurado em 6 de novembro de 2010, em homenagem a uma professora associada que, até os dias atuais, é colaboradora e já assumiu diversos cargos em variados departamentos na entidade: a própria d. Zurita, que me proporcionou, desde o começo da minha pesquisa, apoio e disponibilidade em contribuir nas visitas que fiz ao centro de memória. Ela foi um apoio de acesso muito importante para minha busca documental e também para conhecer a diretoria da ACP naquele momento.

Encontrei, nos arquivos do computador do centro de memória que me foi liberado para pesquisar, os agradecimentos da sra. Zurita Kretzer Souza à homenagem de usar seu nome. Transcrevo suas palavras:

Hoje [...], é para mim, e tenho a certeza para minha família, um dia especial e muito significativo. Este dia está marcado por alegria, emoção e gratidão, sim, gratidão à amiga Jessi, que teve para comigo todo carinho, indicando meu nome para o centro de memória da ACP; Jessi, o

⁸ Este edifício conta com um espaço para hospedagem de professores associados que pagam uma quantia irrisória e demais professores que pagam quantias mais elevadas. O espaço oferece estrutura de quartos, café da manhã, espaço de cozinha para produção de alimentos e espaço de lavanderia. Cada hospede pode usar todos os espaços para desenvolver suas atividades. Geralmente, os hóspedes são professores de cidades do interior do estado que vêm para a capital a passeio ou para outras atividades. Há, inclusive, quem se hospede por semanas ou meses.

meu muito obrigada. Quero registrar também e agradecer todos os membros da diretoria e do conselho fiscal por terem aprovado por unanimidade esta homenagem à minha pessoa. Vivi nestes 21 anos de voluntariado na ACP muitas etapas desta história e posso garantir que foram anos de muito crescimento, modernidade e envolvimento em muitas realizações favoráveis em benefícios de nossos associados; sinto-me honrada e feliz por estar fazendo parte destas conquistas e poder estar resgatando a memória de nossa entidade, que já firmou seu espaço na sociedade catarinense, com credibilidade e confiança de muitos. A caminhada não é fácil, mas muitos já trilharam o caminho antes de nós e nos deixaram pistas seguras para segui-las, valorizar a experiência de quem construiu uma história é princípio de sabedoria a ser deixada para novas gerações. O Centro de Memória da ACP visa cumprir um de seus principais objetivos: preservar e disponibilizar um patrimônio documental; por esse motivo estabeleceu-se o espaço apropriado às instalações do Centro de Memória e seu acervo. Ele visa tornar-se, além de um local de visitação, pesquisa, reflexão e de incentivo à prática cidadã na área de preservação da história da Associação Catarinense de Professores. Não poderia encerrar minhas palavras sem registrar um agradecimento à professora Helena e à professora Eliane pelo apoio e força nos trabalhos e à funcionária Érica, menina valente e muito especial. Pela presença de todos, meu carinho e muito obrigada. Florianópolis, 2 de novembro de 2010.

A mensagem guardada no centro de memória que leva o nome da homenageada remete à preocupação da gestão do ano de 2010 em preservar a memória da entidade e a colocar, como forma de gratidão, o nome da associada em reconhecimento por seus muitos anos de serviços prestados.

No acervo, foram encontrados folders comemorativos. Dentre eles, destaco o de 60 anos (2012), no qual constava o regulamento para

o acesso ao visitante, com os seguintes itens: Apresentação; Objetivos e as normas para visitação ao acervo. Abaixo do registro do folder consta o seguinte:

Esse memorial apresenta o acervo histórico e cultural da Associação Catarinense de Professores, a partir de 1952, ano da criação da Instituição até os dias atuais. Compõem o acervo: registros documentais do patrimônio, álbuns fotográficos, livros jornais, vídeos, documentos diversos, obras de autores associados, objetos que comprovam ações e feitos da ACP: placas, medalhas, flâmulas, bandeiras, banners, agendas, calendários e mapas. [...]

Objetivos [...]: Preservar a memória e a história da ACP; constituir e preservar acervos documentais da ACP, cuidando do seu tratamento, da sua organização e conservação; dar visibilidade e disponibilizar o patrimônio documental; dinamizar o espaço do memorial, oportunizando consultas, debates, projetos de ações culturais, eventos de ordem acadêmica e reflexões sobre a educação.

Foi-me possível, dentre os objetivos acima citados, confirmar um deles, pois, na condição de aluna especial, tive a oportunidade de conhecer um pouco da história da ACP através da professora associada, já aposentada, a própria sra. Zurita Kretzer. No entanto, não havia uma pessoa responsável para receber visitantes e apresentar o local e seu acervo. Era a própria sra. Zurita que o fazia quando com ela agendava antecipadamente minhas visitas. Ela me falava da necessidade de um funcionário dedicado a esta função durante a semana.

Diante da variedade e volume de fontes armazenadas no Centro de Memória da ACP, limitei-me a pesquisar alguns dos documentos produzidos na década de 1950. Assim, trabalhei sobre os Estatutos (1953, 1965), dois livros de cunho memorialístico de autoria de Zenilda Nunes Lins (1995, 2002), as carteiras de três sócias, uma pasta que continha uma coleção de recortes de matérias publicadas em jornais e revistas (clipagens de jornais) a respeito da própria instituição e sobre

assuntos acerca da profissão docente em jornais produzidos pela própria entidade, chamados de boletins informativos e comemorativos dos 50 e 60 anos da sua fundação, em folders comemorativos dos 50 anos e numa revista comemorativa dos 50 anos da associação. Já, em sua sede administrativa, selecionei um livro com as atas das reuniões da primeira década de fundação da associação.

Conforme o livro de Zenilda Nunes Lins (2002, p. 47), cedido pela sra. Zurita, o jornal produzido pela associação foi inicialmente chamado de Boletim Informativo da ACP, tendo sua primeira edição lançada em julho de 1967 e a segunda, em outubro do mesmo ano. O objetivo principal deste jornal era divulgar as atividades da associação. No decorrer dos anos, o boletim passou a ser produzido e distribuído trimestralmente, informando os associados das atividades desenvolvidas ou programadas. Era sua função também cumprir um caráter de propaganda para atrair os que se interessavam em se associar. Nos dias atuais, este jornal pode ser acessado em formato digitalizado na internet, além de ser impresso para os associados que preferem recebê-lo na própria residência⁹.

Transcrevo, de Libânia Xavier, o que escreve a respeito da importância da imprensa produzida pelas associações:

Os impressos produzidos pelas diferentes modalidades de associação docente oferecem um rico manancial de informações sobre as estratégias simbólicas operadas por essas associações com vistas a constituir um *campo de identificação* por meio de temas de interesse do grupo profissional. Estes têm funcionado como instrumento primordial para a difusão de ideias, interpretações da realidade e proposições de luta pela mudança a partir das quais o trabalho de militância – política, cultural ou profissional – se define e se afirma, bem como promove a incorporação de novos adeptos, ao mesmo tempo em que, sistematicamente, esclarece e organiza a luta (2011, p. 204).

⁹ Site do jornal da ACP http://www.acp-prof.com.br/jornal_acp.php

Na primeira década, a Sociedade Recreativa do Professor não tinha jornais; no entanto, através dos encontros e reuniões deliberativas demonstraram serem espaços de diálogo. A divulgação da entidade, nestes primeiros anos, se dava através dos eventos realizados para arrecadar fundos para se manter e também pela divulgação boca a boca, ou seja, pois cada sócio era incentivado a ajudar trazendo novos participantes.

Lemes, em sua pesquisa de mestrado *A organização política-sindical dos profissionais da educação no Oeste de Santa Catarina: o SINTE Regional de Maravilha (1988-2006)*, de 2007, entrevistou a coordenadora da ACP do Núcleo Regional de Maravilha (SC), Leoni Terezinha Ranzi. A autora transcreve a opinião da entrevistada, sobre o jornal da ACP:

Uma das formas que, nós professores, possuímos para ficar informados das alterações que estejam ocorrendo em nossa categoria profissional. É simples e objetivo, além de imparcial, e ajuda a diminuir a distância da capital com o restante do Estado. Serve para que nos unamos ainda mais e para que passemos a lutar por nossos direitos, tão usurpados e diminuídos. Um exemplo claro disso é a constante luta pela igualdade de direitos dos inativos, pois o Brasil é o único país no mundo que cobra previdência dos inativos (2007, p. 1).

Pude observar, em minha busca documental junto ao Centro de Memória Zurita Kretzer Souza, que estavam guardadas em estantes com portas de vidro três carteiras, em destaque para os visitantes, de sócias da sociedade, com as seguintes informações: local reservado para foto 3x4; nome da sociedade; número de inscrição; data de admissão; nome do professor; cargo ou função; estado civil; data de nascimento; endereço pessoal; endereço profissional e observações. Coletei, por meio de foto, as três carteiras de sócias abaixo reproduzidas (Fig. 1 a 3).

Figura 1- Carteira da sócia Edite Soares

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES

N.º de inscrição 13 Data de admissão: 12 / 02 / 1952

Nome do Professor: Edite Soares - 11-001-0-04/023.558-0

Cargo ou função: Professora de Educação Física Data de nascimento: / /

Estado Civil: Solteira Local: Fpólis

Enderço Residencial: Rua Conselheiro Mafra nº 27 - Vila Maria Local: Fpólis

Enderço Profissional: Escola Básica Arq. "São José"

Observações: APOSENTADA.

Fonte: Centro de Memória Zurita Kretzer Souza.

Figura 2: Carteira da sócia Professora Eloah Brito Nobre

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES

N.º de inscrição 08 Data de admissão: 15 / 10 / 1952

Professor: Eloah Brito Nobre - 11-001-0-04/023.563-60

Cargo ou função: Professora C.B. I

Estado Civil: Casada Data de nascimento: / /

Enderço Residencial: Estrada S. Miguel, 208 - Vila Marieta - S. Paulo Local: São Paulo

Enderço Profissional: Escola Básica São José Local: Fpólis

Fonte: Centro de Memória Zurita Kretzer Souza.

Figura 3: Carteira de sócia da Professora Nícia Assis

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES

N.º de inscrição 05 Data de admissão: 15 / 10 / 952

Professor: Nícia Assis - 11-001-0-044/023.562-8-///-05

Prof.: Professora C.B. I

Solteira Data de nascimento: 09 / 06 /

Rua Coronel Mesquita nº 2-Solar D.Martha Local: Fpóllis

E.B. São José Apto. 1002 Local: Fpóllis

ENTADA

Fonte: Centro de Memória Zurita Kretzer Souza

Pelas carteiras, pude observar que as três se haviam associado no ano da fundação da ACP, constando seus nomes da lista de professoras participantes das primeiras reuniões organizacionais, de acordo com o cruzamento com as atas das assembléias e reuniões, das quais falarei mais adiante. As carteiras devem ter sido modificadas, ou transpostos os dados das associadas para uma nova ficha, pois nelas consta o nome da Associação Catarinense de Professores, utilizado a partir de 1965, e não o nome de criação, de 1952, que era Sociedade Recreativa do Professor. Concluí, portanto, que estas carteiras não haviam sido confeccionadas no ano da adesão das sócias.

A presidente da Associação Catarinense de Professores, nos anos de 1995 e 2002, foi Jessi Helena Josten de Oliveira, que escreveu a introdução dos dois livros de Zenilda Nunes Lins - ACP - 40 anos (1995) e ACP - Sucesso e Consolidação – 50 anos (2002).

A presidente escreveu que esta autora “aceitou escrever a história da ACP atendendo a nossa solicitação e este registro servirá de fonte documental para quantos, no futuro, se interessarem em conhecer a origem do desenvolvimento da nossa Associação Catarinense dos Professores” (LINS, 2002, p. 12).

Abaixo, as fotos das capas dos livros de autoria de Zenilda Nunes Lins, comemorativos da Associação Catarinense de Professores.

Figura 4a: LINS (1995)

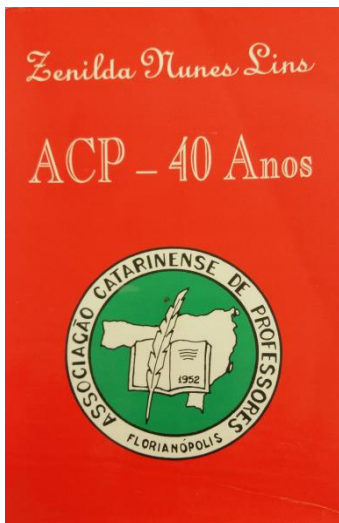
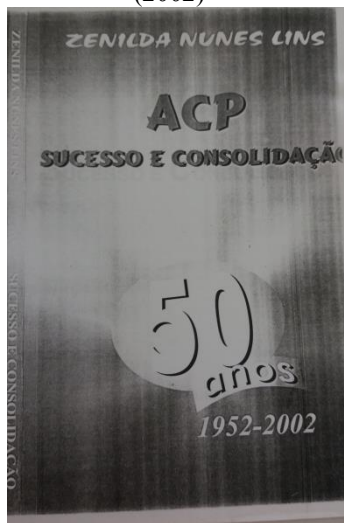


Figura 4b: LINS (2002)



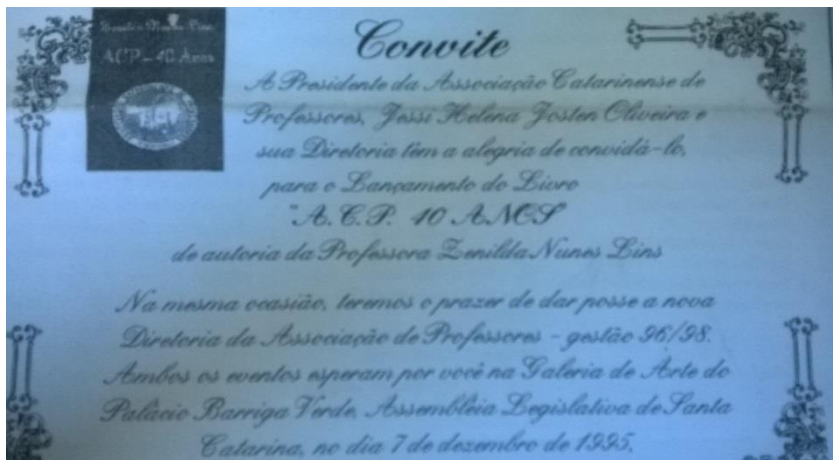
Fonte: Centro de Memória Zurita Krtezer.

3.3 OS JORNAIS DA ACP, ESTATUTO, LIVRO-ATA DE REUNIÕES E CLIPAGENS DE JORNAIS

No arquivo de documentos da entidade no Centro de Memória, encontrei o jornal da ACP publicado em dezembro de 1995 (p. 1) - ACP Especial -, em 15.000 exemplares, com transcrição, na contra-capa, do convite (Fig. 5) da presidente da associação aos associados para o lançamento do primeiro livro memorialístico que comemorava os 40 anos da entidade.

Figura 5 - Convite para o lançamento do livro: ACP: 40 anos da autoria de

Zenilda Nunes Lins-1995



Fonte: Centro de Memória Zurita Kretzer no Jornal da ACP no Suplemento Especial em dezembro de 1995.

O mesmo jornal contém um artigo com a transcrição do lançamento do livro, com o seguinte teor:

Um dos objetivos da atual diretoria, perseguido há vários anos, se tornará realidade, no próximo dia 7 de dezembro. Esta data, com toda certeza, ficará gravada na história da Associação, pois marcará oficialmente o resgate da sua memória com o lançamento do livro "ACP- 40 anos", de autoria da professora Zenilda Nunes Lins. Com carinho, versatilidade e muita dedicação, a autora pesquisou durante anos o material necessário para registrar a trajetória heroica e brilhante da entidade. Zenilda não se preocupou apenas em narrar os principais fatos e eventos da ACP, mas a sua luta em favor do magistério catarinense e das conquistas obtidas (JORNAL ACP ..., 1995, p. 11).

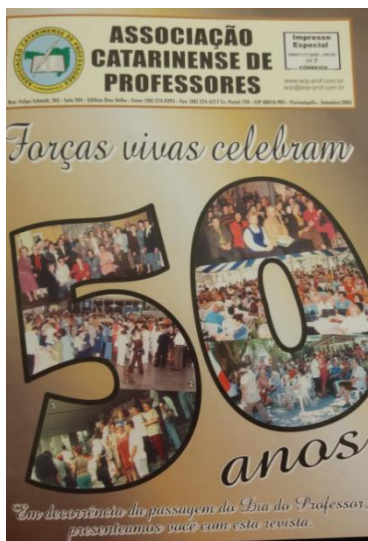
Conforme o impresso especial (2003, p. 14), em formato de uma revista da ACP - *Forças vivas celebram 50 anos* -, se descreve o

lançamento do segundo livro memorialístico de autoria de Zenilda Nunes Lins - *ACP: Sucesso e Consolidação* -, que aconteceu na noite de 14 de outubro de 2002 na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis. Este lançamento aconteceu durante uma sessão solene, por iniciativa e convite do deputado Onofre Santo Agostini, pela passagem dos 50 anos de fundação da Associação Catarinense de Professores (ASSOCIAÇÃO ..., 2003, p. 3).

Este impresso chamou minha atenção, pois, na capa, dentro do número 50, constava a foto alguns dos presidentes e membros das diretorias de 1952 a 1987, embora não estivessem registrados os nomes, conforme o leitor pode observar na foto da capa da revista (Fig. 6).

Os dois livros de Lins, conforme minha análise, contêm, nos textos dos capítulos, assuntos iguais ou similares; no entanto, o que basicamente os diferencia são os acréscimos na segunda publicação em 2002.

Figura 6: Revista Comemorativa aos 50 anos



Fonte: Centro de Memória Zurita Kretzer

Nesta, são descritos acontecimentos de 1992 a 2002, que compreendem: *Colônia de Férias* (p. 81-93); *Tempos de afirmação: interiorização e expansão*; *Participação política e reivindicatória*; *Assistência e orientação jurídica* (p. 94-110); por fim, o *Quinto decênio* (p. 111-143), *Fontes consultadas* (p.144) e a *Iconografia* (p. 145), com fotos registradas sobre encontros estaduais, eventos comemorativos e festivos, culturais e literários, patrimoniais, a pousada do professor, a galeria de fotos das ex-presidentes e da diretoria, momentos reivindicatórios, assembleias, abaixo-assinados dos anos de 1995 -2004 (p.145-160).

Lins (2002, p. 144) informa que, para compor a história dos 50 anos da ACP, utilizou como fontes: livros de atas, estatuto da entidade, relatórios, livro de inscrições, relatórios de departamentos e gerais, balancetes contábeis, agendas de reuniões administrativas da diretoria, roteiros básicos das reuniões de núcleos regionais, jornais e outros documentos dos arquivos pertencentes à ACP, as entrevistas com algumas associadas e as presidentes que se dispuseram a colaborar com informações. Concluiu a autora que, em razão da ausência de registros nas variadas fontes de consulta, no livro foram omitidos nomes de pessoas ou de fatos que deveriam ser lembrados.

Como o livro possui um caráter memorialístico, observa-se que não contém a transcrição dos diálogos com as pessoas entrevistadas ou das citações das fontes referenciadas nas informações dos textos; só constam as listas de fontes consultadas no final do livro. Sendo assim, restringi-me às informações coletadas da autora e a seus escritos acerca da história da Associação Catarinense de Professores.

Dessa forma, limitei-me aos dados coletados para a pesquisa, cruzando as fontes consultadas, mas com o olhar voltado para o modelo de associação da década de 1950, inicialmente designada “sociedade”, composta exclusivamente de professores, por sua vez descritos como “sócios”.

A Associação Catarinense de Professores, desde a sua fundação, sofreu três mudanças em sua nomenclatura; as duas primeiras

continham, conforme a escolha inicial, a palavra sociedade. Os participantes eram chamados de sócios. Por fim, na terceira opção, mantida até os dias atuais, o nome está vinculado a associativismo.

A motivação para a criação de tal associação nasceu de uma necessidade de um grupo de professores assim expressa:

Os contatos diários da escola ficavam limitados às reuniões pedagógicas, aos encontros rápidos na hora da chegada e na hora do recreio. A sociedade poderia programar e realizar atividades recreativas e culturais abrindo espaço para aproximar a categoria e ao mesmo tempo alertando os professores para a grandeza do seu trabalho e os seus direitos profissionais (LINS, 1995, p. 17).

No tocante aos interesses em reivindicar direitos trabalhistas e profissionais, não constam registros na década de 1950. Concluí, portanto, que o molde desenhado de sociedade destes professores se fixou principalmente nos objetivos recreativos e culturais, conforme as fontes que consultamos.

Na revista publicada pela ACP como impresso especial, comemorativo dos seus 50 anos, em setembro de 2003, estavam dispostas as listas dos nomes dos “sócios fundadores”, considerados “idealistas ousados”. O grupo destes sócios era composto por 20 professores: Jair Simão da Silva, Edir Rosa, Irene Pereira da Silva, Wanda Miroski, Nícia Assis, Maria Luiza C. de Souza, Eloah Brito, Maria da Glória Oliveira, Aída Gomes Mendonça, José Caffarata, Elza Ribas Pessoa, Edite Soares, Maria Ribas Pessoa, Judite Viana, Maria de Lourdes Mafra, Dina Mendonça Gevaerd, Cecy Camisão, Jamilli Trindade Sadelli, Zélia Veiga Simões. É de se observar que, a partir destas informações, muitos dos professores citados vieram a ocupar funções de diretoria ou presidência da sociedade no decorrer da história da entidade (2003, p. 19).

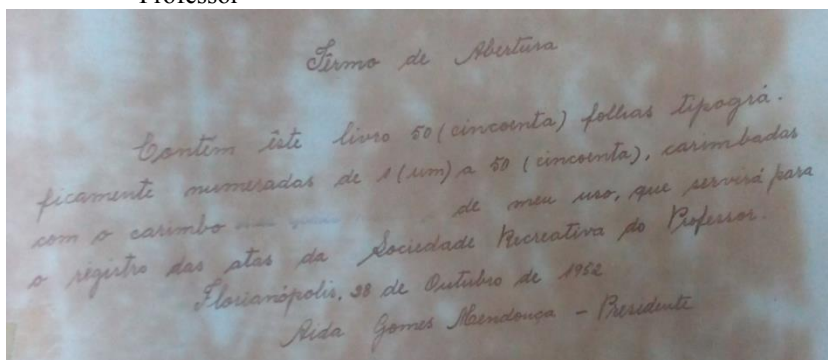
Durante a busca documental, em 2013, descobri, com a associada Zurita Kretzer e a diretoria, que estavam guardados na sala localizada na antiga sede administrativa da Associação Catarinense dos

Professores os livros com as atas de reuniões.

Fui autorizada pela diretoria a acessar esta documentação, guardada em duas pastas, organizadas em anos, desde 1952 a 1957, e assim chamados de livros-ata. No entanto, pela delimitação temporal do trabalho, para efeito de cruzamento de outras fontes documentais, limitei-me a estudar os anos iniciais, ou seja, as atas relativas à década de 1950. Como eram 50 páginas frente e verso, delimitar, para análise e construção da narrativa, os assuntos ligados às eleições de diretoria, a informes sobre a organização, ao estatuto, às assembleias extraordinárias e demais informes.

O primeiro livro de ata tinha registrado na capa o título “Ata 1 (1952-1957)”. Seu texto inicial começava com o tradicional “termo de abertura” (Fig. 7). Como era da época, o manuscrito fora produzido com caneta tinteiro, em letra cursiva, e apresentava algumas falhas na leitura de todas as páginas do documento. Diversas vezes, precisei parar e concentrar-me para conseguir decifrar algumas palavras. Mesmo assim, tentei ao máximo investigar o que as fontes poderiam revelar sobre os discursos e as práticas da associação.

Figura 7 - Termo de abertura do Livro-Ata da Sociedade Recreativa do Professor



Fonte: Sede administrativa da Associação Catarinense de Professores

A ordem da escrita do texto das atas geralmente seguia um

padrão. Começava identificando a sociedade, e seguia, ordenadamente, pelos seguintes dados: data, horário e local, professores participantes, texto indicando a aprovação da ata anterior, finalidades da reunião, nomes dos que a presidiam, pautas e pessoas que a assinavam, confirmando a veracidade do que fora escrito. Geralmente, a primeira secretária era a responsável pela redação da ata e era também quem assinava juntamente com a presidente.

No primeiro ano de existência da Sociedade Recreativa do Professor - S.R.P. - foram realizadas dez reuniões, não necessariamente todo mês. Pelas datas, realizavam-se aleatoriamente, o que permite supor que ocorriam de acordo com as necessidades, os interesses da diretoria e dos associados, considerados como prioridades, e o tempo para a realização dos encaminhamentos de atividades a serem desenvolvidas.

A primeira reunião, segundo consta na ata do dia 28 de outubro de 1952, foi realizada na biblioteca do Grupo Escolar Modelo Dias Velho, sede provisória. Os participantes eram professores pertencentes aos grupos escolares Padre Anchieta, Silveira de Sousa, Lauro Müller, São José e Dias Velho (ATAS..., 1952, p. 1a).

Dando continuidade às reuniões, o local continuou sendo usado posteriormente em conformidade com o primeiro Estatuto, de 17 de março de 1953 (p. 1), parágrafo único, que explicita: “Sua sede provisoriamente será na sala da Biblioteca do Grupo Modelo Dias Velho, situado na Rua Nereu Ramos nº37, nesta Capital”. A primeira reunião, conforme o estatuto (1953), foi presidida pela sra. professora Aída Gomes Mendonça. A destacar, a respeito desta reunião, seu objetivo:

Levar ao conhecimento de todos da fundação da Sociedade Recreativa do Professor no dia 15 de outubro. De início, a presidente explicou aos professores que as finalidades da S.R.P. eram aproximar a classe com recreios, lanches, passeios, etc., frisando que a mesma era exclusivamente recreativa e a sede no Grupo Modêlo Dias Velho (ATAS...,1953).

A razão da escolha do Grupo Escolar Modelo Dias Velho como local para a realização das reuniões, imagina-se ter-se devido ao fato de algum dos integrantes do grupo de professores trabalharem nessa escola, já que a Sociedade Recreativa do Professor ainda estava se organizando e não possuía recursos financeiros para se manter, nem sede própria para trabalhar.

A diretoria buscava apoio, por meio de eventos e de pessoas influentes, ou políticos, para obter recursos financeiros para conseguir uma sede própria. Em 1956, mudou para o Grupo Escolar Arquidiocesano São José, por ter mais espaço e por sua melhor localização, o que, naquela época, facilitava o acesso aos professores.

Pedro Cabral Filho (2004) em pesquisa acerca do ensino público primário em Florianópolis, descreve a respeito de alguns estabelecimentos de ensino, dentre os quais o grupo que constituiu a primeira sede provisória das reuniões da Sociedade Recreativa do Professor:

Para o Estado, a classificação Grupo Escolar tinha uma característica muito especial, senão vejamos o exemplo do Grupo Escolar "Dias Velho": este grupo foi criado com a finalidade de servir aos normalistas do curso secundário como grupo modelo, onde fossem aplicados os métodos mais modernos de ensino, fazendo-se um ensaio da Escola Nova. Os alunos do 4º ano normal secundário podiam exercer a sua prática nesse estabelecimento de ensino, experimentando os novos conhecimentos da moderna pedagogia, estando assim aptos a realizar a transição natural, sem entrechoques da escola tradicional para a escola ativa (2004, p. 222).

Na ata do dia 8 de agosto de 1955, foi encontrado um acordo entre os que participaram da reunião que o local seria modificado, como consta de um dos informes, pela seguinte justificativa: “Ficou deliberado que as futuras reuniões fossem realizadas no salão de festas

do Grupo Escolar Arquidiocesano São José, isto é, em caráter experimental, visando à melhoria da frequência devido ao local” (CABRAL FILHO, 2004, p. 22).

Sobre a criação dos grupos escolares no estado de Santa Catarina, Silva realizou um estudo baseado na legislação do ensino da época e em testemunhos dos professores deste período:

Acolhe-se aqui a ideia de que na concepção dos Grupos Escolares estão refletidas características políticas, legais e administrativas que se materializam numa estrutura técnico-pedagógica. Nos documentos que normatizam a escola primária dos primeiros anos do século XX, uma recomendação é constante: não se deveria “perder oportunidade para imprimir no espírito dos alunos o amor ao trabalho, à ordem, ao asseio”. Estavam dados assim os primeiros traços que sustentariam o desenho de um tipo de escola primária que se tornaria referência para as demais: os grupos escolares. No território catarinense, a racionalização do ensino, através de agrupamentos e supressão de escolas, pautada nos princípios já enunciados – trabalho, ordem e asseio -, data de finais do século XIX e início do século XX. Lei de 1901 autoriza o Poder Executivo a suprimir as escolas de instrução primária ou cursos de instrução secundária em que não se verificasse o número legal de frequência. Autoriza-o também a transformar em mistas as escolas que julgasse conveniente. Iniciava-se aqui a primeira ordenação do ensino catarinense do período republicano (2006, p. 180).

A escolha da primeira presidente e dos demais cargos aconteceu no dia da fundação da entidade, em 15 de outubro de 1952. Não encontrei registrado, na documentação, como foi realizada a escolha, se por eleição ou outro tipo de seleção. Lins (1995, p. 18), em seu livro, ao se referir à primeira eleição, é que escreve como ela aconteceu: “Elegeu-se por aclamação a primeira diretoria, com o mandato de um ano”. É a única informação sobre esta primeira eleição, que se deu por aclamação.

Se assim foi, embora de maneira informal, só poderia ter sido por aceitação do grupo de professores que idealizou a criação deste movimento associativo no retorno do passeio de Canasvieiras.

Diante da necessidade de se organizarem formalmente, eles decidiram planejar e efetivar, primeiramente, o estatuto. Este documento foi redigido pelos professores que lideravam a organização da entidade, definindo que as demais eleições, da segunda em diante, seriam feitas pela “assembleia geral, no dia 15 de outubro de cada ano, por escrutínio secreto e por maioria de votos, decidindo-se, em caso de empate, a favor do candidato mais idoso” (1953, p. 4)¹⁰.

Até o ano de 2002, a ACP, nos seus 50 anos, foi dirigida por 13 presidentes. Lins (2002, p. 15 e 16) apresenta a sequência dos nomes dos que ocuparam a direção da entidade desde a sua criação, acrescentando, ao lado, o número de anos de duração de cada mandato:

- 1- Aída Gomes Mendonça – 3 anos;
- 2- Elza Ribas Pessoa - 2 anos;
- 3- Olga Brasil da Luz – 1 ano;
- 4- Jair Simão da Silva - 21 anos;
- 5- Alaíde Sardá Amorim - 1 ano;
- 6- Maria da Glória Oliveira - 2 anos;
- 7- Clarice da Silva Mendes - 2 anos;
- 8- Jandira D Ávila - 8 meses;
- 9- Dilma Livramento Barriola - 3 anos;
- 10- Jessi Helena Josten Oliveira -10 anos;
- 11- Janete Maria de Oliveira - 1 ano;
- 12- Osvaldina Herta Ramos da Silva - 2 anos;
- 13- Zaíde Debortoli Ax - 1 ano.

Na sequência, as fotos das quatro primeiras presidentes.

Figura 8 - Foto da profa. Aída Gomes Mendonça – 1ª Presidente da Sociedade Recreativa do Professor (SRP) – mandato de 1952-1955

¹⁰ Não encontrei, neste primeiro ano, a composição de chapas para concorrerem ao cargo da diretoria.



Fonte: Centro de Memória Zurita Kretezer da Associação Catarinense de Professores.

Figura 9 - Foto da profa. Elza Ribas Pessoa - 2ª Presidente da Sociedade Cultural e Recreativa do Professor - mandato 1955-1957



Fonte: Centro de Memória Zurita Kretezer da (ACP).

Figura 10 - Foto da profa. Olga Brasil da Luz- 3ª Presidente da Sociedade Cultural e Recreativa do Professor- mandato 1957-1958



Fonte: Centro de Memória Zurita Kretezer da Associação Catarinense de Professores (ACP).

Figura 11 - Foto da profa. Jair Simão da Silva - 4 Presidente da Sociedade Cultural e Recreativa do Professor - mandato 1958-1960; 1961-1962; 1966-1984



Fonte: Centro de Memória Zurita Kretezer da Associação Catarinense de Professores (ACP).

O primeiro estatuto, já mencionado, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 17 de março de 1953; em destaque, a mudança do nome de Sociedade Recreativa do Professor para Sociedade Cultural e Recreativa do Professor (ESTATUTO..., 1953 , p. 9).

Diante da nova nomenclatura em 1953 escolher novamente a palavra “recreativa” remonta a reflexão de que este grupo de professores no período estudado tinham carência desta atividade extraescolar, pois em virtude do acúmulo de muito trabalho no ambiente escolar havia pouco tempo para o encontro entre os mesmos. Nesse sentido, o recreativo colocava em pauta um grande problema ainda presente na

escola hoje que é a ausência de um tempo de encontro e de compartilhamento das angústias e alegrias.

Após a aprovação do documento na terceira reunião da sociedade, Lins (1995, p. 20) destaca que os participantes também aprovaram a denominação Sociedade Cultural e Recreativa dos Professores com as seguintes finalidades:

- 1 - Propugnar por um ambiente de perfeita união, maior amizade, melhor camaradagem e mais ampla alegria entre os professores.
- 2 - Proporcionar aos sócios festas de cunho cultural e recreativo.
- 3 - Organizar álbum fotográfico de cenas relacionadas com suas atividades, ficando a cargo da presidente.
- 4 - Realizar, pelo menos, duas excursões por ano a lugares aprazíveis.

A primeira finalidade escolhida faz-se uma reflexão que é fundamental produzir, como diz a hermenêutica, um estranhamento dessas falas no documento para tentar compreender o não dito, ou seja, com o verbo propugnar no início implica em lutar por algo e subtende-se que os professores tinham a necessidade de obter o que não tinham ou em ampliar esta vontade de união, maior amizade e melhor camaradagem.

O primeiro estatuto (ESTATUTO...1953, Art. 26, p. 8) possui algumas informações gerais sobre os professores membros da diretoria da S.R.P.:

Presidente de honra - Abelardo Sousa, brasileiro, casado, professor.

Presidente – Aída Gomes Mendonça, brasileira, solteira, professora.

Vice-presidente – Maria Glória Oliveira, brasileira, solteira, professora.

1ª secretária – Jair Simão da Silva, brasileira, casada, professora.

Tesoureira – Eloá Brito, brasileira, solteira, professora.

Orador – Teodósio Wanderley, brasileiro, casado,

professor.

Sobre questões de mensalidade, encontramos no Capítulo IV, disposição segundo a qual os sócios deveriam cumprir “como receita: “Art. 8º: a) jóia; b) mensalidade; renda de festas reuniões sociais, etc.; d) eventuais (ou auxílios, subvenções, etc.) §1º -A jóia será de Cr\$ 100,00; 2º - A mensalidade será de Cr\$ 10,00”.

De acordo com esse primeiro estatuto, consta no capítulo I, art. 1º, que a “Sociedade Cultural e Recreativa do Professor, fundada a 14 de outubro de 1952, dispunha sobre organização, sede e lema”, definindo que se tratava de “uma entidade social, que congrega em seu seio somente professores”. No art. 2º, definia que “a sociedade terá como lema o vocativo: Unidos Venceremos!”

O lema escolhido é revelador: “unidos venceremos”, aprovado por unanimidade deixa uma dúvida ao que tanto os professores gostariam de vencer se as principais finalidades eram recreativas conforme o que já foi exposto.

Já no segundo estatuto, por aprovação de Assembleia Geral de 28 de setembro de 1956, o artigo 1º teve sua redação modificada com o seguinte teor:

A Sociedade Cultural e Recreativa do Professor, [...] é uma entidade social que congrega em seu seio somente professores: normalistas, professores de cursos secundários e superiores, desde que estejam no exercício da profissão em caráter efetivo, e professores aposentados.

Este segundo documento, portanto, amplia o perfil dos associados. É oportuno lembrar que, anteriormente, em sua fundação, congregava apenas professores primários. No entanto, continuava diferenciando uns dos outros, categorizando-os pela forma de contratação, mantendo-se, porém, o critério de que só poderiam ser associados aqueles que possuíssem um caráter efetivo.

No capítulo VI, art.11 (1953, p. 5), constavam também os deveres dos membros da diretoria. Destaco as questões relacionadas às

reuniões e escolhas de novos sócios e movimentos de socialização dos associados:

4º - Convocar, extraordinariamente, as assembléias gerais.

5º - Dar parecer e deferir pedido de demissão de sócios. [...]

7º-Reunir-se, em caráter ordinário mensalmente, toda vez que for necessário, podendo funcionar desde que tenha presente a maioria dos seus membros".

Ao cargo da presidência (cap. VI, art.12, 1953, p. 5), cabia a função de “diretora mental da sociedade”, competindo-lhe:

a) convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias da diretoria ou as assembleias; b) submeter suas idéias e atos à aprovação da diretoria; c) organizar e dirigir a ordem dos trabalhos da diretoria e da assembleia geral, de acordo com este estatuto; d) manter a ordem nas sessões, suspendê-las ou adiá-las quando se fizer necessário; [...] f) nomear comissões especiais, para determinados fins; g) assinar, juntamente com o secretário, as atas, correspondência e demais papéis da sociedade (ESTATUTO..., 1953).

Ao cargo de orador, em conformidade ainda com o primeiro estatuto (1953, p. 6), era confiada a responsabilidade de fazer “orações oficiais e as homenagens em que a sociedade se fizer representar”.

A respeito dos assuntos discutidos na primeira reunião, e expostos em ata, assim escreveu a primeira secretária, a professora Jair Simão:

De início a Presidente explica aos professores que a finalidade da S. R. P. era de aproximar a classe com recreios, lanches, passeios, etc., frisando que a mesma era exclusivamente recreativa e a sede no Grupo Modelo Dias Velho”; [...] Em seguida comunicou a Sra. Presidente que na tarde de 15 de outubro, 'Dia do Professor', de volta da churrascada dos professores em Canasvieiras, foi

eleita por aclamação para dirigir a S.R.P. A [...] diretoria; [...] A Sra. Presidente pediu a cooperação de todos para levarmos avante a Sociedade. Entrou em discussão a mensalidade. Uns sugeriram cinco cruzeiros e outros dez cruzeiros. Foi posto em votação, vencendo a mensalidade de dez cruzeiros. Finalizando a Sra. Presidente cientificou a todos que com a máxima brevidade a Diretoria se reunirá para a elaboração do estatuto, designando uma comissão composta dos [...] professores. (ATAS..., 1952, p. 2).

Foi definido, nesta primeira reunião, que a diretoria se reuniria para a elaboração do primeiro estatuto. Para tal, foi designada uma comissão composta pelos professores: Abelardo Souza, Aída Gomes Mendonça, Maria da Glória Oliveira, Jair Simão da Silva, Maria Luiza Souza, Eloah Brito, Elza Ribas Pessoa, José Caffarata. Os professores participantes pertenciam aos grupos escolares: Padre Anchieta, Silveira de Souza, Lauro Muller, São José e Dias Velho (LINS, 2002, p. 19).

Conforme a segunda ata da reunião, compuseram a diretoria Aída Gomes de Mendonça; Maria da Glória Oliveira, Jair Simão da Silva, Eloah Brito, José Caffarata, Elza Ribas Pessoa. Deu-se destaque à importância de se cumprir o que havia sido solicitado na primeira reunião, pois consta: “A finalidade desta reunião seria a elaboração do estatuto para ser apresentado com brevidade aos associados” (ATAS..., 1952, p. 1b.). Nesta mesma reunião, José Caffarata foi designado como o relator a fim de apresentar, na reunião marcada para o próximo dia 12 de novembro, o estatuto elaborado.

Na terceira reunião, José Caffarata realizou a leitura da minuta do primeiro estatuto a submeter à discussão e aprovação dos sócios presentes. O único tema exposto nesta ata sobre o primeiro estatuto foi sobre a escolha do lema, que seria colocado em votação dos professores, oportunidade de que se valeram para dar suas sugestões:

Na parte que trata sobre o Lema foi apresentada as seguintes sugestões: Unidos Venceremos, pela professora Elza Ribas Pessoa, Seremos alegres pela professora Maria Ribas Pessoa, A União faz a

Força – apresentado pela professora Wanda Miroski; Por um Professor mais alegre sugestão do Sr. Professor Abelardo Sousa; Tudo pela alegria – José Caffarata; Unidos chegaremos ao fim – Eloá Brito. Dada a variedade de sugestões como referência ao Lema, a Sra. Presidente pôs em votação. Aprovado por unanimidade o lema apresentado pela professora Elza Ribas Pessoa: Unidos Venceremos (ATAS..., 1952, p. 2ª).

Nas fontes pesquisadas, não encontrei justificativas acerca das propostas sugeridas pelos professores a respeito dos lemas escolhidos para votação. Acredito que, como este grupo estava querendo que a associação tivesse êxito, este lema seria um meio de divulgação e traria prosperidade à organização.

As atas com a descrição das reuniões analisadas no primeiro ano de mandato não apresentavam nenhuma insatisfação ou reivindicação dos professores associados, mas apenas a preocupação com a organização da nova entidade e a adesão de novos sócios. Assim, pode-se entender que o lema escolhido pelos professores teve aceitação, uma vez que se sentiam estavam motivados para o sucesso da sociedade em sua organização.

Das disposições gerais do primeiro estatuto (Capítulo IX, Art. 18), parece oportuno destacar a posse da nova diretoria, as disposições a respeito da reforma do estatuto, dos associados e seus familiares e do tempo de duração da sociedade:

Art. 18 – A posse da nova diretoria eleita será dada no dia 28 de outubro de cada ano, dentro das formalidades de estilo.

Art. 19 – Este estatuto está sujeito a ser reformado em qualquer tempo, desde que a prática demonstre essa medida, a boa marcha dos interesses da sociedade, o que só se fará estando reunida a maioria dos associados, em assembleia geral.

Art. 20 – Na sede da sociedade ou em todas as suas atividades fora dela, serão severamente coibidas quaisquer discussões de cunho político ou religioso.

Art. 21 – As famílias dos associados poderão participar das festas recreativas da sociedade, desde que submetam as despesas decorrentes, e, se for excursão longe da capital, dependerão de vagas na modalidade de transporte escolhido.

Art. 22 – Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos na assembleia geral.

Art. 23- O tempo de duração da sociedade é ilimitado.

Art. 24- Os membros respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Art. 25- No caso da extinção da sociedade, seu patrimônio passará a pertencer à “Casa dos Professores” (ESTATUTO, 1953, p. 8).

O artigo 20 sobre a coibição das atividades fora da sede de cunho político e religioso deixa a desejar, pois houveram eventos realizados pela associação para arrecadar dinheiro para manter a entidade destas duas modalidades.

Sobre este estatuto, é de lembrar que, em conformidade com as atas das reuniões estudadas, as eleições deveriam acontecer na mesma data de comemoração do dia do professor, em 15 de outubro de cada ano, mas a posse seria em 28 de outubro. O Capítulo V, “Da diretoria”, dispõe sobre cargos e eleições:

Art. 9º - A sociedade será dirigida por uma diretoria composta de: um presidente, um vice-presidente, um 1ºsecretário, um 2ºsecretário, um 1º tesoureiro, um 2º tesoureiro e um orador. §1º O mandato da diretoria será de um ano, podendo a mesma ser reeleita no todo ou em parte. §2º os cargos da diretoria não podem ser acumulados, devendo haver um elemento para cada cargo. §3º A eleição da diretoria será feita pela assembleia geral, no dia 15 de outubro de cada ano, por escrutínio secreto e por maioria dos votos, decidindo-se, em caso de empate, a favor do candidato mais idoso (ESTATUTO..., 1953).

Na quarta reunião, a presidente realizou o convite aos sócios

presentes para avisassem os ausentes a respeito do evento programado para promover a socialização dos professores, consistindo numa churrascada a se realizar dia 13 de maio de 1953, na Churrascaria Monte Castelo, propondo que as listas de adesão para os novos sócios fossem remetidas pela 1ª secretária. Nesta reunião também se realizou, conforme escrito na ata:

a leitura do ofício de demissão do colega amigo José Caffarata, nosso querido e entusiasta orador, alegando ter de transferir-se para a capital gaúcha. Foi então posto em votação o substituto, vencendo [...] a professora Edite Soares, professora do Grupo Escolar Silveira de Sousa e por fim as propostas de novos sócios apresentados e aprovados” (ATAS..., 1953, p. 3).

Nesta mesma reunião, a sra. presidente comunicou que houve demora na publicação do estatuto. Porém, não revela o motivo; apenas explicava que todos os novos sócios, ficariam isentos da mensalidade até o mês de maio. Informava, ainda, que se afastaria por dois meses para tratamento de saúde na capital federal, entregando a presidência à professora Maria da Glória Oliveira, sua substituta legal, desejando franco progresso à S.R.P. (ATAS..., 1953, p. 3ª).

Outros assuntos relacionados nesta mesma reunião foram apresentados pela presidente, sem maiores detalhes sobre a deliberação de mensalidade dos sócios e o convite para um evento de socialização; também não remeteu a nenhuma data de comemoração especificada na ata:

Foi ainda deliberado que os sócios que por qualquer motivo justificável se afastasse da Capital por tempo indeterminado, ficariam isentos da mensalidade. Finalizando a reunião a Sra. Presidente convidou todos os presentes e que transmitissem o convite a todos os sócios, para a churrascada no próximo dia 13 de maio na Churrascaria Monte Castelo e que as listas de adesão fossem remetidas a 1ª secretaria para que a mesma providenciasse tudo e novas sócias foram

apresentadas (ATAS..., 1953, 2b e 3ª).

No mês, dia 21 de agosto de 1953, pensou-se na organização da comemoração do dia do professor, conforme ata da quinta reunião:

Iniciando a presidente explicou que a finalidade da reunião era as comemorações do dia do professor, apresentando como sugestão um jantar íntimo em local oportunamente escolhido. Depois de apresentar a sua ideia a senhora presidente pede a permissão as professoras para que apresentassem as suas sugestões para serem postas em votação. Pediu a palavra a Profa Maria Ribas Pessoa, sugerindo uma excursão a Blumenau e Rio do Cedro saindo do dia 14 de outubro e voltando dia 16, caso o Departamento de Educação permitisse. A idéia foi grandemente aplaudida e aprovada por unanimidade (ATAS..., 1953, 3b).

A organização da comemoração do dia do professor, de acordo com as leituras das atas de 1952-1957, era tema de suma importância e necessitava de um planejamento anterior, em reuniões para decidir como seria comemorado. Esta data, além de ser comemorativa para a profissão docente, era para a associação um marco importante em sua história, pois lembrava a data em os professores, reunidos, haviam tido a ideia de fundar a entidade.

A diretoria, de acordo com o estatuto, tinha o mandato de um ano, podendo ser reeleita no todo ou em parte. A composição dos membros seria de um presidente, um vice-presidente, um 1º tesoureiro, um 2º tesoureiro e um orador (1953, p. 4).

O primeiro ano de organização para implantação da S.R.P. foi caracterizado como ano intensamente ocupado na organização e composição da diretoria, aprovação do primeiro estatuto, com objetivos e finalidades, realização de reuniões mensais e a adoção do lema *Unidos Venceremos* na divulgação para obter novos sócios. De acordo com Lins:

O período organizacional da jovem entidade foi

pontilhado pela persistência e pelo entusiasmo dos seus fundadores. As reuniões eram realizadas à noite no Grupo Modelo Dias Velho e tinham pouca frequência. Mas graças ao entusiasmo da presidente Aida Gomes Mendonça, que permanecia à frente da sociedade e ao dinamismo dos demais membros da diretoria, o interesse ia aumentando e contagiando os professores ainda não filiados. Deste modo, as dificuldades iniciais foram sendo gradativamente superadas e o reduzido número de sócios compensado pelo esforço e empenho de todos. Diretoria e sócios abriram diferentes frentes para conseguir o necessário apoio dos órgãos educacionais, no sentido de garantir o fortalecimento e a perenidade da nova entidade (1995, p. 23).

Após um ano de gestão da sociedade, foi promovida a primeira eleição para a nova diretoria, em 15 de outubro de 1953, que ficaria “sob a presidência da prof. Aida Gomes Mendonça. Dando início, explicou aos presentes que a finalidade da reunião era a eleição da nova diretoria da S.R.P. para o ano vindouro, conforme determina o Estatuto em vigor” (ATAS..., 1953, p. 5b).

De acordo com as fontes pesquisadas, não constavam o período eleitoral para a composição da nova diretoria e o modelo de inscrição de chapa. Constava apenas que seria uma eleição através do voto secreto. A presidente anunciava, a respeito da eleição para a nova diretoria:

Deve ser feita por voto secreto. Determinou em seguida que a 1ª secretária procedesse à entrega a todos os presentes dos votos a serem preenchidos. Depois de alguns minutos passou-se à votação, em seguida à apuração, com a vitória dos seguintes membros: para presidente, Aida Gomes Mendonça, com 21 votos; Vice-presidente, Maria da Glória Oliveira, com 21 votos; 1ª Secretária, Jair Simão da Silva com, 21 votos; 2ª Secretária, Maria Ribas Pessoa, com 14 votos; 1ª Tesoureira Eloá Brito, com 21 votos; 2ª Tesoureira, Elza Ribas Pessoa, com 16 votos, e Orador, professor Teodósio Wanderley, com 22 votos. Com uma

salva de palmas espontânea, a reunião foi encerrada às 19:30h, pois ninguém quis fazer o uso da palavra e 1ª Secretária lavrei a presente ata que firmo. Assina: Jair Simão da Silva. (ATAS ..., 1953, p. 5b).

Com um ano de existência, foi realizada a eleição da nova diretoria da associação e apresentado o balancete relacionando ao número de sócios, assim discriminado:

Balancete relativo ao dia 15 de outubro de 1952 a 15 de outubro de 1953. A Sociedade Recreativa do Professor foi fundada em 15 de outubro de 1952. Iniciou com 34 sócios, achando-se até presente data com 47 sócios, sendo 2 licenciados e o Presidente de Honra" (ATAS..., 1952, p. 6a).

Após o primeiro ano da associação, na ata da décima reunião (em 20 nov. 1953), foi apresentado o balancete relativo a esse primeiro ano, conforme cópia fotográfica (Fig. 9). Nele se podem visualizar os seguintes detalhes, mês a mês: número de sócios, dinheiro no caixa, rifas, verbas para excursão, passagens vendidas, despesas da sociedade (pagamento de ônibus, hotel, telegrama, "sêlo" recebido, caderno com corrente, colecionador), finalizando com receita, despesa e o saldo (ATAS..., 1953, p. 6b).

Entre 1952 e 1953, pode-se observar que o texto das atas das reuniões, geralmente se iniciava com a descrição da leitura da ata da reunião anterior, para efeito de aprovação dos presentes, seguindo com assuntos relacionados à adesão de novos sócios, à organização de eventos, a viagens em excursões, a almoços comemorativos do dia do professor e a propostas de votação de novos sócios, à composição dos membros da diretoria e dos sócios (maior participação do gênero feminino na maioria das reuniões; no total, 33 mulheres contra apenas 4 homens, conforme as listas de nomes dos participantes).

Figura 12 - Balancete de 1952 a 1953 de sócios e dinheiro em "caixa"

| Movimento de 1952 | | Em caixa |
|-------------------|--------|--------------------|
| Mês de outubro | | C\$ 340,00 |
| Mês de novembro | | C\$ 340,00 |
| Mês de dezembro | | <u>C\$ 340,00</u> |
| | Total | <u>C\$ 1020,00</u> |
| Movimento de 1953 | | Em caixa |
| Mês | Sócios | |
| Janeiro | 32 | C\$ 320,00 |
| Fevereiro | 29 | C\$ 290,00 |
| Marco | 29 | C\$ 290,00 |
| Abril | 29 | C\$ 290,00 |
| Maior | 40 | C\$ 400,00 |
| Junho | 40 | C\$ 400,00 |
| Julho | 40 | C\$ 400,00 |
| Agosto | 40 | C\$ 400,00 |
| Setembro | 44 | C\$ 440,00 |

Fonte: Livro Ata da 10ª reunião da Sociedade Cultural e Recreativa do professor, 20 de novembro de 1953, p. 6b.

Pelas pesquisas nas atas, pude constatar que devia existir um momento de consulta sobre a opinião dos sócios, pois, a 1ª secretária, na maioria das vezes, finalizava as atas com a frase: “Ninguém expôs mais o que acrescentar nas finalidades das reuniões”.

No estatuto de 1953, explorei principalmente os títulos dos assuntos relacionados ao modelo de entidade associativa, e confirmei que obedeciam ao roteiro estabelecido nos anos iniciais: 1. Das finalidades; Organização; 2. Sede da entidade; 3. O lema; 5. Os direitos e deveres dos sócios; 6. Atribuições da diretoria e as 7. Disposições gerais.

O quadro dos sócios se dividia em duas categorias: fundadores e contribuintes. Logo a seguir, o estatuto estabelecia: “Os fundadores: §1º - São considerados sócios fundadores todos que assistiram ou fizeram se

representar na assembleia geral da fundação. §2º - Sócios contribuintes estes e os demais que forem admitidos”¹¹ (ESTATUTO ..., 1953, p. 4).

Na ata da reunião do dia 5 de outubro de 1954 (p. 16b), um dos assuntos abordados pela presidente Aída Gomes Mendonça foi a necessidade de mudar o nome da sociedade. No entanto, não foi documentado, pelo menos no texto escrito da ata, quais seriam as motivações dessa mudança. Consta apenas que este assunto seria tratado oportunamente, na assembleia geral, com a presença da maioria dos sócios.

Na sessão extraordinária, em 11 de outubro de 1954, foi declarado, pela presidente, aos sócios presentes, o objetivo principal da sessão, ou seja, a mudança do nome da sociedade, e respectiva escolha, alegando “as diversas dificuldades que se tem aparecido, digo apresentado”. Assim consta do registro:

Pedi a Sra. Presidente que os sócios apresentassem suas sugestões, para que as mesmas fossem postas em votação. Foram as seguintes as propostas apresentadas: Elza Ribas Pessoa sugeriu que a Sociedade passasse a ser chamada Associação Cultural e Recreativa do Professor, Prof. Ângelo Ribeiro – Associação Professor de Santa Catarina, com diversos setores ou departamentos; Prof. Marilde Rodrigues - Associação do Professor Primário. Como ninguém quisesse apresentar mais sugestões, a Sra. Presidente pôs em votação, sendo que a proposta da prof. Elza Ribas Pessoa foi aprovada por maioria (30) (ATAS..., 1954, 11 out.).

O quadro de associados, de acordo com Lins, de 1952 a 1961, continha o seguinte número cumulativo de inscritos:

TABELA 3 - Quadro de associativo - 1952-1961

¹¹ Não foram encontradas justificativas para esta divisão em dois grupos de sócios.

| ANO | Nº CUMULATIVO DE INSCRIÇÕES | ANO | Nº CUMULATIVO DE INSCRIÇÕES |
|------|-----------------------------|------|-----------------------------|
| 1952 | 24 | 1957 | 164 |
| 1953 | 49 | 1958 | 188 |
| 1954 | 62 | 1959 | 223 |
| 1955 | 68 | 1960 | 237 |
| 1956 | 92 | 1961 | 254 |

Fonte: Lins (1995, p. 41)

Na reunião realizada no dia 5 de maio de 1954 (p. 10), como uma das pautas foi a realização da sessão cinematográfica no Cine Imperial com o objetivo de arrecadar fundos para manutenção da associação onde ficou escolhido para acontecer no dia 15 de maio de 1954, às 16h00.

Na 14a reunião, realizada em 27 de maio de 1954 (p. 11), numa sessão extraordinária, foram feitos agradecimentos à professora associada Jamile Sadelli, por ter conseguido a realização dessa sessão em benefício da S.R.P, à professora Aída Gomes Mendonça pela impressão gratuita das entradas e às professoras Eloah Brito e Maria de Lourdes Mafra, pelo apoio conseguido junto ao prefeito para a isenção de selos. Pode-se perceber, portanto, que a sociedade procurava apoio entre empresários e políticos para promover eventos nos quais se pudessem arrecadar fundos para manter a associação, além das contribuições dos sócios.

Em 5 de junho de 1954 (p. 13), a 15a reunião, uma das pautas discutidas na ata foi sobre a comissão da festividade junina realizada em 3 de junho de 1954, com a apresentação das receitas e despesas. Também foi exposto pela presidente que fossem apresentadas aos interessados na viagem a São Paulo as diversas possibilidades, já que se daria “[...] preferência às professoras mais assíduas às reuniões, pois a finalidade da Sociedade é fazer a união do professorado, havendo várias sócias que não comparecem, o que não interessa ter sócias somente contribuintes”.

Nesta reunião, a presidente expressa sua opinião acerca dos objetivos da sociedade, que não eram de ter somente sócios como contribuintes, mas participantes ativos das reuniões e também para a união entre eles.

No dia 6 de setembro de 1954, a presidente falou das dificuldades financeiras para patrocinar um evento comemorativo do dia do professor em outubro. Assim, foram compostas comissões para um jantar a ser oferecido aos professores associados no Grupo Escolar Arquidiocesano São José. Foram constituídas diversas comissões: 1. Comissão de convite; 2. Comissão de ornamentação; 3. Comissão de recepção; 4. Comissão de compras; 5. Comissão de sobremesa. Neste jantar festivo, os convidados foram o exmo. sr. secretário da Educação, a diretora do Departamento de Educação, os inspetores escolares prof. Américo Vespúcio Prates, Manoel Francisco Coelho e Mário Ribas Maciel.

Outro registro importante, divulgado na ata de 6 de setembro, se relacionava ao evento ocorrido com o presidente do Brasil, destacando a solicitação da presidente da entidade para que constasse em ata um voto de pesar pelo recente desaparecimento do Presidente Vargas” (ATAS..., 1954, p. 16a). Em reunião dia 5 de outubro seguinte, a presidente Aída Gomes Mendonça relatou que a entrada de novos sócios seria realizada a partir da apresentação de um ofício ou comparecendo à reunião, com clara disposição de fazer parte da sociedade. Nesta mesma reunião, foi anunciada a mudança da data da eleição prevista no estatuto em virtude da seguinte justificativa:

[...] a Sra. Presidente esclareceu aos presentes que, segundo determinação do Estatuto, a reunião para eleição da nova diretoria seria no dia 15 de outubro, mas como este ano a sociedade oferecerá um jantar aos associados, tornar-se-á um pouco confusa a eleição no dia determinado pelo Estatuto. Determinou então a Sra. Presidente que a eleição seria antecipada para sábado, dia 9, às 14 horas, convocando todos os sócios, fazendo-se ainda um apelo, para que todas as sócias compareçam a esta reunião de tão grande interesse

para a sociedade (ATAS..., 1954, p. 16b).

A eleição, contudo, não ocorreu na data marcada (dia 9 de outubro), sem que se esclarecesse o motivo. Apenas em 11 de outubro é que, segundo registro em ata, foi realizada uma sessão extraordinária, às 20 horas, seguida de uma assembleia geral às 20:30 horas, com os seguintes assuntos: na primeira, mudança do nome da sociedade; na segunda, eleição da diretoria:

A Sra. Presidente, falou aos sócios, presentes a necessidade da reunião, tendo como objetivo principal a mudança do nome da Sociedade, dadas as diversas dificuldades, que se tem aparecido, digo apresentado. Pediu a Sra. Presidente que os sócios apresentassem as suas sugestões, para que as mesmas fossem postas em votação. Foram as seguintes as propostas apresentadas: Elza Ribas Pessoa sugeriu que a sociedade passasse a ser chamada Associação Cultural e Recreativa do Professor, professor Angelo Ribeiro – Associação do Prof. de Santa Catarina, com diversos setores e departamentos, Prof. Marilde Rodrigues – Associação do Professor Primário. Como ninguém quisesse apresentar mais sugestões a Sra. Presidente pôs em votação, sendo a proposta da prof. Elza Ribas Pessoa foi aprovada por maioria (30). Ficou então deliberado nesta reunião que a S.R.P passaria a se chamar Associação Cultural e Recreativa do Professor (ATAS..., 1954, p. 17a).

Sobre as viagens promovidas pela entidade, conforme as finalidades do estatuto, consta, na ata da reunião em 5 de julho de 1954 (p. 14a), a iniciativa sobre os encaminhamentos de uma excursão a São Paulo, confirmada através de um telegrama enviado pela primeira secretária, Jair Simão da Silva, em função de uma viagem de organização da expedição a essa cidade. No telegrama, relatava que havia sido aprovada, dispondo de 35 vagas de hospedagem para as sócias já inscritas na excursão planejada para o dia 9 de julho seguinte.

Conforme as alianças da associação de professores para obter

apoio para colaborar com recursos para mantê-la, consta, do relatório de atividades de 1953 e 1954, o seguinte:

Isenção de selos na correspondência, por auxílio do Prefeito Municipal de Florianópolis, Paulo de Tarso da Luz Fontes; cedência do cine imperial para a sessão de cinema em benefício a Associação; doação de cem cruzeiros pela firma Machado e Cia.; e de oitenta e cinco cruzeiros pela Livraria Líder; cedência do Lira Tênis Clube e orquestra para *'soirée'* do dia 14 de agosto de 1954, pelo presidente do Clube Dr. Osvaldo Bulcão Viana; concerto musical pela senhora Maria Adelaide Moritz no Teatro Álvaro de Carvalho (LINS, 1995, p. 25).

Relativamente às realizações de divulgação e consolidação da entidade, embora se considerem importantes estes apoios, há que se observar que, de parte dos empresários e políticos, que exigiam, como contrapartida da entidade, que não se reivindicassem questões relacionadas à situação dos professores daquela época.

A interferência de políticos e empresários no sentido de apoiar a Associação e exigindo, em contrapartida, que ela não colocasse questões relativas às condições dos professores. Aqui está uma chave importante para a discussão do posicionamento político da Associação. A Associação se manifesta parabenizando a eleição do governador e vice-governador em 1956. Essa relação com representantes políticos é referida em outros momentos do texto com base na documentação pesquisada, logo essas ações são políticas.

O contato da associação com o Centro do Professorado Paulista representou um fato importante, em 1955, como também a assembleia geral do dia 15 de outubro daquele ano, que contou com a presença de 37 sócios para a eleição da nova diretoria. Logo após eleição, concluída a contagem dos votos, foi confirmada a nomeação de Elza Ribas Pessoa, que tomaria posse dia 28 do mesmo mês e ano (LINS, 1995, p. 24).

Em 5 de março de 1956, consta na ata da reunião (p. 28) sobre a

aprovação por votação dos associados presentes, a sugestão do envio de um telegrama parabenizando o vice-governador, Jorge Lacerda, por sua posse, como também do secretário de Educação, dr. Rubens Nazareno Neves.

Foi planejada uma excursão ao Recife, conforme ata da reunião de 5 de dezembro de 1956. A mesma ata registrava uma votação para decidir entre duas opções, ou seja, entre Porto Alegre e Recife. A escolha recaiu sobre Recife, e, na mesma ocasião, ficou combinado que aconteceria em julho de 1956 (ATAS..., 1956, p. 22).

No centro de Memória Zurita Kretezer, encontrei arquivadas, numa pasta clipagens de jornais, algumas informações (incompletas) acerca de alguns detalhes de referências. Isto me leva a expor as diversas opiniões acerca dos acontecimentos da época relativas à década de 1950 e à Sociedade Recreativa do Professor.

Apesar de incompletas, as informações são da maior importância, por revelarem opiniões que os associados tinham a respeito da Sociedade Recreativa do Professor. Não por acaso se trata de material impresso e guardado, portanto a ser estudado. Os recortes mostram que o motivo ser guardado é que deveriam ser mantidos para o caso de eventuais pesquisadores que deles precisassem para compor a história da associação.

Na primeira clipagem de jornais (colados numa pasta), disponível no Centro de Memória Zurita Kretzer, havia diversas informações, embora difíceis de ler devido ao desgaste do jornal pelo tempo. Encontrei e registrei o nome do jornal - A Verdade -, a data (11 set. 1956, mas sem número de página), com circulação na cidade de Florianópolis. Na seção de Turismo, matéria assinada por Doralecio Soares, em que destacava a Associação Cultural e Recreativa do Professor desde a sua formação, e composta por professores de diferentes grupos escolares da época:

Foi a sua primeira presidente a professora Aída Gomes Mendonça. [...] como [...] os primeiros anos foram de experiências, elaboração de Estatutos, com os principais fins da sociedade,

cujo primordial objetivo é conseguir em seu seio a grande maioria do professor primário de Santa Catarina. Um dos sonhos realizados é reunir as coleguinhas dos bancos escolares de ontem, as mestras de hoje, num ambiente todo pessoal, todo seu, a par de recordações pitorescas entremeadas de originais facetas da vida escolar.

No mesmo jornal, em outra data, 15 de outubro de 1956, com o título “Saudação aos Professores do Brasil”, o texto se referia à associação e à data comemorativa ao dia dos professores enaltecendo a profissão; no entanto, faltavam autoria e número de página. A mensagem de saudação destacava:

A Associação Cultural e Recreativa do Professor de Santa Catarina vem trazer aos professores do Brasil o seu abraço fraternal pela passagem do dia do professor, dia em que toda humanidade, com os olhos voltados aos céus, deveria render graças ao Todo Poderoso, em homenagem aos mestres. A missão do professor é sublime! É grandiosa! Nela está todo o alicerce da Pátria [...] Prezados colegas: não vos intimideis ante as grandes dificuldades que vos apareçam, a fim de que possais dignamente desempenhar a vossa nobre missão.

A partir do que foi descrito, pode-se afirmar que neste período o professor seguia a profissão como “missão” e como “alicerce” da pátria. Também há referência a dificuldades; apesar delas, porém, o professor deveria encarar seu dever como missão a ser cumprida, aceitando a situação.

Gilda Maria, no jornal intitulado Resistência, em 22 out. 1956 (p. 7), descreve a festa do dia dos professores, intitulado “Carnet social”, promovida pela associação:

Bom, soir, Flori!
É ainda sob agradável impressão da magnífica festa realizada nas Caldas da Imperatriz por professores da Associação Cultural e Recreativa do Professor [...].

O “Dia do Professor” foi festejado num ambiente de muita simpatia, muita animação. Alegria e animação daquelas que devem sentir, sempre, aqueles que se dedicam à nobre missão de educar.

Para Lins, dois fatos se destacavam por sua grande importância em 1956:

Aprovação da Lei nº 1.609, de 20.11.1956, publicada no Diário Oficial de 29.12.56, que declarava ser Associação Cultural e Recreativa dos Professores de utilidade pública, facilitando o recebimento de auxílio de órgãos públicos;

O pacto dos associados para conseguirem uma colônia de férias, assunto constante em todas as reuniões. Por isso o tema Colônia de férias, discutido na reunião do dia 5 de novembro de 1956, teve apoio unânime dos associados e passou a constar, com destaque, do plano de trabalho para 1957, junto com um projeto cultural de palestras e trabalhos literários. Mas para concretizar o projeto Colônia de férias, seria fundamental a aquisição do terreno em lugar aprazível e a preferência geral era por Canasvieiras. Além de ser uma das melhores praias de Florianópolis, na opinião dos associados, apresentava a vantagem de ser um balneário novo, com muita área disponível, pertencente à Prefeitura Municipal e de fácil acesso pela proximidade com a capital (1995, p. 27).

A visão dos associados desta época foi sendo ampliada à medida que se expunham os interesses dos sócios, como o de promover eventos literários e de lazer, com a ideia de uma colônia de férias em Canasvieiras, em Florianópolis. Coincidiu que o local do passeio que levou os professores a criar a entidade foi também escolhido para espaço de lazer.

Lins (1995, p. 33) escreve que em 1957 a associação possuía 100 sócios, registrados na posse da nova diretora, a professora Olga Brasil de Luz, em 28 de outubro. Uma das ações desta presidente foi

subdividir as reuniões em três setores: administrativo, cultural e recreativo. Foi também sugerida, e aprovada, nesta nova gestão, a escolha de uma bandeira, encarregando-se a sócia Luiza Beirão Nunes Pires de bordá-la. No plano cultural, foi programado um ciclo de palestras no período de abril a outubro de 1957, com as seguintes temáticas e respectivos conferencistas:

Tabela 4 - Palestras planejadas pela diretoria para 1957

| TEMA | CONFERENCISTA | DATA |
|---|-----------------------|-------------|
| Santa Catarina, sua gente e seus costumes | Teodócio M. Wanderley | 05.04 |
| História popular no Recife Antigo | Doralécio Soares | 06.05 |
| Crianças débeis mentais | Lýdio M. Callado | 05.06 |
| Benefícios para o professor | Rubens N. Neves | 31.08 |
| Aspectos dos Estados Unidos da América do Norte | Gustavo Zimmer | 25.09 |
| O ensino de Matemática | Pedro Bosco | 05.10 |

Fonte: LINS (1995, p. 33 e 34)

O quadro das palestras é diversificado. Pode ser interpretado como a expressão dos professores em ter uma formação complementar a respeito de assuntos em evidência na época.

No setor de recreativo, conforme a gestão de 1957, ficou estabelecido de se dar continuidade à ideia da gestão anterior, que era a de adquirir um terreno para a colônia de férias (LINS, 1995, p. 34).

A associada Ada Bicocchi Ramos, voluntária até 1995, contabilizando 38 anos de serviços prestados à ACP, ficou encarregada, inicialmente, de buscar os sócios não lotados nos grupos escolares, como também dos arquivos e do cadastro da entidade. Em 1992, recebeu, em destaque, uma homenagem no Boletim Informativo da ACP do mês de setembro de 1992 (p. 2), com exposição de seu retrato na sala da sede administrativa da época (LINS, 2002, p. 32).

Na edição especial do Jornal da ACP, em dezembro de 1995 (p. 5), em *Dia do professor: certeza de dias melhores*, consta uma matéria publicada sobre a data festiva da classe e do aniversário da entidade em

43 anos, relatado pela presidente deste período, Jessi Helena de Oliveira: “E durante 43 anos [...] tentamos desempenhar a missão, com sentimento mais elevado de despertar em nossos colegas o espírito associativo, pois a ACP é de todos”. Neste mesmo jornal, também se faz uma homenagem aos 29 sócios remidos, ou seja, isentados do pagamento das mensalidades conforme o ingresso na criação da ACP.

A este respeito, comenta Lins (2002, p. 101-104) que a associação havia decidido criar essa categoria, a dos “sócios remidos”, considerando o tempo de participação e contribuição dos sócios - 35 anos -, decidindo-se isentá-los de pagamento daí por diante e prestar-lhes a devida homenagem durante a solenidade comemorativa do dia do professor de 1993. Segue-se a lista dos sócios conforme o ano de ingresso da ACP:

Tabela 5: Sócios remidos da associação catarinense de professores

| DATA | 1952 | 1953 | 1954 | 1955 | 1956 | 1957 | 1958 | 1959/1960 |
|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| SÓCIOS | 10 | 8 | 5 | 3 | 10 | 18 | 8 | 28 |

Fonte: LINS (2002, p.101-104).

De acordo com a autora, a primeira década havia sido permeada pelas seguintes ações:

[...] o saldo de realizações da Associação foi bastante expressivo: reconhecimento da comunidade educacional do Estado pelas atividades culturais, recreativas e de conagração realizadas no Ministério da Educação e Cultura, o que lhe permitiu solicitar e receber auxílios periódicos de subvenção federal; aprovação da Lei Estadual nº 1.609, de 20.11.56, publicada no Diário Oficial de 20.11.56, que declarava ser a Associação de utilidade pública, facilitando a assinatura de convênios e o recebimento de auxílio junto aos órgãos públicos [...] Foi o decênio assinalado pelo idealismo, tendo por motivação maior a colônia de férias. A Associação já era uma realidade com organização, trabalho, persistência e espírito cooperativo dos seus integrantes (1995, p. 38).

Não esgotando aqui as contribuições dos oito primeiros anos, também levantei, em meu levantamento junto aos arquivos e documentos a associação, que o grupo de professores autores da ideia de criação da entidade, desde o início se preocupava com a adesão de sócios, a arrecadação de fundos para manter a entidade através de festas, de sessões de cinema, de bingos, dentre outros; posteriormente, com o crescimento do número de associados e colaboradores, foram modificando as aspirações. O aspecto recreativo e cultural, parece que mereceu muitos momentos de planejamento nas reuniões pelo interesse em concretizar, para benefício da maioria, que os votava e aprovava. O estatuto, elaborado em comum acordo, determinava as atribuições da sociedade, suas principais finalidades, sua estrutura, a composição dos associados em geral, da diretoria, não deixando, por fim, de estimular o empenho de todos em cumprir direitos e deveres.

Os meses de outubro de cada ano eram os mais importantes, dedicados ao planejamento pela associação, à homenagem dos professores, além das eleições e posse da nova diretoria.

No impresso especial da revista no ano de 2003 (p. 5-6), em comemoração aos 50 anos, a presidente Jessi Helena realizou uma síntese das primeiras décadas até 1990. Enfatiza que a década de 1950 constituíra um momento de idealismo, criação e organização e pontuava os principais objetivos, serviços e conquistas:

- Fundação e organização da Sociedade Cultural e Recreativa dos Professores, com os objetivos de estimular a convivência da classe, programas e realizar atividades recreativas-culturais, alertar quanto aos direitos profissionais.
- Motivação maior a Colônia de Férias.
- Lema: Unidos Venceremos.
- Interiorização da Associação com o programa de criação de Núcleos Regionais, objetivando a divulgação das ações da entidade.
- Posse do terreno situado na praia de Canasvieiras.
- Reconhecimento da comunidade Educacional do

Estado pelas atividades culturais, recreativas e de conagraçamento realizadas pela Associação.

A seguir, anotaremos, não como pesquisa acabada, mas, como pudemos perceber pelas fontes, nossas considerações acerca das circunstâncias que favoreceram o surgimento desta associação de professores, inicialmente em Florianópolis, hoje consolidada no estado todo, o que constitui um marco na história do movimento associativo e educacional brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa surgiu da curiosidade de saber como uma associação poderia contribuir para a profissão docente na década de 1950, ano de sua criação, num contexto político repleto de mudanças, com o olho na “modernidade”, a caminho da industrialização, para contemplar o desenvolvimento e a prosperidade da economia brasileira.

Conforme as fontes documentais analisadas, os momentos iniciais da Associação Catarinense de Professores, nascida como Sociedade Recreativa do Professor, caracterizaram-se por iniciativas assistencialistas em favor dos professores, primeiro, através de atividades recreativas, depois culturais e festivas (todos os anos, até os dias atuais, são realizadas homenagens ao dia do professor com viagens) e de formação complementar profissional.

Neste espaço, as reflexões resultaram como uma tentativa de compreender, primeiramente, a história do movimento associativo e suas tendências; a seguir, entender um modelo reivindicatório ou assistencial, como também o planejamento político, econômico e educacional ajustado ao projeto brasileiro de modernização. Estas conotações marcaram a fundação da Associação Catarinense de Professores.

O primeiro capítulo situa o associativismo docente em Santa Catarina, no Brasil e em Portugal. Mesmo fazendo um breve apanhado apresenta diferentes iniciativas em termos de associação docente visando diferentes objetivos.

O segundo capítulo contextualiza as grandes linhas dos projetos econômico-políticos e educacionais no Brasil e em Santa Catarina, especialmente na década de 1950 no contexto do discurso da modernização, embora amplie para antes e depois desse marco histórico.

Integrando, na época, o abc do professor, a ACP se destacou por representar os professores primários num momento em que se instaurava a política desenvolvimentista voltada à educação.

Minha expectativa era de encontrar neste modelo de associação, formado por um grupo de professores, uma dinâmica de como chegar a ser “porta-voz” de uma categoria que almejava ter espaços de lazer e

socialização.

Os membros das diversas diretorias sempre se preocuparam em organizar e manter a entidade através de aportes documentais, como estatutos, atas de reuniões (da diretoria e/ou com alguns associados), além de os estimular a arrecadar recursos próprios para manter a entidade e suas atividades (lazer, viagens, jantares...). Preocupavam-se com recursos junto a pessoas influentes ou políticos para manter a organização, para conseguir sede própria - em 1956 as reuniões se faziam no Grupo Escolar Arquidiocesano São José (graças aos serviços de professores que trabalhavam nessa instituição) - e, depois, para sua manutenção. Também buscavam apoio junto a essas mesmas pessoas para obterem recursos financeiros para subsidiar eventos que então promoviam. Pelas análises que vim fazendo, a preocupação inicial era de congregar os professores no sentido de reivindicar direitos relativos a contratos de trabalho, a questões salariais e a mudanças na estrutura do sistema educacional daquele período. A pesquisa me faz crer que havia professores insatisfeitos, embora a proposta da associação tenha preferido seguir outros rumos.

A reflexão fica nas entrelinhas do discurso produzido nos documentos de que se associação era recreativa e focava sua ação nisso porque a preocupação em registrar as reuniões em atas, depois lidas e aprovadas? Logo, existia uma preocupação de cunho político em não ir contra ao sistema educacional e a situação trabalhista dos professores, mas sim de deixa-los em momentos de lazer para que não reivindicassem.

A entidade surgiu com um grupo de apenas de 24 associados. Atualmente, está dividida em departamentos e, no momento, aos 64 anos de existência (que a fazem instituição respeitada e com merecido direito a ser estudada), conta com 25 núcleos regionais, divididos pelo estado de Santa Catarina.

A propósito do lema da fundação - Unidos Venceremos -, é preciso lembrar que o grupo venceu, na década de 1950, apesar das dificuldades: não tinha sede própria, poucos eram os sócios, apesar do grande número de professores, além de outros fatores que dificultavam a

continuidade inicial do grupo. Sua história merece ser preservada e respeitada face às escolhas iniciais, que recusaram ser reivindicatórias, e insistiram em realizações que fortalecessem o grupo, lhe garantissem a continuidade e granjeassem a confiança dos professores, de modo aumentar o número de integrantes da associação.

Esta pesquisa tem sido importante para minha trajetória acadêmica, constituindo um marco importante por me fazer compreender a diferença entre associação e sindicato, além de perceber suas contribuições para a profissão docente. A reconstrução do passado através da análise documental trouxe muita contribuição, no entanto, em um próximo trabalho podem ser explorados mais documentos especialmente, a memória e experiências das professoras fundadoras da Associação pela metodologia da História Oral.

O modelo de associativismo pesquisado assemelha-se ao que foi descrito relacionado ao “mutualismo” onde os que faziam parte estavam interessados em assuntos de ajuda para que os professores se sentissem bem nos momentos recreativos e culturais, sem perspectivas reivindicatórias e nem possibilidades de tornar-se sindicato.

Não explorei tudo o que teria gostado e vislumbrava. Mesmo assim, sinto-me privilegiada pela eventual contribuição que possa ter oferecido à história desta entidade associativa, fundada na década de 1950 e ainda atuante nos dias de hoje, não só fiel aos objetivos de suas origens, mas tendo-os ampliado, assim como tem granjeado mais associados. Acredito ter sido sua maior contribuição a de melhorar a visão do que compete e do que pode uma associação, que cresce e amadurece a cada ano em benefício de seus associados, no caso, dos professores de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Leticia Carneiro. *O curso de Pedagogia em Santa Catarina: a história da sua criação no contexto do projeto desenvolvimentista da década de 1960*. 2006. [Tese] Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

_____. A política educacional catarinense da década de 1960: educação, desenvolvimento e teoria do capital humano. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. 30, p jun. 2008. 228-247 - ISSN: 1676-2584.

ALMEIDA, Danusa Mendes. Educação, sindicalismo docente e a retórica da gestão democrática: o caso cearense. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e sindicalismo na educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo, 2011.

ALMEIDA, Danusa Mendes; FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. As pesquisas sobre o associativismo docente no Brasil: o que dizem as produções acadêmicas nacionais? IN: Bauer, Carlos; Dantas, Vanessa; Miguel, Miriam Maria Bernardi; Paiva, Luis Roberto Beserra de; Diniz, Cássio (Orgs.). *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil –Volume 2*. Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

AMORIM, Maria das Dores Daros de. *O movimento dos professores da rede pública estadual de Santa Catarina e sua luta pela participação*. Perspectiva. Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 23, 1995, p. 79-99.

_____. *Plano estadual de educação concretização das orientações políticas da educação*. 1984. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/111914/183613.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2016

ARAÚJO, Marta. Maria de. Tempo de balanço: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da Região Nordeste. *Revista Brasileira de História da Educação*, Vitória, n. 5, p. 9-42, jan./jun. 2003. Acessado em: 7 out. 2014. Disponível em:

<<http://201.147.150.252:8080/jspui/bitstream/123456789/1065/1/RBHE5.pdf>>.

AURAS, Gladys Mary Teive. *Modernização econômica e formação do professor em Santa Catarina*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1998.

_____. *A formação do professor das séries iniciais do ensino de 1º grau no âmbito da política de modernização econômica no Estado de Santa Catarina*. 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Ciências da Educação. Florianópolis/SC.

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra dos fanáticos do contestado à opção pelos pequenos*. 1991. 343 p. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica. PUC/SP – São Paulo/SP.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JR, Décio. (Org.). *Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. Coleção Memória da Educação. p. 151-174.

BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (Orgs.). *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil* Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

BESSEN, Danielly Samara. *Entre rigidez e flexibilidade legal: os impactos das exigências de escolaridade sobre a identidade profissional dos professores primários em SC (1950 – 1980)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

BORGES, A.; LEMOS, D. C. A. Os legítimos representantes da classe: Os jornais e a organização dos professores públicos primários no século XIX. In: Associativismo e sindicalismo docente no Brasil. *Anais do Seminário para a discussão de pesquisa e constituição de rede de pesquisadores*. Rio de Janeiro, 2009, p. 1.

BOSETTI, Cleber José. Thompson nas ciências sociais: possibilidades

metodológicas para pensar os movimentos sociais contemporâneos. *PLURAL - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, 2011. p. 69-86.

CABRAL FILHO, Pedro. *O ensino público primário em Florianópolis da constituição federal de 1946 à lei de diretrizes e bases de 1961: o surgimento de uma rede municipal de educação*. 2004. Tese (Curso de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade de São Paulo (USP). São Paulo/SP.

CARVALHO, M. M. C. de. *Molde Nacional e fôrma Cívica: Higiene, Moral e Trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CATANI, Denice Bárbara. *Educadores à Meia-Luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. A participação das mulheres no movimento dos professores e a imprensa periódica educacional (1902-1919). *Projeto História: São Paulo*, 1994. p. 129-137.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA, Luís Antonio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

CRUZ, HELVIA LEITE. Condições de construção histórica do sindicalismo docente de Educação Básica. Brasília, 2008. Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UNB. Acessado em 21 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1218/1/TESE_2008_HelviaLeiteCruz.pdf

DA SILVA, Vera Lucia Gaspar. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: *Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. 2006.

DAL ROSSO, Sadi (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011a.

_____; LUCIO, Magda de Lima. O Sindicalismo Tardio da Educação Básica no Brasil. *Revista Universidade e Sociedade*. Brasília-DF, ano XIV, nº 33, jun. 2004.115-125.

_____; CRUZ, Hέλvia Leite e RÊSES. Condições de emergência do sindicalismo docente. In: *Pro-posições*. Revista quadrimestral da Faculdade de Educação /UNICAMP. Campinas, SP, v. 22, n. 2 (65), mai./ago. 2011.

DAROS, Maria das Dores. *Em busca de participação: a luta dos professores pela democratização da educação*. Florianópolis: NUP, 1999. 164p. (Teses Nup).

_____. Desenvolvimento e políticas educativas no Brasil nos anos1950-1960: transnacionalização e modernização. In: GIL, Natalia; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes. (Org.). *Moderno, modernidade e modernização: e a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v. 1.

_____. Entre o discurso e a prática: um olhar sobre a Escola Normal Catarinense nos anos sessenta. In: SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores (Org.). *Formação de professores em Santa Catarina*. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2002.

_____; MELO, M. M. R. A configuração do campo da pesquisa em educação no Estado de Santa Catarina nas décadas de 1950 e 1960. In: *VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Uberlândia/MG, 2006.

DALAROSA, Adair Ângelo. *Análise da política educacional do Estado de Santa Catarina no período da ditadura civil - militar 1964-1985: um estudo do ciclo básico*. 2005. Tese (Programa de Pós-graduação em Educação) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas/SP.

FELGUEIRAS, M. L. *Para uma História Social do Professorado Primário em Portugal no Século XX. Uma Grande Família*: 2002. Tese - Instituto do Professorado Primário Oficial Português. Porto: Universidade do Porto. Porto, Portugal.

_____. As condições de vida dos professores primários da República ao fim da ditadura. Revista: *Educação e Filosofia*. Uberlândia, v. 27, n. especial. 2013. p. 75-108. Acesso em: 24 set. 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/2722/12723>>

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. O Associativismo e o Sindicalismo de Trabalhadores em Educação na Voz dos Seus Protagonistas – Reflexões desde a Ótica de uma Pesquisadora. In: BAUER, Carlos; DINIZ, Cássio; PAULISTA, Maria Inês (Orgs.). *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*/ Jundiaí, Paco Editorial: 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/1052793-Introducao-a-educacao-escolar-brasileira-historia-politica-e-filosofia-da-educacao.html> Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. O Associativismo e o Sindicalismo de Trabalhadores em Educação na Voz dos seus Protagonistas – Reflexões Desde a Ótica de Uma Pesquisadora. IN: Bauer, Carlos; Diniz, Cássio; Paulista, Maria Inês (orgs.). *Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil*/Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista (orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

LEMES, Lucirlene Pertuzatti de. *A organização política – sindical dos profissionais da Educação no Oeste de Santa Catarina*: o SINTE – Regional de Maravilha (1988/2006). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste de Santa Catarina. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp036930.pdf> Acesso em: 26 jul. 2016.

_____; TREVISOL, Joviles Vitório. Trajetórias da organização político-sindical dos docentes do Oeste catarinense: um estudo descritivo. *Roteiro*, v. 33, n. 2, 2008. p. 223-266.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial*. 2011. Tese - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte/MG.

LEON, A. D.; AMARAL, G. L. do. Associação Sul-Riograndense de Professores e Associação Católica de Professores: apontamentos sobre a organização do professorado nas décadas de 1930 e 1940. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 23, mai./ago. 2010. p. 169-195. Disponível em: <www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/download/41/41>. Acesso em: 16 out. 2014.

LUGLI, Rosário Genta; SILVA, Vivian. Batista da. Discursos sobre a eficácia educacional: encontros e desencontros entre técnicos em educação e professores (Brasil, décadas de 1950 a 1970) *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 53, p. 233-252, jul./set. 2014. Editora UFPR. Acessado em 16 de fevereiro de 2017. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/er/n53/15.pdf>

MARQUES, Carlos Alberto. Na apresentação do livro. In: LAFFIN, Maria H. L. F; RAUPP, Marilene Dandolini; DURLI, Zenilde (Orgs.). *Professores para a escola catarinense: contribuições teóricas e processos de formação*. Florianópolis: Editora da UFSC. 2005. p. 7.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____; _____. A educação como baluarte do desenvolvimento: em torno do tripé CEPE, FAEd e UDESC. In: VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da; DAROS, Maria das Dores (Orgs.). *Educação escolar e justiça social*. Florianópolis: NUP, 2010. Série pesquisas.

NÓVOA, António. (Org.). *Profissão Professor*. Porto: Porto Editora, 1995

OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL. Breve evolução histórica do sistema

educacional do Brasil.p.21-17 Disponível em:
www.oei.es/historico/quipu/brasil/historia.pdf Acesso em: 25 jul. 2016

PAIM, Elison Antonio. Educação: modernização, democratização do acesso e controle pedagógico. In: BRANCHER, Ana Lize; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura*: Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014. p. 241-270.

PEDRO, Joana Maria. *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. *Cadernos de Pesquisa*, n. 114, nov. 2001. p. 179-195.

PINTASSILGO, Joaquim. *Associativismo docente e construção da identidade profissional no contexto do Estado Novo: o exemplo do sindicato nacional dos professores entre o final dos anos 50 e início dos anos 70*. Editora: Associação de Professores de Sintra, Lisboa, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4006>> Acesso em: 20 out. 2014.

_____. O associativismo docente do ensino liceal português durante o período republicano e a sua imprensa; as representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades. *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias Educação*, n. 12, p. 79-96, 2008.

Disponível em:

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S164572502008000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 out. 2014.

REIS, Carlos Eduardo dos. *Dimensões contextuais da educação brasileira: a educação nas mensagens presidenciais de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (1951-1960)* Florianópolis: UFSC/CED/NUPED, 2011.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria; FERNANDES, Maria Dilméia Espíndola. Professores e sindicatos: do associativismo corporativo à organização autônoma. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 48, jun. 2013. p. 131-

147. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-0602013000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 set. 2016.

SANTA CATARINA. Constituições do Estado de Santa Catarina de 1961. Disponível em:

http://www.alesc.sc.gov.brportal//memoria/const_est/const_est_1961.pdf
>. Acesso em: 10 out. 2014

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Um esquema para a Educação em Santa Catarina*. EDEME: SC, 1970.

_____. *Educação e Desenvolvimento em Santa Catarina*. UFSC. 1968.

_____. Isto é Santa Catarina hoje. In: _____. *Nova história de Santa Catarina*. 5. ed. Editora UFSC: Florianópolis, 2004. p. 7-14.

SCHEIBE, Leda; DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Leziany Silveira. A contribuição de intelectuais catarinenses para a pesquisa educacional e a formação de professores na década de 1950. In: LAFFIN, Maria H. L. F; RAUPP, Marilene Dandolini; DURLI, Zenilde. (Org.). *Professores para a escola catarinense: contribuições teóricas e processos de formação*. Florianópolis, Editora da UFSC, 2005. p. 13-38.

_____; _____. Santa Catarina e o programa nacional de Reconstrução de Anísio Teixeira: A colaboração dos intelectuais catarinenses. In: ARAÚJO, Marta Maria de; BRZEZINSKI, Iria (Org.). *Anísio Teixeira na organização do Inep: Programa para Reconstrução da Nação brasileira (1952-1964)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

SCHNEIDER, Juliete. *A democratização do acesso ao ensino secundário pela expansão do ciclo ginásial normal em Santa Catarina (1946 - 1969)*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Ciências da Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis/SC.

_____; TRIDAPALLI, Ana Laura. *Normatização de condutas: A escola Normal em Santa Catarina de 1880 a 1969. Eixo: Formação de*

Professores. *VII Seminário de Pesquisas em Educação da Região Sul*, ANPEd Sul. Pesquisa em Educação e Inserção Social. 2008. Disponível em:

http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2008/Formacao_de_professores/Trabalho/09_32_15_Normatizacao_de_condutas.pdf> Acesso em: 17 out. 2014.

SILVA; Besen Danielly Samara; MASUTTI, Marina Pereira Resende. Justiça, Êxito e Fracasso escolar: Explorando a Legislação do Ensino de Santa Catarina Brasil (1940 -1980). In: VALLE; SILVA; DAROS. (Org.). *Educação Escolar e Justiça Social*. 1. ed. Florianópolis/SC: Núcleo de Publicações CED-UFSC, v. 5, 2010. p. 71-93.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*. Edição: mai./jun./jul./ago. 2000, nº 14. p. 61-89. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2016

VALLE, Ione Ribeiro. *Burocratização da educação: um estudo sobre o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina*. Editora da UFSC: Florianópolis, 1996.

_____. *A era da profissionalização: formação e socialização profissional do corpo docente de 1ª a 4ªsérie*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

_____; MIZUKI, G. E. P. e CASTRO, I. M. F. Democratizar, descentralizar, municipalizar: A expansão do ensino fundamental catarinense. In: *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: Autores Associados, n. 121, jan./abr. 2004. p. 187-212.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência e coletividade em E. P. Thompson. In: MULLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz (Org.). *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012 (Grandes Temas; 16).

VICENTINI, Paula Perin; CATANI, Denice Bárbara. *Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)*. 2002. [s.n.]. São Paulo, 2002.

_____. *Um estudo sobre o CPP (Centro do Professorado Paulista):* profissão docente e organização do magistério (1930-1964). 1997. Dissertação de mestrado. FEUSP. São Paulo/SP.

_____. *Imagens e representações de professores na história da profissão docente no Brasil (1933-1963)*. 2002. Tese (Doutorado) - FEUSP, São Paulo/SP.

VICENTINI, Paula Perin e LUGLI, Rosario Genta. O Magistério Secundário como Profissão: o associativismo docente e a expansão do sistema educacional brasileiro entre os anos 1940 e 1960. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 14, n. 24, jul./dez. 2005. p.57-73

_____. *História da Profissão Docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009, 234 p.

_____; _____. A profissão docente no Brasil no século XX: sindicatos e movimentos. In: BASTOS, M. H. C.; STHEFANO, M. [Org.]. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 336-346.

_____; _____. O Magistério Secundário como Profissão: o associativismo docente e a expansão do sistema educacional brasileiro entre os anos 1940 e 1960. *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, v. 14, n. 24, Salvador, jul./dez, 2005. Disponível em: <<http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero24.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2014.

_____; _____. O magistério secundário e o associativismo docente no Brasil entre os anos 1940 e 1960: a trajetória da APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo). *III Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação*. (Rede ASTE), Rio de Janeiro: UERJ, 2011b, 2011. Disponível em: <<http://nupet.iesp.uerj.br/rede/seminario2011.htm>>. Acesso em: 1º jul. 2014.

XAVIER, Maria do Carmo. A educação no debate do eco

desenvolvimento: as décadas de 1950 e 1960. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz e; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). *Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v. 1. p. 205- 232.

XAVIER, Libânia Nacif. *Associativismo docente e construção democrática: Brasil-Portugal (1950-1980)*. Rio de Janeiro: EDUERJ; FAPERJ, 2013.

_____. Ação coletiva, oportunidade política e identidade docente nos jogos de poder: Um ensaio a partir dos movimentos docentes brasileiro e português. In: DAL ROSSO, Sadi *et alii*. *Associativismo e Sindicalismo em Educação: Organização e Lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 191-209.

_____. Qualificação de professores em três campanhas do Ministério da Educação no decênio 1950-1960. In: MENDONÇA, Ana Waleska; XAVIER, Libânia Nacif, (Org.). *Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960 / – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.260 p. (Coleção Inep 70 anos, v. 1) p. 127-144.*

FONTES DOCUMENTAIS

ACP 60 ANOS DE HISTÓRIA-1952-2012. Folder 2012.

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES. Forças vivas celebram 50 anos. *Revista de setembro*, de 2003, p. 1-19.

ATAS DA REUNIÃO DA SOCIEDADE RECREATIVA DO PROFESSOR. 1952-1957, Livro 1, 50 folhas tipografadas.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES, 1965.

ESTATUTO DA SOCIEDADE RECREATIVA DO PROFESSOR, 1953.

FOLDER INFORMATIVO DA GESTÃO 93/95 – ACP. Fazendo

História 1952-1993. ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES. Forças vivas celebram 50 anos. *Revista: Impresso Especial*, set. 2003. Edição: out.2003.

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DOS PROFESSORES. ACP 60 ANOS: muita história para lembrar. Florianópolis, 2. ed., p. 3-4, ago. 2012. Impresso especial. Disponível em: <http://www.acp-prof.com.br/jornal/Jornal_ACP_Agosto_2012.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2014.

INFORME ACP. *ACP 60 anos – muita história para lembrar*. Agosto de 2012, p. 3.

INFORME ACP. *Centro de Memória conta a história da associação em SC*. Dez. de 2009. Informativo da Associação Catarinense de Professores. ANO IV, Edição 3, p. 5.

JORNAL DA A.C.P. *Dia do professor: certeza de dias melhores*. Edição Especial, em dezembro de 1995.

JORNAL DA ACP. *ACP especial*. Dezembro de 1995.p. 1-12. Folder comemorativo aos 40 anos da Associação Catarinense de Professores. 1992 (p. 6).

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE PROFESSORES. Setembro de 1999, p.1-8.

LINS, Zenilda Nunes. *ACP – Sucesso e Consolidação*. Florianópolis: EDEME, 2002.

_____. *ACP 40 Anos*. Florianópolis: EDEME, 1995.